


UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

EGOR VASCO BORGES

POLÍCIA EM MOÇAMBIQUE: PADRÕES E
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE JOVENS
POLICIAIS (1975-2011)



ARARAQUARA – S.P.
Março, 2012

EGOR VASCO BORGES

POLÍCIA EM MOÇAMBIQUE: PADRÕES E
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE JOVENS
POLICIAIS (1975- 2011)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia sob a orientação do Prof. Dr. Augusto Caccia Bava Junior

ARARAQUARA – S.P.
Março, 2012

EGOR VASCO BORGES

**POLÍCIA EM MOÇAMBIQUE: PADRÕES E
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE JOVENS
POLICIAIS (1975-2011)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais

Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Bolsa:CNPq

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.Dr. Augusto Caccia-Bava Junior -UNESP Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Paula Poncioni – UFRJ – Rio de Janeiro

Membro Titular: Prof. Dra. Carla Gandini Giani Martelli – UNESP – Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Quero dedicar este trabalho aos meus pais, Matilde Araújo Borges e Vasco Borges, que mesmo sem muita escolaridade e condições financeiras investiram com todas as suas energias em um projeto educativo para seus filhos como forma de poder vê-los desfrutar do que não tiveram oportunidade por conta de varias adversidades. Chegado até aqui há que reconhecê-los não somente como progenitores, mas como professores e continuadores da revolução moçambicana contra o analfabetismo, a pobreza, subdesenvolvimento e, em particular, contra a dominação (neo) colonial que mesmo depois de 500 anos não nos quer abandonar e não se sacia de nos empobrecer financeira e, sobretudo, culturalmente em nome do capital.

AGRADECIMENTOS

*As dificuldades são a nossa maior
universidade*

Samora Machel

Os obstáculos fazem parte do percurso de qualquer homem e com eles devemos aprender. Vale lembrar de que a decisão em prosseguir os estudos esteve sempre posto como um desafio e que só se tornou possível mediante o apoio de muitos amigos e parceiros os quais, enfaticamente, agradeço:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior pelos ensinamentos, conselhos, convívios, enfim pela oportunidade concedida para desfrutar de um ensino universitário de excelência;

Ao Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca e aos estudantes africanos e brasileiros do grupo de pesquisa União Africana, no qual partilhamos nossas ideias e projetos em torno das Áfricas;

Aos pesquisadores e colegas do grupo de estudo Segurança urbana e juventude;

Aos professores e a turma inteira da pós (2010) que pacientemente se dispuseram no que fosse necessário, Paulo Sergio, Paulo (Pio), Frederico Daia, Mirlene, Ana Fernanda, Ettore Medina, Gabi, Livia Moitero, Rodrigo;

A Janaina pelo amor, carinho, conselhos, encorajamento e pela presença constante nos momentos mais difíceis de minha vida no Brasil;

Ao Prof. Dr. Antonio Caetano, ao Prof. Dr. Pouw, aos Mestres Colaço, Argenti do Amaral, Alexandre Trindade, Timbane, ao General Magueze, aos oficiais superiores Fernando Francisco, Julião e outros profissionais da ACIPOL, da Polícia de Moçambique e de outras universidades moçambicanas por todo o apoio incondicional;

As contribuições da banca de qualificação e de defesa Prof. Dra. Maria Teresa Kerbau, Prof.Dra Carla Giani Gandini e Profa. Dra. Paula Poncioni, aos oficiais da Policia Militar de São Paulo Prof.Ms Azor Lopes e ao Prof.Dr. Ronilson;

A secretaria da pós-graduação da UNESP-Araraquara, ao Ministério de Ciência Tecnologia de Moçambique e ao CNPq pela eficácia e eficiência administrativa na gestão do convênio PEC-PG;

Enfim, a todos os familiares e amigos cujos nomes, injustamente, não couberam nesta pagina, endereço o meu *koshukuru*¹.

¹ Obrigado em língua *Emakhua*, a mais falada em Moçambique e em particular na zona norte;

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as experiências de formação profissional de duas gerações de policiais da Polícia da República de Moçambique (PRM) tendo como base as épocas ou os contextos políticos sociais em que se inserem suas escolas de formação entre 1975 a 2011. A primeira geração ingressara por volta de 1974, durante a transição para a independência, entre guerrilheiros e militantes políticos sem muita escolaridade, mas com fortes convicções e espírito patriótico/revolucionário e a segunda com alguma escolaridade e opções políticas diversas que ingressara em 1999 através da Academia de Ciências Policiais dentro de um segundo quadro de reformas do Estado moçambicano e, em particular, da PRM. Para a materialização do objetivo proposto, metodologicamente, optou-se pela revisão da literatura, análise documental e trabalho de campo, no qual predominaram as entrevistas estruturadas individuais e, por questionários, enviados por e-mail. Nessas entrevistas consideramos como grupo de referência os oficiais de ambos os grupos vinculados as escolas de formação e as unidades e subunidades policiais como forma de captar os aspetos comuns e diferenciadores nas suas experiências de formação policial.

Palavras – chave: Polícia. Polícia profissional. Formação policial.

ABSTRACT

This research aimed to understand the formative experiences of two generations of police officers from the Republic of Mozambique based on the ages or social political contexts in which they operate their training schools between 1975 and 2011. The first generation had joined around 1974, during the transition to independence, between the guerrillas and political activists without much education, but with strong convictions and patriotic spirit - and the second with a revolutionary education and various policy options that joined in 1999 by the Academy of Police Science within a second frame of the Mozambican state reforms and, in particular, the PRM. To materialize the proposed objective, methodologically, we opted for the literature review, documentary analysis and fieldwork predominated structured individual interviews, and questionnaires sent by e-mail. Consider these interviews as a reference group of officials from both groups linked training schools and police units and subunits as a way to capture the common aspects and differentiators in their experiences of police training.

Key - words: Police. Professional police. Police training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da população por sexo e província	21
Tabela 2. Distribuição das mulheres em cargos no Estado	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da divisão administrativa de Moçambique	20
--------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Roteiro de entrevista para os policiais jovens	134
Anexo 2. Roteiro de entrevista para os policiais mais velhos	138

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIPOL	Academia de Ciências Policiais de Moçambique
AFRIMAP	Africa Governance Monitoring and Advocacy Project
CPM	Corpo de Policia de Moçambique
CRM	Constituição da República de Moçambique
DIP	Departamento de Informação e Propaganda
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GPM	Grupos Populares de Vigilância
PPM	Polícia Popular de Moçambique
PRM	Polícia da República de Moçambique
PEPRM	Plano Estratégico da Policia da República de Moçambique
PRE	Programa de Reestruturação Económica
PSP	Policia de Segurança Publica
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SIO	Serviços de Informação Operativa
SISE	Serviço de Informação e Segurança do Estado
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: DOS ACONTECIMENTOS À CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA	11
1.1 Justificativa: porque pesquisar sobre a formação de jovens policiais em Moçambique?	18
1.2 Delimitação da pesquisa	19
1.2.1 Localização geográfica Moçambique	19
1.2.2 Extensão territorial, divisão administrativa e indicadores demográficos.....	20
1.2.3 Indicadores econômicos	22
1.2.4. Organização política: Estado, governo e administração	23
1.2.5 Polícia da República de Moçambique: organização e funcionamento ...	25
1.2.5.1 Recursos humanos da Polícia da República de Moçambique.	26
1.2.5.2 Sistema de carreira na PRM: progressão e cessação.....	27
1.2.5.3 A situação do gênero na PRM.	28
1.3. Considerações teóricas: polícia profissional e formação policial.....	30
1.3.1. Conceituando a polícia.....	30
1.3.2. Características da polícia.....	32
1.3.2.1. Pública/Privada	32
1.3.2.2. Especialização/não especialização	33
1.3.2.3. Profissionalização/não profissionalizado	33
1.3.3 Formação policial	41
1.3.4 Socialização profissional e formação policial	43
1.3.4. Formação superior e a organização policial: dilemas e paradoxos	44
1.4. Procedimentos metodológicos	47
1.4.1 O método.....	48
1.4.2 Técnicas de coleta de dados: análise documental e entrevistas estruturadas individuais.....	49
1.4.3 Entre memórias e historia individual	50
1.4.4 Seleção dos entrevistados.....	52
1.4.5 Itinerários da pesquisa e as limitações na recolha de dados.....	52
1.4.6 Participantes da pesquisa.....	57
2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL POLICIAL E A TRAJETÓRIA DA POLÍCIA NOS MARCOS DA EDIFICAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO MOÇAMBICANO.....	59
2.1 A transição para a independência: primórdios da formação de policiais e o disciplinamento, ou higienização de Lourenço Marques – Maputo.	59

2.2	O Estado pós-colonial e a concepção do trabalho policial: do Corpo de Policia de Moçambique para a polícia popular.	59
2.3	Ofensiva legalidade: reestruturando a formação policial em Moçambique. ...	62
2.3.1	Determinações da ofensiva pela legalidade, em relação às arbitrariedades e à infiltração física e ideológica do inimigo.....	68
2.3.2	A pena de morte e a tortura, no enfrentamento da delinquência.	72
2.4	Do Estado socialista ao neoliberalismo: a ascensão da criminalidade, a decadência institucional e a reorganização da formação policial a partir de 1990.....	73
2.4.1	A formação de policiais e o enfrentamento da delinquência em Moçambique: as perspectivas do PEPRM (2003).	75
3.	ESTADO SOCIALISTA: EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS POLICIAIS ENTRE 1974-1990.....	82
3.1.	Recrutamento, seleção e formação acadêmica e cultural dos jovens para a policia entre 1975 a 1990 – trajetórias e caminhos percorridos.	82
3.2.	Ser policial, escolhas e motivações para a escolha da profissão – patriotismo e nacionalismo.	90
3.3.	A dupla dimensão do processo de formação do policial: da rua para a escola e da escola para a rua.	93
3.4.	O ensino policial nos centros de formação policial: a educação policial e a político-militar.	97
3.5.	A componente político-ideologica como o cerne da formação do policial: o que pensam os jovens de 1974 sobre a educação superior na policia?	100
4.	ESTADO CAPITALISTA NEOLIBERAL: EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS POLICIAIS APÓS 1990.....	110
4.1	Recrutamento seleção e formação acadêmica e cultural dos ingressantes a policia.....	110
4.2	O ensino em ciências policiais na ACIPOL: ritos de passagem, disciplinas, rotinas diárias e conteúdos discutidos.	113
4.3	Ser policial: motivações para a escolha da profissão e expectativas pós-academia.	116
4.4	Experiências no campo do trabalho policial: da Academia para o setor laboral.....	120
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERENCIAS.....	128
	ANEXOS	12834

1. INTRODUÇÃO: DOS ACONTECIMENTOS À CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

No dia 20 de Setembro de 1974 tomou posse o Governo de Transição, [...]. Desde então a **FRELIMO**² definiu como uma das palavras de ordem fundamental a **VIGILÂNCIA** e, no seu contexto, a **LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE**.

(FRELIMO, 11 de Agosto de 1976, p.6)

Desde o momento em que se iniciou a transição para a independência de Moçambique (20 de setembro de 1974) o combate à criminalidade sempre representou um desafio prioritário na reconstrução da sociedade pós-colonial que, alicerçada sob a expectativa de constituir um Estado socialista, considerava o crime como um problema social, originado pelas desigualdades resultantes da profunda opressão, humilhação e exploração do homem gerado pelas sociedades colonizadoras. Por isso pode-se afirmar que, dentre as instituições públicas, a polícia figurava em uma posição de destaque na construção do novo Estado que se pretendia igualitário, justo e livre de todas as formas de desigualdade.

Segundo THOMAZ (2008), as ações policiais, durante a fase de transição, se iniciaram em 7 de Novembro de 1974, com uma operação designada limpeza que juntou os membros do movimento de libertação - FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) com os policiais da Policia de Segurança Publica – PSP constituída por portugueses e moçambicanos ao serviço do colonizador.

Neste contexto, dadas as situações coloniais de acesso ao sistema de educação parte significativa deste grupo de indivíduos que estavam se inserindo naquele momento na organização policial eram, majoritariamente, militantes do movimento revolucionário, pouco alfabetizados ou provindos de um sistema educacional em zonas libertadas, com experiência e conhecimentos de guerrilha/resistencia anti-colonial.

É com este grupo de indivíduos majoritariamente jovens que se constitui o Corpo de Polícia de Moçambique em 17 de Maio de 1975 antecedendo a independência que se proclamara em 25 de Junho do mesmo ano. Importa salientar que os mesmos

² Sigla que significa Frente de Libertação de Moçambique, movimento revolucionário fundado em 1962 pela união de três movimentos anti-colonialista UNAMI, UDENAMU e MANU, em Dar-es-salam capital da Tanzânia e que depois se transformou em partido político.

passaram por duas etapas de sua formação a primeira voltada para as experiências práticas no cotidiano de trabalho com os policiais da força colonizadora e, posteriormente, no centro de formação político-militar em Nashingwea-Tanzânia, onde participaram da formação policial formal focada no treinamento militar e, particularmente, na construção da consciência coletiva de uma nação.

Apesar de escasso efetivo policial e sem muitas qualificações acadêmicas, nos tempos que se seguiram à independência, a situação da ordem e segurança pública foi considerada boa conforme ilustra um depoimento do então Ministro da Justiça durante a conferência da ONU sobre a prevenção da delinquência decorrida em Caracas-Venezuela em 1980:

[...] a situação de Moçambique no que respeita a criminalidade herdada do período colonial mudou radicalmente, [...]. A drástica redução de criminalidade [...] encontram-se ligados diretamente às profundas transformações políticas, sociais e econômicas impostas pela revolução. No tempo colonial, por exemplo, havia grande insegurança nas nossas cidades e as pessoas prudentemente evitavam circular [isoladamente] à noite. Hoje [1980] sem o aparato policial que dantes havia, os cidadãos circulam até altas horas da noite sem que corram qualquer risco. (HUNGUANA, 1980, p.11)

Sob o lema “*Unidade, Trabalho e Vigilância*” o governo pós-colonial exigia a vigilância permanente dos membros da coletividade em relação aos que se pautassem por comportamentos lesivos aos interesses coletivos uma vez que tudo era considerado do povo e era o povo que devia velar e preservar seu patrimônio. Na mesma medida, todo aquele que cometesse crime não somente rompia o contrato social como também prejudicava ao povo e, por conta disso, era catalogado de inimigo do povo, da revolução, da unidade nacional e do trabalho árduo e honesto.

Porém, apesar desse envolvimento político das massas populares e da corporação policial na reconstrução nacional, os atos criminais se registravam por vários lados incluindo também flagrantes de violações por parte da própria força de defesa e segurança. Por esse motivo, em 15 de Novembro de 1981, foi convocado um comício na Praça da Independência, na cidade de Maputo, onde, durante o discurso, foi desencadeada a ofensiva da legalidade pelo chefe do Estado Samora Moises Machel.

Tal ofensiva originada pelas denúncias populares sobre espancamentos, agressões físicas, castigos corporais, torturas, violação de mulheres e menores, abuso do poder, apropriação indevida de bens dos cidadãos praticada pelos membros das forças

armadas, polícia popular, SNASP (Serviço Nacional de Segurança do Povo) e grupos responsáveis pela vigilância popular que justificavam sua autoridade por meio de arbitrariedades e intimidação as comunidades.

O chefe do Estado reconheceu que as arbitrariedades praticadas estavam associadas ao nível de desconhecimento sobre os limites da ação policial o que gerava certa insegurança ou incerteza das comunidades sobre o que é permitido ou não, tendo reiterado a necessidade de se mudar a forma de recrutamento de policiais. Citando-o em seu discurso:

Os membros da policia [devem] ser seleccionados entre os melhores soldados, entre os jovens que tendo ingressado as fileiras das Forças Armadas de Moçambique [...] se revelem com qualidades de disciplina e aprumo, cortesia e civismo. Os membros da Policia Popular de Moçambique – PPM, devem ter um comportamento exemplar a fim de poderem ter autoridade moral que lhes permitam agir pela persuasão [...].(MACHEL, 1981, p.24)

A necessidade de mudança no perfil dos ingressantes ao trabalho policial na década de 80 é por nós entendida como uma segunda etapa do recrutamento de jovens para o trabalho policial que foi antecedida pela retirada de alguns policiais da PSP³ para se constituir uma força estritamente despida de todas as influências coloniais – negativas. Continuamente, por intermédio das lideranças comunitárias e partidárias os mais jovens eram continuamente recrutados uns provindos do sistema educativo nacional e outros em escolas no estrangeiro. Nesse leque de indivíduos podem-se encontrar estudantes provenientes de diversas escolas (Cuba, Alemanha, etc) cujo fator comum com os anteriores era sem duvidas a consciência coletiva e política.

Passados anos, volvida a guerra civil (1977-1991) ocorreram diversas transformações na sociedade moçambicana. Com o nosso olhar atento ao impacto dessas mudanças na trajetória da organização policial moçambicana, constatamos que desde a independência até meados da década de 90 as exigências de ingresso a policia incidiam predominantemente sobre três aspetos: porte fisico, disciplina militar e militância político-partidária.

Contudo, pelo menos, desde o início da década de 1990, quando se introduziam, formal e materialmente, os primeiros dispositivos legais para a conversão do Estado

³ A retirada de policiais portugueses da PSP foi em 1975. Porém, havia ainda alguns nativos que já lá trabalhavam que foram retirados em 1979 com a chamada operação demolição-remoção. Uns saíram definitivamente e outros apenas retiraram a farda e passaram a fazer parte de órgãos de apoio a instituição.

socialista para o capitalista neoliberal, foi notória a mudança nas formas de cometimento de crime (PEPRM, 2003). De certo modo, este fato possibilitou que em Julho de 1997 se iniciassem as primeiras reformas na Polícia da República de Moçambique, mediante acordos de cooperação firmados com a PNUD⁴(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e com a Guarda Civil Espanhola. Ambos os projetos foram focalizados para as seguintes componentes: a reorganização /reestruturação da formação policial e o apetrechamento das delegacias, comandos provinciais e centros de formação policial (infra-estruturas e aquisição de equipamento operacional e administrativo).

Segundo CHACHIUA (2000), no final de 1998, um relatório sobre as reformas em curso reportava a necessidade de capacitar todos os policiais para eliminarem as possibilidades de existência de discrepância nos padrões de policiamento e de atuação policial. As constatações indicavam que muitos dos indivíduos que compunham a polícia não possuíam requisitos acadêmicos exigidos para a frequência aos cursos de capacitação. E por conta dessa falta de requisitos geravam-se no seio da corporação incertezas entre os agentes da polícia sobre a sua permanência na instituição, ou ao seu possível futuro na força policial. Contudo, mesmo com baixa escolaridade manteve-se o posicionamento de enviá-los aos cursos de aperfeiçoamento.

No âmbito das mesmas reformas, em 1999, foi criada, através do Decreto 24/99, de 18 de Maio, a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), instituição de ensino superior em ciências policiais encarregada de formar oficiais de nível superior, como forma de profissionalizar o trabalho policial e melhorar o desempenho da organização no enfrentamento da criminalidade. Consequentemente, é aprovado o Estatuto do policial, através do Decreto nº 28/99, de 24 de Maio, que estabelece os requisitos e pressupostos para se ingressar na carreira policial baseando-se, essencialmente, no nível de escolaridade, os quais não eram necessariamente obedecidos no regime de Estado socialista.

Não obstante terem se iniciado diversas tentativas de reformar a polícia, desde 1990, as mudanças introduzidas na formação dos policiais como forma de adequar as missões da organização aos princípios estruturantes do Estado democrático e de direito não tem possibilitado um ajuste entre o aprendizado obtidos nas academias/escolas de

⁴ Projeto MOZ/95/015

formação policial e as praticas profissionais dos policiais mais antigos demonstrando-se certa inércia, ou resistência a mudança na cultura policial.

Entretanto, por um lado, em uma fase pós-socialista as exigências impostas pelo novo modelo de recrutamento e seleção, estabelecidos pela Lei 28/99 determinam que os indivíduos que queiram se tornar policiais tenham, como pré-requisito, certo nível de escolaridade, sendo imperioso que se seja alfabetizado. Por outro, exclui-se o não alfabetizado buscando-se superar o contexto socialista, quando as exigências acadêmicas foram ignoradas.

Em um momento pós-socialista, o estatuto do policial, aprovado em 1999, enfatiza a condição técnica como requisito basilar para ingressar a formação policial tornando a alfabetização como indispensável devendo o ingressante possuir, no mínimo, uma educação equivalente ao 10º ano de escolaridade, aos que queiram ingressar ao escalão básico da organização policial mediante a submissão a um concurso público envolvendo exames teóricos, físicos, psicológicos, e aprovação pública nas comunidades onde o candidato reside. Aos que pleiteiam a vaga nas academias de polícia devem possuir o nível médio concluído (equivalente ao 12º ano) e prestar provas de aptidão físico-mental e um exame nacional do tipo vestibular.

Apesar destas exigências é notório que as gerações recentes de jovens, graduados, que ingressam a organização policial têm se deparado com imensas dificuldades de integração no ambiente de trabalho, enquanto policiais profissionais, perante a antiga geração de policiais. Composta, essencialmente, por militantes ou ex-guerrilheiros da luta pela libertação que ingressara a organização com pouca alfabetização⁵, e que não os reconhece enquanto portadores de perspectivas diferenciadas de valores ou princípios profissionais.

Assim, se confirma a coexistência de formações profissionais distintas que orientam em cada contexto do Estado-nação, práticas disformes e por vezes antagônicas, na concepção do trabalho policial, prevalecendo geralmente a visão dos que se encontram nas posições hierarquicamente privilegiadas, os mais antigos (não profissionalizados).

As disputas entre os grupos para tornar legítima suas visões do mundo sobre a solução de problemas da organização demonstram, por um lado, a lealdade dos policiais, mais velhos, perante a doutrina militar e de militância partidária interiorizada

⁵ Segundo TAIMO (2010, p. 92) “[...] grande parte dos guerrilheiros que aderiam as fileiras da frente [de libertação de Moçambique] eram analfabetos”.

no período de sua formação profissional e em suas experiências cotidianas do trabalho policial. Por outro, demonstram certa contraposição ou desvalorização dos conhecimentos dos jovens, adquiridos em instituições de formação superior que, sendo subalternos, não gozam de autonomia perante o trabalho a fazer, por mais que analisem criticamente cada missão a si atribuída, como forma de ajustá-la aos princípios incorporados no interior da Academia.

A fé depositada no ensino superior policial e nos critérios de recrutamento e seleção dos indivíduos, baseada no grau de escolarização, pelo menos em curto prazo demonstrou-se ineficaz, para harmonizar a atuação policial e, conseqüentemente, melhorar o desempenho da organização policial nos serviços prestados a comunidade. Apenas se transforma num conflito de posições entre os que detêm o capital cultural baseado nas experiências concretas e cotidianas de trabalho e os que o adquiriram em circunstâncias abstratas propiciadas pela Academia. Nota-se certa tendência de desvalorização dos conhecimentos adquiridos nas instituições de ensino por parte dos policiais com mais tempo de serviço (MIRANDA, 2008).

Se, por um lado, um grupo de policiais concentra-se nas definições de conhecimento baseadas nas instituições de ensino-academia, por outro, se valoriza as experiências cotidianas de trabalho, procurando demonstrar sua lealdade perante elas. Em suma há duas vozes conflitando para definir a base de conhecimentos sobre a ocupação profissional.

É neste sentido, que a presente pesquisa buscará analisar essa realidade, a partir dos documentos oficiais – legislações, planos, diretivas – sobre a organização policial, complementando-as com as narrativas presentes em alguns jornais publicados ao longo do período em análise e nas histórias orais de indivíduos que integram as duas gerações de policiais moçambicanos. Uns compuseram, o primeiro grupo de policiais moçambicanos, ex-guerrilheiros da luta de libertação contra o colonialismo português e os outros compõem a geração recente de policias com formação superior em ciências policiais.

É nosso propósito entender como as ideologias marcantes num contexto de Estado socialista (1975-1986) e capitalista neoliberal (1987-2011) influenciaram na concepção dos processos de formação dos policiais a partir das experiências distintas das duas gerações de policiais.

Importa destacar que parte significativa do primeiro grupo de policiais encontram-se, atualmente, em posições hierarquicamente privilegiadas na estrutura da

organização policial moçambicana e trabalham junto às delegacias e, também, em escolas de formação policial, espaços considerados de vital importância no presente estudo, por constituírem o lugar de socialização profissional formal e informal dos jovens que ingressam a carreira policial.

No primeiro capítulo é notória a busca de determinados fatos que fizeram emergir a necessidade de tentar refletir sobre as experiências de formação de jovens policiais em Moçambique, tendo como foco os contextos sócio-políticos em que se insere a trajetória do Estado nacional independente bem como as discussões teórico-conceituais baseadas em vários autores que abordam a temática. Igualmente, apresentamos os caminhos percorridos metodologicamente na realização do trabalho de campo, para refletir a experiência juvenil das duas gerações de policiais, tanto nos espaços de formação policial, quanto no interior da organização policial na qual ambas interagem.

No segundo capítulo procuramos identificar os momentos de transição, de mudanças, de ruptura a partir de algumas políticas e legislações adotadas ao longo da história de Moçambique e da polícia de 1975 a 2011 para entender como ocorrem as mudanças de regime e como se concebem as formas de mobilização de jovens para participarem do combate a delinquência ou então de pertencerem as forças de defesa e segurança do Estado.

Finalmente, a partir de seus depoimentos colhidos em entrevistas individuais e por questionário debruçamo-nos sobre as práticas e as experiências concretas de formação destas duas gerações de policiais para, compreendermos as disputas que acontecem entre ambas na definição do trabalho policial tomando como base os contextos político-sociais em que se formam.

1.1 Justificativa: porque pesquisar sobre a formação de jovens policiais em Moçambique?

As indagações em torno da trajetória da organização policial moçambicana e da cultura institucional, introjetada em seus membros ou integrantes, se iniciaram ainda quando desenvolvia as práticas pré-profissionais numa das delegacias da província de Maputo. Na altura estudante-cadete do terceiro ano de graduação em ciências policiais na Academia de Ciências Policiais de Moçambique, instituição de ensino policial de nível superior, vocacionada para a formação de oficiais para a polícia.

O estágio era concebido como requisito complementar do curso em Ciências Policiais, bem como práticas pré-profissionais de futuros integrantes da organização policial moçambicana e, no seu desenrolar foi notável certa discrepância entre os modos de agir aprendido a partir das disciplinas ministradas na academia e o dos que já estavam inseridos no trabalho, há longos anos. Por um lado, nos sentíamos reprimidos por não poder expressar nossas opiniões sobre a forma de execução apreendidas em carteira; por outro lado notávamos certa aversão em relação aos nossos posicionamentos, que mesmo estando fundamentados em princípios jurídicos legais eram desqualificados e associados à má qualidade de formação. De todas as formas procuravam convencer-nos que, mesmo com baixas qualificações detinham em sua posse conhecimentos que nenhuma universidade poderia conferir e que, para obtê-los, era necessário ter tarimba, desmotivando todas as ações em busca de auto-afirmação, enquanto jovens finalistas do curso superior em Ciências Policiais.

Por estas e outras adversidades profissionais e geracionais, no interior da organização policial sente-se a responsabilidade de fazer questionamentos em torno da trajetória de formação de jovens policiais da Polícia da República de Moçambique, como forma de compreender esses aspetos vivenciados no interior da organização.

É de extrema importância compreendê-los, pela necessidade de reconstruir a explicação da formação das instituições do Estado pós-colonial, dentro de uma perspectiva de quem dela faz parte uma vez que a trajetória, a função, a legitimidade e mesmo a origem das organizações policiais, estão intrinsecamente atrelados à organização dos Estados-nações (BRITO & SOUSA, 2004). Igualmente, a preocupação com a formação do policial não reside somente na procura de uma interpretação sobre os processos de treinamento de jovens, que se materializa por meio de transmissão e incorporação de uma doutrina, ideologia ou um discurso dominante, mas sim pela

necessidade de analisar como esses discursos foram determinantes, no estabelecimento de padrões de formação de jovens policiais, tanto no interior das escolas de formação, quanto no seu modo de agir no cotidiano de suas ações.

Desde o acordo geral de paz, assinado em 1991, a inserção de ex-militares das Forças Armadas Nacionais na polícia, que combateram na guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO (1977-1991), já se evidenciava a coexistência de grupos, com formações diferenciadas, no interior da organização policial. Em 1998, no início das reformas conduzidas pelo projeto MOZ/95/015, já se tinha recomendado a necessidade de capacitar todos os policiais ajustando-os a uma única forma de atuar, para evitar disparidades.

Contudo, parte significativa dos policiais não possuía escolaridade necessária para compreender as disciplinas ministradas, sobretudo as teóricas. Tais fatos associados à inserção de policiais com formações superior em Ciências Policiais, a partir de 2004, incrementaram ainda a coexistência de outras formas de fazer o trabalho policial. Neste contexto, tendo em conta que, até ao momento, ainda não houve um sistemático debate sobre os padrões de formação policial existente e, nem tampouco, sobre as experiências de enfrentamento da delinquência, desde a formação do Estado moçambicano independente achamos pertinente estudá-los.

1.2 Delimitação da pesquisa

Como forma de estabelecer balizas, na abordagem que se pretende fazer torna-se necessário por razões metodológicas, especificar o âmbito e o campo de análise sobre o qual incidirá a presente pesquisa, de modo a definir as fronteiras de âmbito espaço-geográfico, bem como temporal. Nesse sentido, a pesquisa realizar-se-á em Moçambique e incidirá sobre a organização policial nacional, abarcando o período que vai desde 1975 a 2010.

1.2.1 Localização geográfica de Moçambique

Moçambique é um país localizado na faixa sul - oriental do continente africano e fica situado entre os paralelos 10/27' e 26/52' de latitude Sul e entre os meridianos 30/12' e 40/51' longitude Este. Ao norte faz limite com a Tanzânia; ao Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Suazilândia; e ao sul com a África do Sul. Toda a faixa litorânea é banhada pelo oceano Índico, numa extensão de 2.470 km e tem um

significado vital tanto para a economia de Moçambique, quanto para os países vizinhos, situados no interior, que só tem ligação com o oceano através dos portos moçambicanos demarcando assim a sua posição de responsável pelos transportes e comunicação da Comunidade dos Estados da região da África Austral (SADC).

1.2.2 Extensão territorial, divisão administrativa e indicadores demográficos.

O seu território nacional é coberto por uma área de 799.380 Km² incluindo águas interiores. Administrativamente, Moçambique está dividido em 11 províncias. Ao norte: Cabo Delgado, Niassa e Nampula; ao centro as de Zambézia, Tete, Manica e Sofala. E, ao sul as Inhambane, Gaza, Maputo – província e Maputo - cidade. A capital do país é a cidade de Maputo, e é a maior área urbana do país, com maior densidade populacional (4.329 habitantes por quilometro quadrado).



Figura 1. Mapa da divisão administrativa de Moçambique

As estimativas indicam que, em 1960, a população Moçambicana era cerca de 7,6 milhões e foi crescendo ao longo do tempo tendo atingido 9,4 milhões em 1970, 12,1 milhões em 1980, e 15 em 1997 (PNUD, 1998).

Segundo os resultados do censo populacional de 2007, o país tem cerca de 20 milhões de habitantes, dos quais 52% são mulheres. De uma população eminentemente rural, apenas 31 % da população é que reside na cidade. A população de Moçambique é jovem, uma vez que cerca de 70% tem menos de 29 anos de idade. De acordo com PEPRM (2003) os dados do censo 2007 indicam, claramente, o crescimento da população jovem.

Tabela 1. Evolução da população por sexo e província

Províncias	1980		1997		2007	
	Total 10 ³	% Mulheres	Total 10 ³	% Mulheres	Total 10 ³	% Mulheres
Niassa	514	52,1	809	51,1	1178	51
Cabo Delgado	940	52,6	1380	51,6	1633	52
Nampula	2403	50,5	3063	50,3	4077	51
Zambézia	2500	51	3096	51,5	3893	52
Tete	831	52,6	1226	52	1832	52
Manica	641	52,1	1039	52,2	1419	52
Sofala	1065	49,8	1369	51,3	1654	52
Inhambane	997	54,1	1157	56,3	1267	56
Gaza	991	52,6	1117	57	1219	56
Maputo	755	46,5	831	52,9	1260	54
Cidade de Maputo	492	52,1	988	51	1099	52
Total	12130	51	16076	52,1	20531	52

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A taxa de analfabetismo situa-se na ordem de 51.9% e fazendo uma análise por sexo, conclui-se que as mulheres apresentam uma taxa de analfabetismo maior que a dos homens. As mulheres, dos 15-19 anos, apresentam uma taxa acima dos 40%, que vai aumentando até mais de 80%, no intervalo de 45-49 anos. Para os homens, a maior taxa de analfabetismo encontra-se no grupo de 25-29 anos, decresce nos grupos restantes e volta a subir no grupo de 45-49 anos.

As taxas de desemprego são elevadas, rondando os 19%. Tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais, a taxa de desemprego é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens. A taxa de desemprego masculina mantém-se acima dos 20%,

até aos 24 anos de idade e depois começa a baixar. Já entre as mulheres, a taxa de desemprego mantém-se acima dos 20%, até aos 34 anos; depois baixa um pouco nas restantes idades. Os dados sugerem que os jovens e a mulher não encontram com facilidade espaço no mercado de trabalho.

Em 2008, estimou-se uma esperança de vida de 50 anos para as mulheres e 46 para os homens. As taxas de mortalidade infantil, assim como as taxas de mortalidade, noutras fases da vida da criança com menos de 5 anos são, em geral, mais altas para o sexo masculino.

Os assalariados constituem a minoria da população empregada, pois a maior parte da população moçambicana trabalha por conta própria ou em trabalhos familiares sem remuneração ou ainda em trabalhos informais precários sem garantias contratuais.

A maior parte da população trabalha na agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura, destacando-se as mulheres com 87%. Um número reduzido de mulheres está engajado no ramo da indústria no geral, mas no caso da indústria extrativa, não há qualquer envolvimento das mulheres.

Segundo os dados do Inquérito Familiar e da Força de Trabalho (IFTRAB, 2005), a população economicamente ativa corresponde a 99.3% de homens e a 87.0% de mulheres. Nos primeiros grupos etários, há um número maior de mulheres do que de homens, que participam em atividades econômicas.

1.2.3 Indicadores econômicos

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Moçambique foi estimado em 466 USD em 2008. As políticas de liberação do mercado e as privatizações têm possibilitado que o PIB se eleve gradativamente mantendo-se numa taxa anual de 7% exceto. O crescimento econômico tem sido suportado pela construção de mega projetos relacionados à extração de minerais, exportação de energia sendo baixa a contribuição do setor agrícola de apenas 5,2%.

No entanto, apesar deste crescimento notável, os níveis de pobreza em Moçambique são muito elevados. A primeira estratégia nacional de redução à pobreza foi o Plano de Apoio para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), concebido para o período do 2001-2005. O documento baseou-se na noção de falta de crescimento

econômico, como elemento chave ou gerador da pobreza configurando-se numa taxa de crescimento anual por volta dos 8%, sendo este um objetivo central da redução da pobreza.

O plano centrou-se no desenvolvimento do capital físico e humano, tendo sido reconstruídas inúmeras infra-estruturas na área de transporte, saúde e da educação. A necessidade de desenvolvimento do capital humano foi uma recomendação das instituições financeiras internacionais, as quais concediam ajuda ao país, tendo possibilitado um incremento da ajuda que por volta de 1985-1990 era de 7%, vindo a atingir cerca de 26% entre 2001-2005.

Em termos de emprego, as mudanças têm sido radicalmente lentas, uma vez que 80 % da população ativa trabalha no setor da pesca e na agricultura familiar, 15% no setor de serviços e os restantes 5% na indústria manufatureira.

A inflação em Moçambique é muito volátil: os bens de consumo são, basicamente, os motivos para que ocorra esse fenómeno. O que se observa é que os produtos alimentares são consideravelmente sensíveis às alterações dos preços dos produtos agrícolas, bem como a flutuação do preço dos combustíveis. Outro fator que influencia na inflação do país é a flutuação dos preços dos produtos de origem agrícola, provenientes da África do Sul – um dos principais fornecedores de produtos alimentares a Moçambique – e a volatilidade dos preços dos combustíveis no mercado internacional.

Uma das principais fontes de financiamento do Orçamento do Estado (OE) tem sido a ajuda externa (subvenções e empréstimos sob concessão) que cobrem mais de 50% do orçamento. A dependência do financiamento externo, para cobrir os custos de capital tem feito com que o planeamento das despesas estatais e a programação orçamentária se tornem complexas, devido aos problemas relacionados com os atrasos no seu desembolso. Neste contexto, o governo tem realizado esforços no sentido de inverter esta situação, dando maior ênfase à arrecadação de receitas fiscais internas.

1.2.4. Organização política: Estado, governo e administração

Segundo a constituição da república de 2004, o Presidente da República de Moçambique deve ser eleito por sufrágio universal direto, secreto e pessoal. O poder executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, que corresponde ao governo, cujos membros são nomeados e exonerados pelo chefe do Estado. O Conselho de Ministros é,

igualmente, presidido pelo presidente da República, o que significa que ele é, simultaneamente, chefe do Estado, chefe do governo, chefe das forças de defesa e segurança (art.146). O chefe do Estado pode também dissolver a Assembléia da República (art.188).

O poder legislativo cabe à Assembléia da República, cujos 250 membros são também eleitos por sufrágio universal direto, secreto e pessoal. O presidente da Assembléia da República é um dos deputados eleitos e deve ser conduzido a tal posição, mediante a proposta da bancada dos partidos eleitos e, posteriormente, votada pelos deputados. O presidente da Assembléia da República é o substituto legal do chefe do Estado em caso de ausência, doença, renúncia morte, incapacidade permanente comprovada por junta medica (art.151-2).

O poder judicial pertence aos tribunais que se dividem em Tribunal Supremo, administrativo e judicial. No nível dos órgãos da administração da justiça o presidente da República é quem nomeia os juizes do Tribunal Supremo, o procurador geral da República (representante máximo do Ministério Público), e o comandante geral da polícia de Moçambique.

Cada província é conduzida por um governador provincial nomeado pelo Presidente da República. O governador provincial dirige as províncias, auxiliados por uma equipe de diretores provinciais, que representam os respectivos ministérios e os administradores dos distritos da província. No nível do distrito funcionam governos distritais, constituídos por diretores distritais dos diferentes sectores, que é dirigido pelo administrador do distrito. O representante máximo da polícia nas províncias é o comandante provincial da PRM, quem representa genericamente as instituições sob alçada do Ministério do Interior (migração, bombeiros, identificação civil) e, estritamente, o Comando Geral da PRM (polícia de proteção, de trânsito, forças especiais e de reserva, etc).

No âmbito da descentralização administrativa foram criadas as autarquias locais (municípios=prefeitura), que são pessoas coletivas públicas, dotadas de órgãos próprios, cujo presidente e deputados são eleitos à altura de cada localidade e visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos nacionais. Neste sentido, em apenas algumas cidades e vilas foram constituídos municípios, em número de trinta e três, a nível de todo o país, os quais tem sob sua alçada as polícias municipais, que velam pelas contravenções em cada cidade.

1.2.5 Polícia da República de Moçambique: organização e funcionamento

Segundo a constituição da República de Moçambique, a PRM tem como função garantir a observância da lei e o respeito pelo Estado democrático e de direito em colaboração com as demais instituições do Estado devendo por isso ser imparcial e apartidária na prossecução de suas tarefas (art. 254 da CRM). A PRM é uma instituição militarizada, subordinada ao Ministério do Interior e criada pela lei 19/92 de 17 de maio, a qual estabelece suas formas de organização, funcionamento, missões e deveres dos membros da Polícia da República de Moçambique. Sua estrutura organizacional esta prevista na lei 22/93 de 16 de Setembro e na lei 27/99 de 24 de Maio ambas, complementarmente, definem as atribuições e formas de funcionamento dos diversos órgãos que a compõem o Comando Geral da Polícia, nomeadamente:

- Direção de ordem e segurança pública;
- Direção de Investigação Criminal;
- Comando das forças especiais e de reserva;
- Direção de pessoal e formação;
- Direção de logística e finanças;
- Departamento de estudos, informação e plano;
- Departamento de informação interna;
- Departamento de relações pública;
- Gabinete do Comandante;
- Secretaria geral.

Com a mesma composição se encontram os comandos provinciais. A Polícia da República de Moçambique é dirigida por um Comandante Geral coadjuvado pelo Vice-Comandante Geral com a patente de inspetor geral e comissário respectivamente os quais são nomeados e exonerados pelo Chefe de Estado. O estatuto orgânico da PRM organiza a polícia em unidades e subunidades. As unidades da PRM são constituídas pelos seguintes órgãos:

- Comando geral da Polícia de Moçambique,

- Instituições de ensino e formação policial;
- Comando das forças especiais e de reserva;
- Comandos provinciais.

As subunidades contemplam as esquadras (delegacias), comandos distritais de polícia e postos policiais.

A Polícia moçambicana dispõe, atualmente, de um comando geral, localizado na cidade de Maputo, três centros de formação policial (centro de formação básica de Matalane, Dondo e Natikiri), onze comandos provinciais, localizados nas respectivas capitais da província, sessenta e cinco esquadras (delegacias), localizadas em zonas urbanas das cidades e vilas, trezentos e sete postos policiais, situados majoritariamente em espaços rurais e em bairros periféricos das cidades e cento e vinte e oito comandos distritais. Igualmente possui brigadas especializadas para combate ao crime, nomeadamente, a brigada antidroga, a brigada contra o furto de veículos e a brigada contra o crime organizado (PEPRM, 2003).

1.2.5.1 Recursos humanos da Polícia da República de Moçambique.

Segundo o PEPRM (2003), a Polícia da República de Moçambique tem cerca de 20.782 policiais, dos quais somente 7% são mulheres que, hierarquicamente, estão distribuídos por categorias, que constituem a hierarquia do sector, nomeadamente: oficiais gerais (em número de 6), oficiais superiores (238), oficiais subalternos (2.695), sargentos (3.308) e guardas (14.178).

O numero total de policiais é considerado extremamente reduzido, se tomarmos em consideração a proporção de policiais destinada a atender as comunidades que, segundo padrões internacionais, situa-se na ordem de 1 polícia por 350 habitantes. Se calcularmos pela equação ($racio = \frac{n^{\circ} \text{total de polícia}}{n^{\circ} \text{total de habitantes}}$) veremos que o *racio* policial em Moçambique é de um polícia para mais de 1.000 habitantes, o que significa que se deve triplicar o número de recursos humanos para se atender, somente, a questão quantitativa.

O recrutamento e seleção dos que pretendem ingressar na carreira policial são realizados a partir do preenchimento dos requisitos constantes do Estatuto de Polícia, o qual prevê duas formas de ingresso. A primeira se refere ao ingresso na escala básica, a qual se exige 10º ano de escolaridade, como habilitações académicas mínimas e idade

compreendida entre 19 e 30 anos, para além de frequentar, com aproveitamento, o período de dois anos de estágio. A segunda forma refere-se ao escalão superior, a qual é exigida o mínimo o equivalente ao nível médio de escolaridade e idade mínima de 18 anos e máxima de 22 anos. A conclusão de um curso superior de ciências policial, ou equivalente é o requisito para ascensão a escalão de oficiais subalternos, mas de nível superior. Na classe dos oficiais existem oficiais de escolaridade media, básica e superior e igualmente existem oficiais subalternos, superiores e generais. Contudo, é de salientar que o nível académico de graduação é apenas condição de ascender à posição de oficial subalterno e não critério de progressão na carreira. Nesse sentido, o desempenho dos oficiais de nível básico, médio e superior são avaliados pelos mesmos **critérios quais?**.

Na escala superior, para além da Academia de Ciências Policiais, a formação de oficiais da PRM é também assegurada, pelos estabelecimentos de ensino policial estrangeiros, especialmente, o Instituto de Ciências Policiais de Portugal e, recentemente, a Academia de Polícia - ACADEPOL - Brasil. A formação de guardas e sargentos realiza-se na Escola Prática da Polícia em Matalane.

Tanto a Academia de Ciências Policiais, quanto os centros de formação básica policial, ambos tem a missão de realizar cursos de aperfeiçoamento, especialização e reciclagem nas diferentes áreas de atividade da polícia.

1.2.5.2 Sistema de carreira na PRM: progressão e cessação.

As formas de ingresso, ascensão e cessação da carreira policial está prevista pela lei 28/99 de 24 de Maio. Em torno dos critérios de recrutamento, seleção e ingresso a carreira policial, já nos referenciamos anteriormente. Em relação à progressão na carreira policial, podemos afirmar que a PRM está estruturada em quatro categorias, as quais contém em si níveis horizontais de promoção que são chamados de escalão. Abaixo agruparemos, em ordem crescente, os escalões verticais comumente designados por patentes:

- Guardas;
- Sargentos;
- Oficiais subalternos;
- Oficiais superiores;
- Oficiais generais;

Na categoria dos guardas tem apenas três subcategorias, nomeadamente:

- Guarda estagiário (primeira função, que é exercida pelos policiais que terminam a formação básica da polícia e deve durar um ano);
- 2º Cabo (segundo degrau);
- 1º Cabo.

Na classe dos sargentos há mais duas subcategorias: o sargento e sargento principal;

Na classe dos oficiais encontramos três níveis, os subalternos, os superiores e os generais. No grupo dos subalternos teremos um subinspetor (básico, médio e superior); inspetor, adjunto de superintendente. Na classe dos oficiais superiores encontra-se o superintendente, superintendente principal e o adjunto do comissário.

Nos oficiais generais encontramos o 1º adjunto do comissário, comissário e inspetor geral, que corresponde à posição de comandante geral da polícia. Como se pode notar, o sistema de progressão na carreira é estritamente vinculado ao tempo de serviço e não necessariamente as qualidades acadêmicas do policial, ou seja, se a escolaridade é considerada critério de ingresso, a mesma não está diretamente vinculada à ascensão a posições orgânicas.

As únicas promoções baseadas no critério escolaridade é a do subinspetor da polícia, que em princípio se destinava aos graduandos da ACIPOL e que, por analogia, posteriormente, foi alargada aos policiais com formação superior, independentemente da área de formação que tenha sido diplomado. A dos sargentos, a qual fora preconizado por uma ordem de serviço em 2006 (s/n) que promoveu alguns policiais que estavam na classe dos guardas e tinham nível médio concluído.

1.2.5.3 A situação do gênero na PRM.

Segundo o PEPRM (2003), a profissão de polícia tem sido categorizada como sendo essencialmente masculina. Apesar de corresponderem a 52% da população moçambicanas, as mulheres representam apenas 7% dos recursos humanos da Polícia da República de Moçambique. De uma forma geral pode-se afirmar que sua participação ativa, em muitas instituições ou órgão de poder tem sido condicionada pelo seu grau de alfabetização, que é de 36,1% (INE, 2008). Contudo, mesmo sendo fraca a sua presença nas instituições, alguns progressos têm vindo a ser alcançados conforme ilustra o quadro abaixo:

Tabela 2. Distribuição das mulheres em cargos no Estado

Orgãos	2004		2005		2006		2007		2008	
	Tot	%	T	%	T	%	T	%	T	%
Ministras	26	15,3	32	18,7	32	18,7	32	18,7	27	25,9
Vice-Ministras	18	16,3	17	23,5	17	23,5	17	23,5	20	30
Governadoras	11	0	11	18,1	11	18,1	11	18,1	11	18,1
Sec. Em Ministérios	17	11,7	19	31,5	19	31,5	19	31,5	19	31,5
Diretoras Provinciais	142	8,4	163	20,2	163	20,2	163	20,2	163	20,7
Deputadas	250	28,0	250	35,6	250	36,0	250	37,2	250	37,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, perfil do gênero em Moçambique 2009

Em 128 comandos distritais, espalhados por todo o país, apenas 6 são chefiados por mulheres. Existe uma diretora nacional, e uma comandante provincial. Apenas 11 mulheres têm patente de oficiais superiores; 174 de oficiais subalternos, 497 de sargentos e as restantes 1.043 são guardas. Por todo o país, existem sete comandantes de delegacia, um chefe de Departamento Central, cinco chefes de Departamento Provincial e dois Chefes de Repartição Central.

1.3. Considerações teóricas: polícia profissional e formação policial

Nesta parte do trabalho pretendemos por em debate as idéias de alguns autores, sobre os conceitos fundamentais que norteiam a presente pesquisa. Partindo do conceito de polícia, escalaremos suas características peculiares, dentre elas a profissionalização que se encontra estritamente vinculada ao processo de formação profissional do policial.

1.3.1. Conceituando a polícia

No quadro jurídico moçambicano a polícia pode ser considerada de duas formas distintas tomando em consideração os dispositivos legais, sobre sua atuação, aprovados em cada contexto político que o Estado moçambicano adotou. Nesse sentido, há que destacar duas leis:

- A lei 5/79 de 26 de Maio que cria a Polícia Popular de Moçambique (PPM) e extingue o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM);
- A lei 19/92 que cria a Polícia da República de Moçambique (PRM) extinguindo a PPM.

Segundo a lei 5/79 de 26 de Maio a polícia era um corpo unitário do Estado ao serviço da aliança operário-camponesa que visava à garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, o respeito da constituição bem como a proteção das conquistas revolucionárias devendo atuar em estreita ligação com as massas populares e servindo seus interesses (art. 1, 2 e 3).

Decorre deste conceito a ideia de que em qualquer sociedade os órgãos policiais representam interesses de determinadas classes. Este entendimento proveio da experiência colonial portuguesa, na qual estas, agiam em oposição e repressão as classes operárias - camponesas. Nesse sentido, uma vez alcançada a independência política havia necessidade de reconfigurar essas relações:

[...] nos regimes capitalistas, a polícia é um órgão de repressão do povo. [...] torna-se necessário passar a uma nova fase de estruturação das forças policiais de tipo novo que, na sua forma, conteúdo e métodos de ação, reflitam a natureza de classe do novo poder, e seja efetivamente instrumento da ditadura do proletariado. (trechos do preâmbulo da lei 5/79)

As mudanças que se impunham a polícia estavam fortemente vinculadas às transformações políticas propiciadas pelo movimento revolucionário (FRELIMO) que vencera o colonialismo português. Almejando construir um país menos desigual e livre das atrocidades do governo colonial. Assim, as massas populares - revolucionárias criaram uma polícia que não fosse instrumento de dominação, mas sim ao serviço das classes operárias camponesas.

Segundo o nº. 1 do art. 2 da lei 19/92 de 31 de Dezembro, a polícia é uma instituição pública e força paramilitar cuja função fundamental é a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, o respeito pelo Estado de Direito, a defesa e promoção dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Contudo, não se deve desconsiderar que ela ainda permanece unitária aglutinando diversas especialidades.

Segundo BAYLEY (2006), a polícia deve ser entendida como um conjunto de pessoas reconhecidas, por um grupo, para regular ou delimitar as relações interpessoais dentro desse grupo, mediante a aplicação da força física. Assim sendo, tal intervenção que se restringe exclusivamente em delimitar as relações entre indivíduos, como também entre indivíduos e instituições e entre instituições centra-se sobre três elementos, designadamente:

- Força física;
- Uso interno;
- Autorização coletiva.

A força física, tanto a real, como a aparente/oculta, manifestada pela posse de instrumentos de repressão é, sem dúvidas, uma característica essencial e predominante nas polícias; contudo não pode ser entendida como a fundamental, visto que, primeiro há ações preventivas policiais sem caris coercitivos, que visam à orientação e educação dos cidadãos, prestação de auxílio aos sinistrados, ou crianças perdidas, e advertências para evitar um provável sinistro. Segundo, porque o uso da força, através de instrumentos letais, tem estado também na posse de agências privadas de segurança e algumas *gangs* que dominam alguns espaços em cidades, retirando-lhes esse poder exclusivo de uso da violência. Terceiro, porque no interior da polícia há especialidades, cuja atividade jamais exigiria a força como, por exemplo, os que trabalham na perícia, cuja responsabilidade é apenas produzir provas por meio de análises científicas.

Segundo o mesmo autor, o Estado não é único tipo de comunidade que pode criar uma polícia, pois cada grupo social (família, clãs, tribos, etc.) tem capacidade de

legitimar pessoas que possam, no seu interior usar da força, para regular as condutas dos que dele fazem parte. Por sua vez, o monopólio do uso da força se restringiria a quantidade dos grupos que acharem que merecem uma polícia para delimitar a conduta de seus integrantes, cujo poder se limitaria ao seu espaço e não superaria a polícia do Estado, que seria a geral, tendo em seu poder a autorização de uso da força sobre todas as policiais dos vários grupos que se encontrem no seu espaço de jurisdição.

1.3.2. Características da polícia

Se tomarmos em consideração a ideia de que na sociedade coexiste uma diversidade de polícias, o que delimitaria as condutas de cada uma perante as outras? Para BAYLEY (2006), os três elementos acima mencionados são condição *sine qua non* para a existência de um grupo classificado como polícia, variando apenas a quantidade e qualidade de cada um dos elementos ou indicadores. Porém, contemporaneamente o que distingue esses vários grupos fragmentários e a polícia, propriamente dita, são três conjuntos de atributos dicotômicos, que podem ser entendidos pela diferenciação, contraste ou oposição, nomeadamente:

- a. Pública/Privada;
- b. Especializado/não especializado
- c. Profissional/não profissional

1.3.2.1. Pública/Privada

Para BAYLEY (2006), a agência de polícia é considerada pública, se distinguindo da privada, não somente por gozar de uma autorização da comunidade nacional, que lhe legitima o emprego da força, como meio de regular as relações sociais entre os membros da coletividade a qual serve, mas também pelo fato de cumulativamente se beneficiar de pagamentos, provindos de impostos e taxas coletados pelo Estado, devendo por isso ser controlada no exercício de suas atividades, pelas comunidades que a legitimam devendo agir em prol da proteção do exercício de direitos e liberdades legalmente instituídas.

Sendo autorizada pela Nação-Estado em suas atividades é-lhe investido o poder de autoridade, colocando-lhe numa situação privilegiada na relação com os cidadãos no cotidiano de suas tarefas, enquanto que o funcionamento da polícia privada é autorizada pelo Estado, mas não depende da contribuição dos cidadãos, em forma de

impostos, mas sim por taxas, como contrapartida de um serviço de segurança prestado a quem o solicitar. A elas é legitimado o uso da força em proteção de quem paga pelo serviço, devendo esse exercício ser supervisionado pela polícia pública. Citando (BAYLEY, 2006, p.39): “[...] a polícia é pública se for paga e dirigida pela comunidade que também autoriza o policiamento. A polícia é privada se a comunidade que a autoriza não paga por ela nem a direciona”. Segundo MONET (2006) o caráter público que a organização policial assume é um sinal indiscutível da presença do Estado e de sua capacidade de interferir em qualquer ação individual que perigam os interesses gerais descritos nas leis.

1.3.2.2. Especialização/não especialização

A especialização refere-se à exclusividade em se desempenhar uma tarefa no interior da organização policial. Uma polícia especializada concentra exclusivamente na aplicação da força a qual foi autorizada pela comunidade distinguindo-se da não especializada que mesmo sendo legitimada para usar da força tem sob suas alçadas múltiplas tarefas para realizar, ou seja, uma polícia especializada dedica toda sua atenção à aplicação de coerção física e uma polícia não especializada cumpre outras tarefas para além dessa (BAYLEY, 2006). Segundo MONET (2006) a especialização e a profissionalização caminham juntas uma vez que convergem na exigência de conhecimentos de códigos e domínio de habilidades para execução da missão policial.

1.3.2.3. Profissionalização/não profissionalizado

Segundo MENKE *et al* (2007) a profissionalização da polícia tem sido objeto de muitas reivindicações e de reflexões, cujos argumentos remetem a uma análise comparativa entre ser ou não ser policial profissional. Para PONCIONI (2003) atribuir o estatuto de profissional à polícia é um assunto de inúmeras divergências teóricas entre estudiosos e, até mesmo, entre membros da organização policial.

Segundo MENKE *et al* (2002) em sua análise sobre o processo de profissionalização da polícia como uma busca pela autonomia ou excelência no trabalho constatou que o sucesso relativo da polícia, no controle ao crime e de outras obrigações que lhe são conferidas pela lei tem sido em parte atribuídas a falta de treinamento e educação, pessoal qualificado, adesão a normas e valores inadequados, orçamentos e equipamentos inadequados, entre outras. Nesse sentido, a ideia de profissionalização é

como um recurso para se alcançar uma administração bem sucedida, na administração dos problemas sociais ligados a delinquência, criminalidade entre outras atividades, que estão sob responsabilidade da polícia. A idéia de profissionalização se liga, claramente, à melhoria do serviço prestado pela polícia e se concentra não nos equipamentos que a organização usa no cotidiano de seu trabalho, mas sim nos recursos humanos, enquanto elemento central de mudança organizacional.

O autor afirma que ainda há pontos conflitantes para se esclarecer se de fato, os policiais podem atingir o status de profissional, ou não e, por mais que a diversa literatura indique qual o caminho para se chegar nela, as experiências cotidianas alimentam ideologias que indicam que as forças policiais não alcançarão esse status, pelo fato de possuírem um mandato que não lhes confere autonomia, na execução de seus trabalhos.

Analisando a diversidade de fatores internos e externos à organização policial e as implicações de um mandato profissional para os policiais MENKE *et al* (2002) propõem que a análise do processo de profissionalização se inicie através do estabelecimento de uma distinção entre três variáveis ou conceitos intrinsecamente, relacionados:

- Profissionalismo, profissionalização e profissão.

O profissionalismo refere-se ao conjunto de ideias de um determinado grupo, que exerce determinada ocupação para proteger seus direitos ou colocá-la numa posição merecedora de consideração, perante as demais ocupações, justificada pela posse e controle exclusivo de determinados assuntos em razão de sua matéria.

A profissionalização enquadra-se num ciclo ou processo de transformação, que incide no cumprimento de determinadas ações, as quais gradualmente conduzirão determinada ocupação ao estágio de profissão.

Uma profissão implica na existência de um grupo ocupacional, o qual exerce um controle relativamente exclusivo sobre um conjunto de conhecimentos e especialidades, o que lhes diferenciaria das demais ocupações, colocando a autoridade sobre a organização do trabalho naqueles que o realizam (MENKE *et al*, 2002). Nesse sentido, a profissão se forma a partir de um grupo ocupacional, que exerce um controle exclusivo sobre um conjunto de conhecimentos, que os distingue de outras ocupações, sendo fonte principal de autoridade sobre o trabalho.

A profissão exige uma licença ou mandado que legitima seu exercício ou não, visto que na medida em que confere plenos poderes para praticá-la ela também estabelece normas de conduta a serem cumpridas, que uma vez violadas, possa implicar sanções capazes de impedir, temporária ou definitivamente, seu exercício. Na PRM a licença para o exercício da atividade policial é obtida com o juramento da bandeira no término do curso básico ou superior da polícia antecedida publicação do despacho de promoção dos policiais. Esta cerimônia é presidida exclusivamente pelo Chefe de Estado na presença do ministro do interior e outros membros do governo.

Segundo DUBAR *apud* CALAZANS (2009, p.47), a profissão só pode ser entendida em contraposição ao ofício. Conforme o autor, a profissão está intrinsecamente vinculada ao trabalho determinado, predominantemente, pelo uso maior das faculdades mentais e capacidade de raciocínio, distanciando-se do ofício que exige, predominantemente, um trabalho mecanicista, braçal, manual, que envolve muito esforço físico e menor raciocínio.

Na mesma lógica de raciocínio SANTO *apud* CALAZANS (2007) reitera que a aprendizagem de uma profissão se processa num ambiente distante do mercado de trabalho, não está necessariamente ligada ao mercado de trabalho e, geralmente, ocorrem em instituições de ensino superior e o aprendizado de um ofício ocorre no mercado do trabalho. Segundo FRIEDSON (1973), tanto o ofício quanto a profissão, ambos carecem de alguma dose de conceitos, noções, conhecimentos mínimos para executar as tarefas inerentes a ela. Assim sendo, tanto o ofício quanto a profissão, exigem a obtenção de um conhecimento teórico, que lhes dará suporte no desenvolvimento de tarefas, constituindo-se como cerne diferenciador o tipo de conhecimento que cada um possui, a quantidade e qualidade do capital cultural, bem como o tempo de duração do aprendizado.

O que distingue uma profissão das demais ocupações é o nível de controle, relativamente exclusivo sobre um leque de conhecimentos e especialidades, que os distinguem das demais ocupações. A organização do trabalho reside na pessoa que a executa, conferindo-lhe maior autonomia na sua formulação, forma de fazer e avaliá-lo, diferenciando-se, deste modo, daquelas ocupações em que há forte interferência de diretores e administradores. Em ambas existe o controle e supervisão, porém na profissional a administração tem apenas fortes possibilidades de conferir os recursos necessários para a execução das atividades e não em controlar quais os meios estão sendo praticados para se atingir certo fim (MENKE *et al*, 2002).

1.3.2.3.1 Dimensões ou elementos da profissionalização

Segundo PAVALKO *apud* MENKE *et al* (2002, p.89) as profissões podem ser distinguidas das ocupações a partir de oito dimensões que incluem:

1. Um conjunto generalizado de conhecimentos, teorias e técnicas intelectuais;
2. Um período extenso de educação e treinamento, normalmente realizado em um estabelecimento acadêmico;
3. Relevância do trabalho para os valores sociais básicos;
4. Autonomia;
5. Motivação que envolve um sentido de missão;
6. Um compromisso superior de dever de ocupação em benefício do cliente;
7. Um sentimento de comunidade entre os que a praticam;
8. Um código ético institucionalmente imposto.

Segundo BAYLEY (2006), o atributo profissional está relacionado com a instrução, ensino e aprendizagem específica, para realização de tarefas exclusivas da polícia, na perspectiva de melhorar seu desempenho institucional num contexto democrático e de Estado de direito. Segundo o mesmo autor, a distinção entre profissional e não profissional baseia-se na conquista da qualidade de serviço, através do preenchimento dos seguintes requisitos: recrutamento de acordo com padrões ou requisitos especificados pelas normas, remuneração de acordo com as categorias e especialidades, treinamento formal, controle e supervisão sistemática pela classe superior, disciplina sistemática e trabalho em tempo integral.

A estes elementos que distinguem o profissional do não - profissional PONCIONI (2003) acrescenta os seguintes:

O conhecimento formal – abstrato de nível superior; o período prolongado de treinamento; um código de ética; o registro e certificação das ocupações, e conseqüente monopólio no mercado; a autonomia e o controle; o altruísmo e a dedicação por um ideal de serviço; o orgulho dos membros na profissão; o status publicamente reconhecido e o prestígio; a coesão e homogeneidade dos grupos profissionais, como "comunidades homogêneas"; o mercado e monopólio, entre os mais importantes. (PONCIONI, 2003, p.38).

Destes indicadores, em outra obra extrai-se dois que considera que sejam, objetivamente, a essência da diferenciação entre uma organização policial profissional

da não-profissional, designadamente: um rigoroso sistema de recrutamento e seleção de recursos humanos, bem como uma boa estruturação dos cursos de formação policial (PONCIONI, 2005). Como se pode entender, a autora centra-se, aqui, na qualidade dos indivíduos selecionados, bem como na qualidade das matérias a serem ministradas no processo de treinamento formal nas academias de polícia, ou em outros centros de formação do policial. Ora, a qualidade dos selecionados pode ser adquirida pela imposição de determinados critérios, mas a qualidade ou boa estruturação dos cursos parece ser de difícil determinação, se não for esclarecido o modelo de polícia que se pretende por em prática.

Com base na quantificação dos indicadores deste modelo de análise seria possível estabelecer uma graduação das ocupações desde as não profissionais, mais profissionais, menos profissionais até altamente profissionais.

Atento ao primeiro elemento deste modelo de análise decorre que atingir o status profissional está condicionada pela aquisição de conhecimentos sobre determinada ocupação, ou seja, o exercício de uma profissão deve se basear em conhecimentos e técnicas adquiridas pela pesquisa acadêmica (MENKE *et al*, 2002).

O autor sugere que é necessário determinar até qual ponto tais conhecimentos estão vinculados ao domínio da ocupação, quem determina o conhecimento sobre a profissão e de que forma o conhecimento será compartilhado pelos membros da ocupação de forma exclusiva. Igualmente, indica três fontes desse conhecimento, nomeadamente: experiência de trabalho; opiniões ou juízos de valor de especialistas e interdisciplinaridade, importação de técnicas de outras disciplinas, uma vez que a ciência policial não possui metodologia e teorias próprias. O conflito sobre qual é a base do conhecimento que determina as atividades dos policiais envolve três grupos de indivíduos: acadêmicos, chefes da polícia e os policiais de rua. Uns concentram-se em definições de conhecimento baseadas nas instituições de ensino-academia; outros valorizam suas experiências ao longo do trabalho e, simultaneamente, os menos influentes procuram demonstrar sua lealdade perante os administradores.

A ideia de preenchimento de determinados requisitos, como a formação superior ou treinamentos de média ou longa duração, a produção de um corpo sólido de conhecimento coloca em xeque as reivindicações para atribuição de um status profissional ao trabalho policial, uma vez que, em determinadas situações, a tomada de decisões são discricionárias e centradas em juízo pessoal do policial, sendo de difícil supervisão ou controle. Igualmente, a falta de autonomia é um dos principais elementos

que excluem a polícia do âmbito profissional demonstrando-se até certo ponto que é inalcançável.

A autonomia é entendida como liberdade de julgamento de um grupo ocupacional na tomada de decisões a respeito de assuntos relacionados como o trabalho (MENKE *et al*, 2002, p.98). É considerada como sendo o elemento mais importante da diferenciação entre profissão e ocupação e refere-se a três questões, designadamente:

1. Liberdade de julgamento e autoridade de um indivíduo sobre seu espaço de trabalho;
2. Controle em relação à definição dos parâmetros adequados do trabalho, padrões de desempenho, e outras obrigações para que o trabalho seja exercido de forma apropriada;
3. Relativa ausência de supervisão externa, a não ser que seja investigativa.

Tomando em consideração estes aspetos nota-se que a autonomia confere um poder privado aos membros de uma profissão, pelo fato de somente ele poder ser detentor do conhecimento sobre o que faz, colocando em causa a supervisão externa, sobretudo das comunidades a qual a polícia serve, uma vez que esta é de domínio público, ou seja, a polícia age por conta da autoridade que lhe é delegada pela comunidade, razão pela qual esta deve exercer um controle externo sobre seus trabalhos. No sentido de que lhes conferir o status de profissional seria subverter o poder de autoridade emprestado da comunidade uma vez que “o poder policial é sempre um poder público e nunca poderá ser convertido em poder privado” (MENKE *et al*, 2002, p.100).

[...] uma das principais razões para o exercício do arbítrio policial pode ser considerado como disfuncional é a falta de um conjunto universal compartilhado de conhecimento, normas, valores e padrões éticos. [...] os resultados do exercício de arbítrio e as soluções dos problemas levantados a partir de tal exercício podem ser tomados como evidencia de que ele não é legítimo. [...] para cada decisão arbitrária tomada por um policial há, potencialmente, vários níveis de supervisão [...] realizada por seus pares. (MENKE *et al*, 2002, p.101)

Pelo fato do trabalho policial, nas delegacias, ser formulado, designado e avaliado a partir dos que tenham uma posição de comando, não significa que os

policiais de rua não têm influência neste processo. Contudo sua influência acontece mediante consentimento de seus superiores. Assim sendo, a ausência de autonomia dos policiais está associada ao fato de que suas tarefas cotidianas provêm de orientações de órgãos hierarquicamente superiores:

[...] os policiais [...] com certeza fazem tudo pela polícia [...] estão prontos para servir a uma polícia que é composta de homens envolvidos numa ocupação considerada inferior cujo trabalho é fazer o que lhes é ordenado, e cuja preocupação é permanecer longe de problemas com seus superiores. (BITTNER, 2003, p.298)

A relativa ausência de autonomia perante as atividades cotidianamente a si atribuídas retira-lhes a liberdade de decidir perante o fato concreto que se lhes apresentam, mas sim execução, força, e menos raciocínio distanciando-se, deste modo, das tarefas que impõem maior capacidade de raciocínio e autonomia perante a tarefa a realizar.

A impossibilidade da ordem hierárquica e do legislador definir todas as situações conflituosas da vida dos homens em sociedade tem propiciado aos policiais, no dia-a-dia de suas atividades, situações novas, imprevisíveis, cabendo-lhes formular soluções discricionárias ao problema que se lhes apresenta, num contexto em que não é possível pedir orientações aos escalões hierarquicamente superiores, para que não se perca a utilidade de intervenção (SILVA, 2001).

Por mais que seja de difícil supervisão, as ações policiais discricionárias podem ser entendidas como autonomia, por possibilitar decisões a partir de juízos pessoais e de conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação policial. A discricionariedade não deve ser confundida com arbitrariedade, porque é conferida e limitada pela própria lei, não devendo por isso violá-la.

Apesar de tal decisão não dever violar a lei, o que causa inquietação é a dificuldade em estabelecer um padrão de atuação comum que não gere atuações policiais diferenciadas, para o mesmo caso, concorrendo assim para ausência de harmonia procedimental a casos iguais. A existência de pluralidade, diversidade e heterogeneidade, no seio dos policiais descarta a posição fundadora, segundo a qual este grupo partilharia de traços comuns no seu seio, colocando em causa o sistema de valores coletivos partilhados pelos membros da organização:

A experiência de uma educação e um treinamento profissional mais extenso relativamente padronizado promove a socialização dos membros potenciais. Esta socialização é a base para transmitir ética, valores e normas profissionais e provê a base para a comunidade profissional garantir seu cumprimento institucional. (MENKE *et al*, 2002, p.94)

Deste entendimento resulta claro que para que uma ocupação alcance o status profissional é imprescindível que promova alguns valores sociais básicos, a partir de suas formações profissionais, que suscitem um bem estar, tanto para a comunidade a qual serve, quanto para os que fazem parte da organização. Nesse sentido, é importante distinguir os objetivos e os valores formais estabelecidos pela ocupação de policial e seu alcance prático, uma vez que podem se apresentar determinados princípios e metas e não haver nenhuma semelhança com que a organização ou seus membros realizam no dia-a-dia. Conscientes de que o domínio do trabalho policial está relacionado a valores sociais importantes vamos ao encontro da opinião de que:

[...] a polícia [é] uma profissão levando em conta que: a atividade policial é exercida por um grupo social específico, que compartilha um sentimento de pertencimento [...] idéias, valores e crenças comuns baseados numa concepção do que é ser policial. (PONCIONI, 2003, p.68)

Contudo, há autores que ressaltam a ideia de que o trabalho policial não pode ser aprendido apenas pelas disciplinas teóricas e exercícios padronizados, a que são submetidos os recrutas na fase de treinamento em academias ou escolas de formação, mas sim são aprendidas no trabalho cotidiano, seja o burocrático ou de rua (WILSON *apud* PONCIONI, 2003, p.65). É na relação com as vítimas, denunciante e suspeitos que o policial vai adquirindo, ajustando e consolidando seus conhecimentos e habilidades em relação às questões cotidianas que se lhe apresentam.

Tomando em consideração os vários indicadores propostos por MENKE *et al* (2003) e PONCIONI (2003) constatou-se que o mais comum é a formação ou treinamento de nível superior, o que nos remete a ideia de que a profissionalização somente poderá ser alcançada mediante o processo de formação do policial, sobretudo, nas academias que correspondem ao ensino superior, vinculado à pesquisa e a produção de um corpo de conhecimentos sólidos sobre o trabalho que não seja partilhado com os

não profissionais, ou seja, um corpo de conhecimentos relativamente exclusivo aos membros da organização, que os diferencia de outros ramos de atividade.

Como podemos notar, o conceito de profissionalização está intrinsecamente vinculado ao processo de formação formal do policial e de obtenção e constituição de um corpo sólido de conhecimentos, pertinentes para o desempenho da tarefa cotidiana dos policiais permitindo que estes se distingam das outras ocupações, construindo assim sua identidade profissional.

1.3.3 Formação policial

Analisando a escassa literatura produzida sobre o tema que se pretende pesquisar constatou-se que a diversidade de produções acadêmicas, tanto de origem anglo-saxônica, quanto as de expressão portuguesa, sobretudo as brasileiras, direcionadas para as polícias no Estado do Rio de Janeiro (PONCIONI, 2003; BASILIO, 2007), ambas privilegiam análises focadas para a compreensão dos processos de formação policial, a partir das seguintes perspectivas:

- a) Análise da formação profissional do policial a partir do nível de educação que o iniciante (recruta) deveria ter para exercer a função de policial. Alguns especialistas acreditavam que os contratados deveriam ter quatro anos de um curso universitário, outros defendiam dois anos;
- b) Análise do treinamento policial a partir do ambiente nas escolas/academias de polícia envolvendo questões ligadas ao currículo empregue nas academias de polícia, procurando compreendê-la a partir da conjuntura pedagógica nomeadamente: comparação da carga horária das disciplinas ministradas, conteúdos discutidos em sala de aulas, o uso do verbalismo autoritário, os exercícios físicos;
- c) Análise da formação profissional de policiais, enquanto um processo de construção da identidade e da cultura profissional do policial, como um elemento que legitima a justiça baseada no autoritarismo, o uso da violência policial, a desconfiança mútua, arbitrariedades, convergindo na idéia de que ela própria cimenta valores, crenças e costumes que obstaculizam mudanças na instituição;

Segundo Kant de Lima (1997), o treinamento formal ou profissional é o aspecto que deve delimitar os transgressores dos policiais e, no nosso entendimento é o que deve distinguir a polícia de tantos outros grupos encarregados de manter a ordem, no interior das comunidades que os legitimam a fazer o uso do seu poder coercitivo.

Nesse sentido, a formação policial é considerada como principal forma de estabelecer um modelo de excelência para os serviços prestados pela organização policial, ou seja, ela é concebida como elemento de mudança, de superação da ineficácia ou ineficiência de sua atuação cotidiana:

[...] o sucesso relativo do trabalho da polícia no enfrentamento da delinqüência e na manutenção da ordem tem sido atribuída à falta de treinamento e educação, à falta de pessoal qualificado, adesão a normas e valores não adequados ao Estado democrático e de direito, a falta de orçamentos e de equipamentos inadequados. (MENKE *et al*, 2002, p. 86).

Segundo BASILIO (2007), a formação policial é um processo pelo qual a organização, prepara os futuros policiais para lidarem com diversos tipos de conflitos sociais, uma vez que o trabalho policial é complexo e, para tanto, necessita de uma capacitação adequada e própria. Assim, o objetivo do treinamento policial é capacitar o policial para o trabalho diário.

Segundo o art. 22 do Decreto nº 28/99 de 24 de Maio de Moçambique, a formação policial define-se como sendo uma das etapas da preparação técnico-profissional dos que queiram e podem tornar-se policiais, seja na Academia da Polícia ou em centros instrução básica policial. Tal preparação é orientada para dotá-los de conhecimentos que permitam a realização da sua missão, dentro dos princípios jurídico-legais do Estado moçambicano. A mesma realiza-se com base num sistema que garante à continuidade do processo de instrução e educação dos policiais, através de outros cursos de especialização, aperfeiçoamento e estágios. Nesse sentido, a profissionalização do trabalho policial pressupõe, necessariamente, um treinamento adequado e contínuo para o exercício eficiente e legal da função.

A formação policial expressa o acesso aos conhecimentos técnicos necessários ao desempenho das funções de policial por meio da socialização formal e informal. Ela deve ser pensada como fluxo permanente de conhecimentos adquiridos pela experiência nas escolas policiais e no ambiente de trabalho (MIRANDA, 2008).

1.3.4 Socialização profissional e formação policial

Segundo CUNHA (2004) o processo de socialização profissional dos agentes policiais não pode ser reduzido ao processo de formação policial. A formação policial deve ser entendida como um processo de construção da cultura e da identidade profissional policial, a partir de conhecimentos técnico-científicos aprendidos em academias e escolas policiais, para que estes incorporem uma particular e específica visão de mundo. A formação policial é, simultaneamente, idealizada como sendo: uma aprendizagem, uma iniciação e uma forma de convertimento identitária (CUNHA, 2004). O aprendizado possibilita a aquisição de competências para o desempenho de suas tarefas enquanto policial ou profissional. A iniciação implica numa espécie de conversão a novas formas de ver o mundo, de desconstrução dos seus estereótipos, preconceitos sobre a instituição a qual vai fazer parte e construção de uma nova identidade, a partir da incorporação de ideias valores, crenças sobre seu futuro trabalho.

Na socialização profissional o processo de aprendizagem e a renúncia a certos valores que dizem respeito à profissão se darão através de uma relação dialética entre o modelo ideal da profissão e suas realidades práticas, um ajuste ou adaptação elaborado a partir da tomada de consciência das condições existentes no ambiente de trabalho. Levando em conta CUNHA (2004):

O processo de socialização profissional seria caracterizado pelo abandono dos estereótipos anteriores a respeito da profissão mesma e pela conversão ao novo papel profissional, através de uma acomodação entre o modelo ideal da profissão e suas realidades práticas. Seria uma espécie de ajustamento do *self*, ou seja, uma tentativa de definição da nova identidade em vias de constituição, através da tomada de consciência das capacidades e limitações físicas, mentais e pessoais de cada indivíduo, e de sua adaptação às reais possibilidades de desenvolvimento de uma futura carreira, no sentido de uma trajetória profissional. (CUNHA, 2004, p.202)

Como se pode entender, a formação policial estaria associada à transmissão de conhecimentos técnicos e científicos sobre a profissão em espaços (escola ou academia) formalmente concebidos, pré-estabelecidos e credenciados para transformar os civis em policiais. Igualmente, é nesse espaço que começa a modelação e a se constituir, embrionariamente, a nova identidade. E a socialização profissional seria apenas uma segunda etapa dessa formação, a qual se solidificaria a identidade profissional no espaço diferente, ambiente de trabalho. Tomemos em consideração duas ideias:

A primeira etapa da socialização do futuro policial se dá através da academia de polícia [escolas de polícia], onde se opera formalmente a socialização secundária dos “novatos”, com a introdução de conhecimentos e habilidades técnicas. A segunda etapa se realiza nos locais e nas posições designadas para o policial trabalhar, e a aprendizagem ocorre, privilegiadamente, a partir da realidade cotidiana da organização policial. (PONCIONI, 2005, p.588)

Deste entendimento, fica claro que a formação policial é também uma forma de socialização profissional, ou seja, a formação policial é a etapa essencialmente teórica e, por esse motivo, ao longo do nosso trabalho empregaremos as terminologias treinamento profissional formal/informal, ou formação profissional policial formal/informal, para diferenciar as duas formas de socialização presentes na formação do policial. Contudo, na maioria das profissões, a socialização mais importante ocorre durante o prolongado período de formação junto às escolas e academias, pois é nesse período que os futuros membros da ocupação se conscientizarão sobre a importância de determinados valores (MENKE *et al*, 2002).

Assim sendo, o processo de formação de jovens para o trabalho policial, não se traduz apenas no aprendizado de um conjunto de teorias e técnicas num contexto de ensino institucionalizado (escola), mas também envolve a construção de um novo papel profissional e de nova visão do mundo, a partir de dois processos de socialização, o formal e o informal, adquiridos em dois ambientes distintos de aprendizagem e de afirmação de identidades profissionais. Citando PONCIONI:

[...] a formação profissional do policial é desenvolvida intensa e continuamente, ocorrendo também nas demais fases do percurso profissional, através de diversas estratégias de socialização, que incluem processos formais e informais para o conhecimento e manuseio da realidade prática da profissão. Portanto, [...], para a aprendizagem do policial concorrem, além da trajetória nos bancos escolares das academias, isto é, do conteúdo formal do ensino, outras dimensões responsáveis pelo processo de formação profissional do policial, como os conteúdos informais e a experiência prática no próprio espaço institucional. (PONCIONI, 2006, p.811)

1.3.4. Formação superior e a organização policial: dilemas e paradoxos

Segundo GOLDSTEIN (2003), um dos princípios básicos impostos pelas reformas nas organizações policiais reside na ideia de que a melhoria do funcionamento

da polícia depende da elevação da qualidade do pessoal. Nesse sentido, partes significativas de políticas formuladas para sua modernização convergem em ações voltadas para os recursos humanos, designadamente: recrutamento, padrões de seleção, procedimentos de promoção, treinamento e educação.

Contudo, tem sido difícil estabelecer relações de causa-efeito entre as reformas sobre os recursos humanos e a qualidade de serviço policial prestado, uma vez que parte significativa das agências policiais que aderiram a esse tipo de reformas nos Estados Unidos, não alcançaram a melhoria que se acreditava poder ocorrer automaticamente.

Assumir que o pessoal que é recrutado, selecionado e treinado de acordo com os procedimentos recomendados será diferente daquele que entrou no serviço no passado é inerente aos vários programas projetados para melhorar o calibre do pessoal da polícia. (GOLDSTEIN, 2003, p.318)

Segundo o autor, as reformas de pessoal devem assumir um caráter prioritário, mas é imprescindível que se preste atenção nos seguintes detalhes:

- Reconhecimento crescente da multiplicidade de funções inerentes ao do trabalho policial;
- Papel-chave do administrador para que não haja resistência a novas políticas e procedimentos resultando em falta de apoio ou oposição a esta.

Deste posicionamento decorre a idéia de que, ao atrair para o serviço policial um tipo diferente de indivíduos, é preciso que tal mudança seja abrangente, envolvendo não somente alterações nos programas de recrutamento e seleção, mas também no ambiente organizacional, para que o novo pessoal tenha espaço de participar dela, ou seja, para que não se conforme a subcultura existente, que não favorece aos valores da democracia, mas sim da obediência hierárquica.

Segundo GOLDSTEIN (2003, p.350) as tentativas de inserir na organização policial, pessoal com formação superior datam de 1917, quando Vollmer recrutou estudantes da universidade de Califórnia como policiais de meio período. Apesar de tal iniciativa ter mobilizado vários jovens com formação universitária a procurar de emprego na polícia, bem como a motivar os policiais empregados a procurarem por um diploma, os policiais de linha resistiam a essa ideia de ser necessário ter educação superior, para realizar o trabalho policial, demonstrando ser incompatível a existência

de policiais com nível universitário. Assim sendo, os policiais qualificados constituíam uma exceção e eram apelidados de “*tira da faculdade*”.

Segundo o mesmo autor (Goldstein, 2007), os argumentos em torno do valor da educação superior para o trabalho policial envolvem diversas posições contraditórias, as quais se dividem em duas principais categorias:

- Os que apóiam a ideia de que a polícia devia recrutar indivíduos que tenham formação superior, mesmo que não possa ser claramente demonstrado que a educação superior seja de valia para o policiamento;
- Os que afirmam que a experiência da faculdade produzirá um policial melhor.

A primeira defendia o recrutamento de pessoas formadas em faculdade, para que o grupo do qual ela busca seus futuros funcionários não seja limitado em quantidade e qualidade. Nesse sentido, tendo um número significativo de jovens, com nível universitário melhorariam as operações policiais, uma vez que os indivíduos que frequentam as universidades provem de grupos socioeconômicos que tem um leque de ideias sobre o trabalho policial, tanto como os problemas que ela enfrenta no cotidiano de suas missões ou atribuições.

Uma segunda defesa ao argumento reside no fato de que a educação superior, enquanto requisito de ingresso ao trabalho policial eliminaria os estereótipos existentes sobre seu trabalho, comumente, concebidos como tarefas simples, que podem ser executadas por qualquer um. Consequentemente, a educação superior traria o respeito e a dignidade para o serviço policial.

Os argumentos em favor da educação superior buscam demonstrar que é essencial ter policiais com formação superior, independentemente, do curso ou conteúdos disciplinares que eles tenham aprendido, para que se valorize o trabalho policial e se atraia pessoal qualificado para a organização.

Tomando em consideração que alguns cursos que estavam sendo oferecidos por determinadas faculdades norte-americanas, as quais se concentravam sobre serviço policial, os defensores da segunda categoria buscam fundamentar sua posição centrando-se na ideia de que o corpo de conhecimentos diretamente relevantes, para a prática policial já estavam sendo produzidos por algumas universidades e podia ser ensinado em faculdades. Daí, a sua crença de que tais experiências produziriam policiais de qualidade. Outro argumento em defesa da segunda categoria afirmava que o policial habilitado pelas faculdades beneficia-se de interações com outras formas de se pensar a

policia, raças, culturas e nacionalidades expondo-se, deste modo, a um ambiente democrático de intensas trocas de pontos de vista, ampliando a tolerância e seu horizonte sobre diversos temas que interessem ao serviço policial.

Contudo, GOLDSTEIN (2003) não conseguiu examinar com exaustão os dois posicionamentos em termos de causa-efeito alegando insuficiência de dados para tal. Porém, tendo feito um levantamento em torno dos estudos realizados sobre a influência do ensino superior no trabalho policial, reteve os seguintes pontos:

- A produtividade dos policiais cai à medida que o ano de faculdade cresce;
- Os policiais, com pelo menos um ano de estudo, tinham desempenhos muito bons e os com diploma melhor ainda;
- Os policiais que fazem cursos em faculdades têm tendência a serem menos autoritários em relação aos outros.

A ideia de que o ensino superior é sinônimo de questionamento, elevação da consciência crítica, refletividade ou análise dos conhecimentos existentes, condições estas consideradas pertinentes para, aos poucos, mudar os valores, sua orientação e a qualidade de serviço prestado ao público, por vezes gera ambiguidades:

Um chefe [...] pode fazer esforço intensivo para recrutar pessoas formadas em faculdade, mas sistematicamente elimina aqueles que dão qualquer mostra de pensamento independente [...] para desafiar o regime policial. Ele pode encorajar um policial a fazer [...] graduação [...], mas ficar perturbado ao saber que o policial critica a agencia em projeto de pesquisa. (GOLDSTEIN, 2003, p.361)

Para se proteger desse grupo de críticos intra-institucional que os consideram protagonistas da desordem, os administradores da polícia abraçam colegas puramente mecânicos da frequência de faculdade demonstrando um falso desejo de mudança, ou seja, quem deve mudar são os recém-formados conformando-se com o clima e cultura da organização já existente.

1.4. Procedimentos metodológicos

Nesta parte do trabalho, procuramos demonstrar os caminhos percorridos, na presente pesquisa, que nos possibilitaram compreender os padrões e as experiências de formação de duas gerações de policiais, ao longo das transformações políticas,

econômicas e sociais que ocorreram em Moçambique, na fase pós-colonial período que se inicia desde 1975 e se estende até aos dias atuais, no qual foram experimentadas duas formas de organização estatal designadamente, a socialista e a capitalista neoliberal.

1.4.1 O método

O presente estudo assentou-se, essencialmente, sobre o método qualitativo, que de acordo FLICK (2009) consiste em analisar, interpretar ou dotar de sentido um determinado fato concreto, a partir de suas particularidades, demarcadas no tempo e no espaço começando pelas expressões dos interlocutores e suas atividades, em seu contexto habitual. Como se pode notar, a visão do método qualitativo na ótica do autor supracitado exige uma combinação de técnicas, entrevista e observação no cenário habitual, o qual se inserem os interlocutores, exigindo do pesquisador a apreensão da fala do entrevistado e dos seus gestos, silêncios ou outras formas de linguagem não verbais.

Segundo BAUER & GASKELL (2000), a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões dos indivíduos a serem entrevistados, mas sim explorar a diversidade e os pontos de contato dessas opiniões ou pontos de vista, as divergentes e convergentes representações sobre o assunto em questão.

Contudo, o aspecto qualitativo pode estar também presente nas informações colhidas, em estudos essencialmente quantitativos (RICHARDSON, 1985), o que reitera a complementaridade entre ambos. Igualmente, nossa escolha metódica resulta do fato de não se pretender fazer uma análise, tendo como base a mensuração de dados numéricos, fortemente embasados em instrumentais estatísticos uma vez que:

A recolha de dados estatísticos nas instituições do Estado moçambicano encontra-se na melhor desorganização, principalmente porque os sistemas de informação são muito pobres. [...] as informações sobre casos pode desaparecer antes do Departamento de Estatística tomar a nota. (CHACHIUA, 2000. p.2)

Para Muanamuha “[...] a falta de dados confiáveis em Moçambique não permite uma análise [...] quantificada” (1995, p.2). Decorre destas expressões que o aparelho estatal, em particular a instituição policial tem se deparado com deficiente produção de dados susceptíveis de uma sistematização sobre a realidade que se pretende estudar, se partirmos para um enfoque quantitativo. Por conta destes entraves identificados por

varios cientistas sociais, no desenvolvimento de suas pesquisas em Moçambique fica claro que qualquer tentativa de compreensão ou explicação dos fenômenos sociais a partir dos dados estatísticos do Estado, pode ser inviabilizada pelas informações estatísticas disponíveis, que é uma das fraquezas identificada pelo Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique⁶.

1.4.2 Técnicas de coleta de dados: análise documental e entrevistas estruturadas individuais.

O estudo foi realizado baseando-se em duas técnicas de coleta de dados, nomeadamente: análise documental e entrevistas individuais estruturadas. Segundo CAULLEY (1981, p.38), “[...] a análise documental procura identificar informações fatuais nos documentos⁷ a partir de questões [...] de interesse [...]” e GIL (1999) acrescenta que esta, possibilita o conhecimento do passado e do processo de mudanças ou evolução do fenômeno em estudo, tendo como vantagem a obtenção de dados com menor custo e sem criar constrangimentos nas pessoas.

Neste contexto, um primeiro enfoque pautou-se pela análise documental, tentando captar informações pertinentes sobre os eventos de relevância policial, que estejam relacionados com a formação de policiais e da polícia, a partir de documentos oficiais – legislações, planos, diretivas - sobre a organização policial moçambicana, adotada nos dois períodos em estudo, sem descartar da complementaridade das narrativas presentes na imprensa escrita pertencente ao Estado. Especialmente, na principal revista e jornal publicados ao longo do período socialista (Revista Tempo e jornal Notícias). Importa destacar que entre 1975 a 1990 a imprensa constituía monopólio estatal. Segundo MARIO, MINNIE & BUSSIEK (2010, p.24) “O governo, através do Ministério da Informação, geria os meios de difusão massiva e a política editorial era formulada pelo partido Frelimo, através do seu Departamento do Trabalho Ideológico (DTI)”.

Um segundo enfoque foi dado às entrevistas, que funcionaram como um mecanismo essencial para captar informações que possam complementar elementos não

⁶ Concernente as fraquezas da organização policial o documento destaca a “Falta de estudos e dados para análise” (PEPRM, 2003, p.41)

⁷ Considera-se sendo documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação (...) incluem desde lei, regulamentos, normas, discursos, jornais (...) constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidencias que fundamentam afirmações (...) do pesquisador” [LUDKE, e ANDRÉ, 2003, p.38-39]

descritos em fontes documentais, ao longo do período em análise conforme afirma CALDEIRA: “a entrevista deve ser utilizada quando não há fontes mais seguras para as informações desejadas, ou quando se quiserem completar dados extraídos de outras fontes” (2003, p.102). As entrevistas serviram também para buscar contextualizar, politicamente, as respostas em conformidade com os momentos passados, recente e longínquo de suas experiências.

Nesse sentido, o foco central das entrevistas é interpretar e analisar as representações sociais entre os jovens que compõem a geração de policiais com formação superior em ciências policiais e a primeira geração de policiais – participantes do movimento revolucionário, que conduziu o País à independência e que, atualmente, assumem funções na organização policial, tanto em centros de formação, bem como nas delegacias – que se encontram envolvidos no processo de socialização profissional, formal e informal, dos jovens policiais, como forma de apreender seus valores, atitudes, sentimentos, sobre as experiências de formação profissional a que foram submetidos. Também sobre si mesmo e do conjunto de situações que vivenciaram, ao longo das transformações que ocorreram no Estado pós-colonial, a trajetória de suas funções e o lugar de sua atividade profissional no Estado socialista e capitalista neoliberal.

1.4.3 Entre memórias e história individual

Tomando a polícia como um campo constituído por vários indivíduos que interagem e se relacionam, mediante a posição que cada um ocupa dentro desse grupo, reforça o nosso propósito de considerar os membros da 1ª geração de policiais, como um grupo de referência de nossa pesquisa, por representarem, por um lado, os únicos portadores e depositários do legado profissional deixado na transição a fase pós-colonial, o que nos possibilitará compreender como eles enxergam os grupos de policiais formados em etapas subseqüentes.

Por outro lado, por representarem a classe dominante e, por conseguinte, detentora do poder no seio deste grupo - o que lhes possibilita impor, sobre os outros, certa conduta a partir de sua forma de ver e interpretar o ser policial. Nesse sentido, há que reter que a construção social da identidade, incluindo a profissional, sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder (CASTELLS, 2000, p.24). Decorre daí a necessidade de aprofundar suas lembranças, pois a memória coletiva não é apenas

uma conquista, como também é um instrumento de poder entre os grupos que se encontram debaixo do mesmo teto organizacional (LEGOFF, 1982).

Nesse sentido, as entrevistas nos permitiram captar assuntos pessoais marcantes, que não tiveram espaço de discussão na esfera da organização, visto que, por vezes, esta técnica funciona como uma válvula de escape para aliviar uma carga de informações depositada na mente dos nossos interlocutores (CALDEIRA, 2003)

Assim, alicerçando-se sob a idéia de que é na história vivida em que se sustentam nossas lembranças (HALBWACHS, 1990), nosso interesse é analisar e discutir as experiências apreendidas por este grupo de policiais, no interior da corporação, a partir da sua relação com as gerações subsequentes de policiais. E no decurso de suas atividades, como forma de lapidar o seu tesouro de lembranças, o passado da instituição, e mediante seus testemunhos orais, a confirmação sobre o que se passou, centrando-se no confronto entre os quadros sociais de memórias dos entrevistados, sobre os itinerários profissionais por si percorridos, pois essas informações, depositadas em seu corpo e espírito podem ser também comuns entre as recordações dos membros que integram essa geração de polícias, traduzindo-se assim em memória coletiva. Mas para isso:

[...] não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário [...] que haja bastante pontos de contatos entre uma e as outras [memórias individuais] para que a lembrança [...] possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACH, 1990, p.34)

Neste sentido, a técnica de coleta de dados baseou-se no registro das histórias de vida destes policiais, por estarem intrinsecamente relacionadas com a memória e identidade coletiva e também a tradição viva da organização policial moçambicana. Os depoimentos sobre a história de vida destes profissionais possibilitaram abarcar a memória coletiva da organização da qual eles fazem parte, pelo fato de colocar em destaque informações depositadas em suas mentes e que mexem com as lembranças comuns dos acontecimentos e experiências, que resultaram de contatos individuais com os diversos grupos (companhias, batalhões, pelotões, secções, etc.), que integravam suas redes de sociabilidade, no interior da corporação, desde o espaço de treinamento, até o setor laboral.

1.4.4 Seleção dos entrevistados

Segundo GASKEL & BAUER (2008) há um número limite de entrevistas a realizar, tendo em conta o tempo de análise e do tamanho do *corpus* que dela resultarem, variando em media entre 15 a 25 entrevistas. Contudo, não iremos nos deter no número de entrevistas a efetuar, uma vez que há um número limitado de interpretações ou versões sobre a realidade em estudo, pois os indivíduos que fazem parte de um mesmo meio social têm sempre algumas informações que são comuns, dando-nos a entender que a certa altura podemos nos dar conta de que não aparecerão novas perspectivas ou elementos que, sem duvidas, é um sinal de que já se deve parar.

Apesar de ser um estudo qualitativo acreditamos que é necessário estabelecer critérios de seleção dos indivíduos a serem entrevistados, para que não estejamos entregues as contingências ou incertezas do trabalho de campo. Nesse sentido pautaremos pela amostragem aleatória simples, tendo como limite alguns requisitos.

Ao grupo de policiais mais antigos:

- a) Ser membro da polícia com tempo de serviço igual ou superior a 30 anos;
- b) Ter formação superior em qualquer área;
- c) Ter trabalhado em delegacias, departamentos ou nos centros de formação policial.

Ao grupo de policiais da nova geração:

- a) Ser jovem entre os 18 aos 29 anos de idade;
- b) Ter formação superior em ciências policiais;
- d) Ter trabalhado em delegacias ou nos centros de formação policial.

1.4.5 Itinerários da pesquisa e as limitações na recolha de dados.

Partimos para Moçambique em Agosto de 2011, espaço sobre o qual encetamos diversos contatos e diálogos em busca de respostas as várias questões bem como explorar as possibilidades de inserção nos centros de formação policial e também em outras instituições policiais para obter os dados necessários para a produção da análise.

Neste contexto, iniciamos as nossas entrevistas por meio de questionários administrados de forma eletrônica, por e-mail, os quais alguns nos serviram de pré-teste permitindo-nos ajustar as questões ambíguas ou repetitivas bem como condensar o

numero de perguntas que tencionávamos efetuar. Após essa filtragem e já em Moçambique, prosseguimos com a coleta de dados nos meses de agosto na cidade e província de Maputo. O nosso percurso cotidiano era intercalado entre quatro instituições a Academia de Ciências Policiais, a direção de formação do comando geral da policia no Ministério de Interior, o Serviço Social da PRM, o laboratório central de criminalística, Comando da Cidade e a Direção da Polícia de Investigação Criminal da cidade de Maputo.

Nesses contatos e diálogos com policiais deparamo-nos com dificuldades de várias ordens começando pelo silêncio em volta de determinados assuntos bem como a predominante desconfiança quando tentássemos estabelecer conversas ou diálogos em torno de informações ou aspetos sobre a formação da policia e de policiais em Moçambique a partir de suas experienciais pessoais ao longo do período em estudo. A pergunta comum em todos os setores era “você é policial? [...] há quanto tempo?”. E por mais que se apresentasse como tal exigia-se comprovação documental do vínculo do pesquisador com a instituição. Citando David Bayley:

[...] um acadêmico que estuda a policia deve estar disposto a realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto. (BAYLEY, 2006, p.19)

A ideia de que qualquer informação sobre a policia é secreta perpassa maior parte destes, ainda que as entrevistas não visassem de fato uma ligação direta com aspetos de ordem processual criminal que por lei são confidenciais constatando-se assim que os policiais têm fortes tendências de considerar todas as informações secretas BRETAS & PONCIONI (1999). A ocultação de informações relativas ao trabalho policial é extensiva abarcando a todos aqueles que não integram o grupo profissional como também aos colegas de trabalho.

Deparávamo-nos assim com um obstáculo, parecia-nos que os policiais se armavam para responder o que não desejávamos ou então para não as responder. Em relação aos mais antigos compreendíamos o quanto sua militância partidária - revolucionária ou formação político-militar está inculcada neles que de alguma forma ainda estão preocupados ou com o receio de que há quem esta engendrando ações para colonizá-los novamente - a ideia de inimigos da revolução e da independência persiste em suas memórias.

Não foi tarefa fácil conseguir a permissão para entrevistá-los. Apesar da predisposição da geração de 1974 que se prontificou em responder as questões, a ideia de gravar as entrevistas inchava-os de receio de posteriormente fazer-se o uso indevido de suas declarações ou informações retidas em gravadores e, após intensas negociações, chegamos ao consenso de que deveríamos garantir anonimato e apenas efetuar entrevistas de forma informal somente com bloco de notas e na medida em que fossem se dissertando sobre determinados assuntos íamos retendo as respostas por escrito.

Em algum momento foi também necessário optar por uma via indireta de acesso aos policiais de algumas unidades e subunidades policiais quer por meio de familiares, conterrâneos ou amigos para que tivessem mais confiança em nos conceder determinados relatos sobre suas experiências pessoais ao longo da história de Moçambique independente.

Apesar desses constrangimentos houve policiais que num primeiro contato se dispuseram em responder as questões e contribuírem de alguma forma na materialização deste trabalho na voz de um desses interlocutores retivemos o seguinte depoimento,

[...] nós jovens de 1974 estamos quase apagando [...] com quem iremos partilhar o que vivenciamos em Moçambique [...] na policia desde a transição a independência são inúmeros os eventos que participamos [...] infelizmente não temos o habito de escrever e nós como os pioneiros desta policia temos de trazer ou levar nossos testemunhos a geração de viragem, a vocês que são os continuadores da pátria moçambicana. (Adjunto Comissário A)

No meio de tantas dificuldades e regras de cortesia incluindo o burocratismo institucional nos demos conta que existiam policiais com certa vontade de trazer todas as informações sobre um passado, sobretudo aqueles que estão numa fase terminal da carreira os quais sentem a obrigação de deixar algum legado antes de se aposentarem. Igualmente, sentimos que os oficiais superiores e os gerais na reserva têm menos amarras ao jogo intra-institucional fortemente impregnado na obstaculização de qualquer forma de entrevista ou então no contorno de questões centrais.

E foi assim que encetamos os nossos primeiros diálogos, mesmo sem autorização prévia dos órgãos de direção, com determinados policiais ligados ao processo de formação e ao trabalho diário da polícia maior parte dos quais homens o que gerava certa inquietação sobre a necessidade de encontrar mulheres dessa geração para perceber suas experiências não somente enquanto policiais, mas também como

mulheres no interior de uma organização que continua sendo predominantemente composta por minorias femininas, sobretudo em posições de comando e principalmente enquanto instrutoras nos centros de formação de policiais.

No grupo de jovens que trabalham na Academia de Polícia e em delegacias ou comandos da polícia a interação foi aberta embora em muitos casos respondessem com imenso receio de emitir suas opiniões diante dos mais velhos (geralmente superiores hierarquicamente) justificando-se que eram incapazes de dizer algo sobre a formação policial porque são menos experientes no trabalho policial e não tem elementos sólidos para responder com propriedade diversos assuntos que, eventualmente, pudéssemos arrolar em nosso questionário e que para tal deveria procurar os que tem mais anos de serviço, o que implicitamente demonstrou um aparente conflito ou aceitação de sua inferioridade no domínio do trabalho policial perante os mais velhos:

[...] porque queres entrevistar a nós que entramos na policia há pouco tempo em vez daqueles que já estão cá há muito tempo [...] tens que falar com os *madalas*⁸. (Subinspector A)

Na cidade de Maputo, dada a dinâmica do trabalho policial por ser o maior espaço urbano de Moçambique os jovens se declararam indisponíveis para o dialogo solicitando o envio do questionário por e-mail, o que na ótica de um dos nossos entrevistados da geração de 1974 pode ser entendido como uma aversão ao dialogo presencial e interativo que não seja intermediado pela tecnologia que privilegia a contatos em anonimato baseando-se na escrita:

[os] policiais graduados [...] tem muito saber, informações e ate conhecimentos, mas pecam porque não comunicam nem entre eles, nem com [os mais velhos e os intermediários] porque privilegiam a tecnologia de informação, a informática os meios tecnológicos, a internet [...]. (Comissário A)

O domínio da informática por parte dos mais novos é visto pelos da geração de policiais de 1974 não apenas como uma habilidade que ajudara na materialização de diversos trabalhos, mas também como uma barreira no estabelecimento de sociabilidades no interior da organização policial ou de trocas de conhecimentos. Contudo, as respostas ao nosso questionário por via do e-mail possibilitaram o

⁸ Palavra derivada da lingua Xi-Changana que significa mais velho, antigo.

encurtamento do tempo e da distancia apesar de não permitir o aprofundamento de diversas questões.

Na cidade de Maputo, um aspecto comum na maior parte dos entrevistados em ambos os grupos de selecionados foi o receio de responderem sobre sua proveniência - o lugar de nascimento - o que demonstrou que há questões de ordem tribal, étnica ou regional que afetam de alguma forma as relações intra-institucionais entre os policiais.

Nas entrevistas junto a um grupo de policiais, em Nampula, que ingressara por volta de 1975-76 encontramos a nossa primeira informante mulher. Os restantes eram homens e decidiram também conceder entrevistas confirmando a ideia de que era uma oportunidade impar de transmitir seus testemunhos em relação à formação de policiais e em particular sobre seu papel na construção da independência de Moçambique,

Ao longo da historia de Moçambique nunca fomos chamados a expor nossos testemunhos, sobretudo na policia somos quase que ignorados quando se fala da independência de Moçambique, mas muito de nós estivemos envolvidos no processo tanto no nível da mobilização quanto na data da proclamação da independência e depois ao assumirmos algumas posições nas instituições [...] eu por exemplo sou um dos que tive a oportunidade de astear a primeira bandeira [...] sou um daqueles três que aparece na moeda moçambicana [...] fiz parte do grupo da primeira bandeira [...] mas as pessoas cruzam-se comigo e ninguém me reconhece [...] nunca fui dado voz para me expressar sobre aquela experiência. (Superintendente C)

É um fato de que a polícia bem como os policiais de Moçambique tem participado de eventos históricos cruciais começando pelo policiamento nas ruas das cidades antes da proclamação da independência e posteriormente nas atividades de vigilância e patrulhamento na aprovação da primeira constituição (Tofo-Inhambane) bem como na tomada de posse do primeiro presidente da republica, e outros eventos de importância nacional. Contudo, permanecem ignorados ou no anonimato enquanto sujeitos dessa historia ainda que representem uma das principais instituições do Estado demonstrando-se assim certo descaso ou negligencia perante a importância da policia na vida social, na construção do nacionalismo e até mesmo como objeto de estudo no meio acadêmico moçambicano.

Posteriormente, realizamos entrevistas aos policiais da velha e nova geração junto ao comando provincial da PRM – Nampula onde, novamente, notamos o receio de alguns dos nossos informantes em se expressar quando se aproxima algum superior

hierárquico algumas entrevistas foram interrompidas para serem retomadas em outros espaços e outras não foram dadas seguimento por não comparecimento aos locais indicados para a continuidade do dialogo.

Aos mais velhos sentimos que de fato se deparavam com a entrevista como um desafio muitos dos quais solicitaram um pouco mais de tempo para efetuar leituras de seus manuais como se de uma avaliação ou supervisão se tratasse.

Em Nampula as entrevistas decorreram junto à direção provincial da polícia de investigação criminal e aos departamentos do respectivo comando provincial uma vez que o centro regional de formação policial de Natiquiri encontrava-se encerrado.

Volvido quatro semanas partimos para o centro de Moçambique particularmente para a cidade de Quelimane na província de Zambezia. Apesar de apenas existir no ativo um único policial da geração de 1974 na cidade de Quelimane ficamos sensivelmente duas semanas por conta dos procedimentos administrativos para se autorizar tal entrevista à semelhança de outras cidades as quais transitamos. Contudo, nosso único interlocutor, dessa geração, recusou-se a responder as questões por conta de suas ocupações oferecendo-nos o seu currículo vitae que segundo ele é o espelho de sua experiência como policial desde seu ingresso em 1974 e que nada mais poderia dizer de novo senão apenas o que constava do documento. Aos graduados da ACIPOL a receptividade foi melhor os quais se dispuseram voluntariamente para participar e colaborar nas entrevistas.

Já no principio de Novembro partimos em direção a cidade da Beira na província de Sofala onde pretendíamos finalizar as nossas entrevistas. Contudo, as limitações de ordem financeira e as barreiras burocrático-administrativas que propiciaram a demora da autorização para a realização das entrevistas não permitiram que pudéssemos obtê-las antes da data marcada para o retorno ao Brasil.

1.4.6 Participantes da pesquisa.

Participaram da pesquisa sobre as experiências de formação de policiais cerca de 28 policiais dos quais 14 da geração de 1974-75 e os restantes jovens com formação em ciências policiais a partir de 2004. Na cidade de Maputo entrevistamos um general (01-Comissário), nove oficiais superiores (02 – Adjuntos - comissários, 04 - superintendentes principais e 03 - superintendentes), 10 oficiais subalternos com formação superior. Na cidade Nampula entrevistamos 01 – adjunta de superintendente,

02 – superintendentes, 01 – superintendente principal e 02 – subinspetores. Por último, na cidade de Quelimane-Zambezia 01 – Adjunto comissário e 2 subinspetores com formação superior em ciências policiais.

Aos subinspetores da polícia provenientes da formação superior policial foram administrados cerca de 2 entrevistas individuais presenciais e 12 questionários por e-mail, sobretudo para as cidades nas quais estávamos conscientes de não podermos chegar por conta da insuficiência de recursos financeiros e particularmente de tempo.

O questionário por e-mail foi administrado aos subinspetores por sua indisponibilidade em relação às entrevistas individuais. Tomando em consideração que nossa análise não identificará os nomes dos entrevistados, os mesmos serão nominados pela sua categoria (patente) acrescentando-lhes uma letra maiúscula do alfabeto seguindo a ordem de contato por entrevista, por exemplo: Comissário A, Superintendente B, Subinspetor C, etc.

Portanto, a formação policial de jovens será analisada a partir das perspectivas ou pontos de vista de policiais vinculados aos centros de formação como também de outros espaços de trabalho policial como nos comandos provinciais e nas demais subunidades, direções e departamentos da organização policial moçambicana.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL POLICIAL E A TRAJETÓRIA DA POLÍCIA NOS MARCOS DA EDIFICAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO MOÇAMBICANO.

A semelhança de vários países do mundo em Moçambique, o aparecimento da Polícia como uma instituição nacional, está intrinsecamente relacionada com a constituição do Estado nacional daí que sua origem só pode ser compreendida a partir da formação do Estado moçambicano. Segundo YUSSUF (1996) para interpretar os fenômenos ou processos que ocorreram no período pós-colonial em Moçambique é necessário compreender as relações que se estabelecem, entre aspetos internos e externos, que influenciaram as grandes mudanças ocorridas, após a independência. É com base neste raciocínio que procuraremos, seguidamente, reconstituir alguns aspetos que caracterizaram a trajetória da formação da organização policial alicerçando-se, sobretudo, nas legislações, diretivas, depoimentos escritos em jornais e acordos, adotados ao longo do período em análise.

2.1 A transição para a independência: primórdios da formação de policiais e o disciplinamento, ou higienização de Lourenço Marques – Maputo.

Em 1974, as intensas negociações propiciadas pelos Acordos de Lusaka (Zâmbia), firmado entre o governo colonial e o movimento revolucionário FRELIMO, em 7 de Setembro do mesmo ano possibilitaram, não apenas, a regulamentação do processo de transferência de poderes do colonizador ao colonizado, como também permitiu a criação de instituições nacionais, dentre elas e no primeiro plano a Polícia. O ponto 11 dos acordos de Lusaka preconizava que o governo criaria o Corpo de Polícia de Moçambique, em substituição à instituição policial colonial existente, até aquele momento, o qual se encarregaria de conter qualquer desordem, ou distúrbios político-sociais que pudessem comprometer a estabilidade, a ordem e a segurança pública, no período pós-colonial. Assim, no processo de transição à independência, iniciou-se com a inserção de alguns jovens, ex-guerrilheiros das Forças de Libertação Popular de Moçambique, em ações de patrulhamento conjunto com a Polícia de Segurança Pública portuguesa - colonial.

Uma das primeiras atividades realizadas de forma cooperativa foi à operação limpeza, conforme THOMAZ (2008):

No dia 7 de novembro de 1974, foi desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em conjunto com as forças portuguesas, a [...] *operação limpeza*. [...] bloquearam a então Rua Araújo e outras ruas, becos e praças do centro de Lourenço Marques, hoje em dia Maputo, com o propósito de deter “agitadores e marginais”, afetando, sobretudo as trabalhadoras do sexo que atuavam na região. Ao final da operação, foram detidos 284 indivíduos, dos quais 192 eram mulheres e 92 homens; [...], 50 foram postas em liberdade e 142 foram transportadas em autocarros para destino não revelado sob escolta do Exército Popular de Libertação de Moçambique. Dos 92 homens, 42 foram postos em liberdade e os demais ficaram detidos na capital. A esmagadora maioria das mulheres detidas soube-se depois, foram enviadas para os campos de reeducação, localizados em regiões distantes da capital do país. (THOMAZ, 2008, p.178)

Como se pode notar, as ações realizadas pela organização policial, ainda em gestação, demonstravam certa intolerância do futuro governo nacional, em relação a algumas condutas individuais ou coletivas consideradas improdutivas e imorais, contrárias ao progresso social e econômico. A prostituição e atividades de rendimento que não se pautassem pela moral e pelo trabalho digno deviam ser reprimidas demarcando, deste modo, a conduta dos cidadãos por meio de uma ordem, que se estabelecia mediante certa ruptura com as práticas associadas aos colonos conforme figura no art.3º nº7 do DL nº54/75:

Compete especialmente ao Corpo de Policia [...] participar ativamente nas tarefas de reconstrução nacional, designadamente no combate a prostituição, banditismo, alcoolismo, vadiagem e, bem assim, na concretização de obras de interesse social coletivo, tais como escolas, hospitais, estradas, apoio as cooperativas, e todas as demais tarefas que for chamado a desempenhar; [...] repressão de todas as manifestações contrarias a unidade do povo Moçambicano tais como o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

Por outro lado, demonstravam a tentativa de disciplinar os indivíduos, sobretudo os residentes nas principais cidades moçambicanas, por meio da desterritorialização, ou deslocamento forçado para outros espaços, especificamente, das cidades para os campos de cultivo como forma de readaptá-los ao novo modo de vida que se impunha pelo regime. A sanção se traduzia na translação dos “infratores” para áreas rurais, isolando-os da sociedade e, em particular, do espaço urbano, como também incidia sobre o uso destes para pratica de trabalho braçal, na produção agrícola em campos de cultivo

abertos ou fechados pertencentes ao Estado, designados por *machambas*⁹ do povo, considerados verdadeiros laboratórios, ou clínicas de reabilitação física e mental, onde se readaptavam os indivíduos através do ofício de agricultor.

Iniciavam-se, assim, as primeiras experiências de enfrentamento a delinquência no processo de formação profissional da primeira geração de policiais moçambicanos, através da socialização profissional dos jovens, ex-guerrilheiros do movimento de libertação, durante as atividades de policiamento e gestão de conflitos baseadas, principalmente, na transmissão oral do conhecimento e na prática de procedimentos operacionais, bem como jurídico-administrativos, sob orientação dos policiais da Polícia de Segurança Pública Portuguesa (PSP) que automaticamente transitaram para o Corpo de Polícia de Moçambique dos quais alguns indivíduos eram portugueses e outros moçambicanos.

Por um lado o aprendizado orientado pela prática profissional conduzida por policiais da PSP vislumbrava a ideia de que o modelo policial moçambicano se inspiraria na concepção europeia de trabalho policial pois, tornar-se policial naquele momento significava apreender e reproduzir tudo quanto lhes fosse transmitido durante os trabalhos conjuntos com a força policial portuguesa. A organização policial que se estava estabelecendo era composta, essencialmente, de ex-guerrilheiros e, obviamente, com nível de escolaridade relativamente baixo, o que nos permite afirmar que se tratava de uma polícia militarizada e, essencialmente, repressiva. Suas ações orientavam-se para a manutenção da ordem pública por meio do policiamento ostensivo.

Enquanto decorriam essas práticas formativas foram recrutados vários jovens alguns com formações profissionais (enfermagem), 7º ano de escolaridade e outros sem alfabetização para fazer parte do processo de formação policial daqueles que constituiriam a primeira força policial nacional. O primeiro treinamento deu-se em Nashingwea – centro político militar - e posteriormente no interior do país, designadamente no Centro de Formação de Quadros - Michafutene, Centro de formação básica da polícia localizada em Matalane – Maputo - no ano de 1974, 1975 e 1976 respetivamente. Alguns foram formados no exterior, através do envio de cidadãos nacionais, para outras escolas de formação militar, nas repúblicas da Tanzânia, Zâmbia, Egipto e, na República Democrática da Alemanha bem como em Cuba. Em nível nacional, posteriormente, foram também abertos centros de formação policial regional

⁹ É uma espécie de propriedade agrícola (roça).

designadamente o centro de formação de unidades da polícia em Dondo - província de Sofala e o centro de formação de unidade de Natikiri – província de Nampula.

Nas vésperas da independência e como forma de cumprimento das cláusulas ratificadas no acordo entre as partes, a Frelimo e o governo colonial, em 17 de Maio de 1975, no Decreto-Lei nº 54/75, é institucionalizada a primeira força policial nacional moçambicana, que fora antecedida pela desmobilização massiva dos efectivos da Polícia de Segurança Pública – **PSP** sobretudo os de nacionalidade portuguesa deixando-se os PSP's moçambicanos por conta do processo de nacionalização – escangalhamento - das instituições do governo colonial.

A existência de alguns cidadãos nacionais com formação policial, cuja maioria fora instruída, na base militar de Nashingweya - Tanzânia, mobilizou de certo modo este processo de criação do Corpo de Polícia de Moçambique - **CPM**, que herdara parte dos meios humanos e materiais da força policial colonial, a Polícia de Segurança Pública - **PSP**.

A estrutura do CPM previa um comandante das forças populares de libertação de Moçambique, agentes da polícia e pessoal especializado (art. 4º do DL 54/75 de 17 de Maio). O CPM era dirigido por um comandante geral coadjuvado por um comissário político e um chefe do Estado maior todos nomeados pelo presidente da República e exigia que estes prestasse contas, cortesias militares, em suma, que se subordinassem as estruturas do partido FRELIMO.

2.2 O Estado pós-colonial e a concepção do trabalho policial: do Corpo de Polícia de Moçambique para a polícia popular.

Em 17 de Maio de 1975 pelo decreto 54/75 é criado o Corpo de Polícia de Moçambique composto por policiais nacionais recém-formados em Nashingweya e os que pertenciam a PSP.

Proclamada a independência, em 25 de Junho de 1975, a história de Moçambique, enquanto Estado-Nação se inicia, formalmente, com a aprovação e promulgação de sua primeira constituição. Ela preconizava a construção de uma sociedade socialista, sem classes, livre das desigualdades sociais e de injustiças baseadas na exploração do homem pelo homem conforme figura no seu Art.4º bem como na Lei nº11/78, de 15 de Agosto, ambas aprovadas pela Assembleia Popular. Contudo, a adesão ao socialismo não pode ser entendida como uma escolha livre, mas

sim como a salvaguarda dos benefícios da aliança com os países do campo socialista, que se identificavam com as revoluções nacionalistas africanas, entanto que movimentos anti-imperialistas na acirrada guerra fria. Moçambique posicionava-se, deste modo, num dos lados do confronto leste-oeste.

O ambiente social e político, propiciado pela independência, permitia retomar as experiências multietnicas, ou multiculturais iniciadas no centro de treinamento político-militar, Nashingweya¹⁰, assente na ideia de união entre as várias tribos e etnias, para o confronto com o outro, o inimigo comum - colonialismo. Assim, coloca-se em pratica o projeto da “unidade nacional”, havendo necessidade de transformar os, ex-colonizados, em homens novos, com sua identidade propria, conforme alude CABAÇO:

[...] a proposta identitaria da FRELIMO se consubstanciava na criação do projeto de “*homem novo*”. O modelo projetado repudiava o “colono”, o “tradicional” [...] preconizando a gradual convergencia dos diferentes grupos etnolinguisticos numa realidade modernizadora. (2007, p.410)

Assim, o Estado-nação, por intermédio de suas intuições e pelo uso de suas prerrogativas de poder desestimulou algumas práticas culturais de grupos étnicos, reforçando a necessidade de partilha da mesma língua, hábitos e costumes. Vale lembrar Stuart Hall:

A identificação que [...] era atribuída a tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas gradualmente [...] à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob [...] Estado-nação, que se tornou assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais [...]. A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua [...] criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais [...]. (HALL, 2001, p.48-49)

A projeção do Estado pós-colonial teve seus reflexos tanto no recrutamento de individuos, que deviam ser incorporados na organização policial do Estado moçambicano, quanto na sua atuação cotidiana. A Polícia, entanto que uma instituição nacional e representante do Estado deveria, não apenas espelhar na sua composição as

¹⁰ Centro de formação político militar, em Tanzânia, onde se iniciaram as primeiras experiências multi-étnicas que, conforme CABAÇO (2007, p.413) e TAIMO (2010, p.92) é considerada a escola de unidade nacional.

diversas tribos e etnias bem como reprimir qualquer ação que pusesse em causa o projeto nacionalista colocado em prática, ou qualquer atitude que expressasse um tratamento privilegiado, em razão da cor, etnia, tribo ou ainda que contrariasse o modo de produção coletiva adotado pelo projeto socialista:

A nossa polícia deve educar pelo seu exemplo, deve contribuir para destruição do racismo, do tribalismo, do regionalismo. Não podemos admitir membros da polícia que atuam com base em motivações tribalistas, racistas, regionalistas. [...] a polícia deve manifestar sempre a sua identidade com o povo. (MACHEL, 1981, p.25-26)

Nos meses seguintes à independência, no setor da segurança interna, foi aprovado o Decreto-Lei n. 21/75 de 11 de outubro, que criava o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) que, segundo TRINDADE (2003) tratava-se de uma organização a qual foi concedida poderes de efetuar detenções aos indivíduos, os quais considerassem como potenciais suspeitos de praticarem atos que atentassem contra a integridade, ou segurança do Estado determinando-lhes, de acordo com a sua consciência, o destino que lhes fosse conveniente, nomeadamente: encaminhá-los à autoridade policial competente, aos tribunais, ou aos campos de reeducação.

O SNASP subordinava-se ao Ministério da Segurança e os seus membros ou integrantes, comumente designados por polícia secreta cingiam suas atividades na recolha e tratamento de informações, da prática de ações contra o Estado, consideradas sabotagem ou ameaça de golpe do Estado. Esta, trabalhava em estreita colaboração com os grupos populares organizados, em áreas residenciais, ou locais de trabalho mobilizando-os e conscientizando-os, política e ideologicamente, para que se organizassem na vigilância popular e em defesa do poder popular. O SNASP também coordenava suas atividades com as autoridades da administração da justiça.

Os poderes conferidos aos polícias secretos possibilitavam que estes atuassem nos limites imprecisos, com forte tendência para ilegalidade e agiam com base numa extensa rede de informantes nas comunidades, o que gerava desconfiança mútua entre vizinhos, parentes e amigos. No mesmo período, foi também aprovado o Decreto nº 25/75 de 18 de outubro, que transformou a Polícia Judiciária em Polícia de Investigação Criminal integrando-a na estrutura orgânica do Ministério do Interior, com o propósito de estabelecer uma unidade de comando e complementaridade, entre as atividades desta instituição e a do Corpo da Polícia de Moçambique. As atuações dessa última

convergiam na repressão e prevenção da criminalidade, permitindo assim uma fácil comunicação inter-setorial e consequente rapidez nos procedimentos administrativos e respostas operacionais. Pode-se dizer que era uma tentativa de centralização da estrutura policial, pois a liberdade de ação dos órgãos passaria a depender de um único centro decisório. Contudo, a centralidade recaía apenas sobre algumas especialidades, porque as múltiplas agências policiais, tais como a polícia fiscal, a polícia de transportes, a polícia secreta e a migração continuavam fragmentadas.

A edificação do Estado pós-colonial sob os desígnios da democracia popular, ou do socialismo democrático exigia que o povo se engajasse nas diversas tarefas, com prioridade particular sobre o combate à criminalidade, pelo fato desta obstaculizar o cumprimento de planos e ações postas em prática pelas comunidades visando a reconstrução e o progresso nacional uma vez que:

O Povo sentindo-se inseguro e desorientado [deixaria] de estar em condições de executar eficazmente as tarefas essenciais da revolução: a produção, o ensino, a assistência sanitária, [...] e outras. [...] para que no seio do nosso povo sejam criadas condições mínimas de paz, segurança e tranquilidade social indispensável à participação popular [...] nas tarefas da revolução impõem-se como ação prioritária o combate à criminalidade. (DIP, 1976, p.03)

Neste contexto, o envolvimento das comunidades na participação política foi propiciado pela criação, logo após a independência, de grupos dinamizadores, que eram organizações da sociedade civil detentores do poder popular, cujos membros não eram necessariamente elementos do partido FRELIMO, mas eleitos nas reuniões de massas de trabalhadores ou residentes de bairros (MACAGNO, 2010). Os grupos dinamizadores tinham imensas responsabilidades sobre sua área de jurisdição, dentre elas podem se destacar as seguintes:

[...] mobilizar as populações ao redor das políticas do novo governo. Além de funções políticas e administrativas, [...] estimular as atividades educativas nos lugares de trabalho e no âmbito das comunidades. [...] abriam espaços de discussão e de formação, procurando romper tanto com as “sobrevivências” do passado colonial, como com o tradicionalismo e o obscurantismo, [...]. (MACAGNO, 2010, p.16)

Os grupos exerciam função articuladora ou intermediadora entre a base e a liderança governativa, transmitindo as determinações emanadas pelo governo e

relatando os aspetos constatados em suas comunidades residenciais ou locais de trabalho, funcionando como uma entidade popular ao serviço do Estado - Partido no cumprimento de suas orientações distanciando-se dos interesses da comunidade a qual os elegera. Contudo, segundo THOMAZ:

Os Grupos Dinamizadores, inicialmente responsáveis por engajar a população no processo revolucionário, acabaram por ganhar um carácter cada vez mais associado à vigilância e ao controle da população, particularmente no que diz respeito a sua liberdade de circulação. (THOMAZ, 2008, p.186)

A autoridade policial encarregue de efetuar a vigilância e controle, nas comunidades passou, nesse período, a ser reforçada pelos grupos comunitários, designados como grupos populares de vigilância (GPV), cujas ações orientavam-se para policiamento ostensivo, centrado exclusivamente no controle da mobilidade de bens e pessoas.

Em 1979, por força da Lei nº 5/79, de 26 de Maio e como consequência imediata da revisão da Constituição da República Popular de Moçambique, operada pela Lei nº 11/78, de 15 de agosto, cria-se a Polícia Popular de Moçambique - (**PPM**), que unifica o Corpo de Polícia de Moçambique (Polícia de proteção), a Polícia de Investigação Criminal, a de Trânsito, a fiscal, a migração e a de Transportes e Comunicações, sobre um comando único que se subordinaria ao Ministério do Interior.

No mesmo ano foi aprovada a Lei 2/79, de 1º de Março que previa os crimes contra a segurança do povo e do Estado popular abarcando todos atos que atentavam contra a independência, integridade e soberania da pátria e o funcionamento normal das instituições do Estado, do partido FRELIMO e do desenvolvimento da economia nacional (art.1º da Lei dos crimes contra a segurança do povo e do Estado, 1979). A investigação de tais crimes era competência exclusiva do SNASP, cujas investigações se baseavam na espionagem, e confissões por meio da tortura.

Num contexto de socialismo, feitas as nacionalizações (conversão do patrimônio público português para as instituições nacionais) o Estado adotou o planejamento centralizado da economia, sendo o maior provedor de bens e serviços, estruturando-se através de empresas estatais, cooperativas, aldeias comunais e lojas do povo, todas organizações encarregadas de envolver a participação popular no

modo de vida coletivo, como forma de integrar o processo de produção agrícola tradicional na economia nacional.

Contudo, devido às diferenças no desenvolvimento sócio-econômico, na distribuição dos recursos produtivos e de infra-estruturas físicas, entre as distintas áreas do território, sobretudo entre a área urbana e a rural registrou-se certa mobilidade de pessoas, em direção as cidades, em busca de melhores condições de vida. O projeto de desenvolvimento nacional centrado, na agricultura ficou comprometido e alterou significativamente a distribuição espacial da população em Moçambique (MUANAMOHA, 1995). As cidades com as suas múltiplas potencialidades industriais, arquitetônicas e comerciais revelavam-se atrativas para os que residiam em áreas rurais:

Uma média de 140 pessoas chega diariamente à capital do País com o intuito de fixar residência, vindas na sua maioria das províncias [...]. Sem habitação e sem emprego, os recém-chegados albergam-se não raras vezes em casas de amigos ou familiares; a quem sobrecarregam os gastos [domésticos] já por si elevados. A [...] origem desta avalanche do campo para a cidade, é, [...] a procura de uma colocação [emprego] bem remunerada. (MAVANGA & MARMELO, 1982, s/p)

Este fato gerou um ambiente de insegurança, pois este grupo de indivíduos, muitos dos quais sem qualificação alguma, não conseguiam se inserir no mercado de emprego, optando muitas das vezes em fazer pequenos negócios em praças, ruas e avenidas da cidade capital. Esse fluxo impulsionou a existência de mercados informais ou negros e, igualmente, acelerava o aumento do número de mendigos, vadios e marginais nas cidades. A resposta governamental veio com a criação, em todo país, dos cartões de residente, como forma de condicionar e controlar a mobilidade de pessoas, de um lugar para outro.

[...] sobre o cartão de residente. Muitos residentes da capital pronunciaram-se a favor da emissão do mesmo, definindo-o como sendo um instrumento necessário para a [...] defesa contra a marginalidade e a criminalidade. [...] esta medida introduzida pelo Partido será possível diminuir a marginalidade e criminalidade que se tem feito sentir na capital. Por outro lado, o controlo de pessoas vindas do campo será maior e mais positivo. Há muita gente que se desloca do campo para a cidade, sem plano, essas pessoas tornam-se marginais [...]. [...] com a introdução do cartão de residente conseguiremos identificar melhor os infiltrados no nosso seio. Haverá um controlo preciso das pessoas oriundas do campo [...] muitas delas não tem nenhuma atividade. Como consequência disso passam a vida a

dedicar-se a marginalidade. [...]. (BALATE *et al.* In *Jornal Noticias* de 23 de Junho, 1982, p.2)

Como se pode notar a ideia de que a criminalidade era consequência do afluxo para as cidades de indivíduos desempregados e essencialmente provindos do espaço rural era partilhada tanto pelas autoridades governamentais bem como pelos residentes do espaço urbano. Por esse motivo o policiamento realizado pela polícia e pelos grupos de vigilância cingiam-se, exclusivamente, na exigência do comprovante de residência, cartão de trabalho, cartão de identificação e a guia de marcha, que autorizava a mobilidade dos cidadãos de uma cidade para outra e quem não o apresentasse era reconduzido aos campos de reeducação por se considerar infractor.

2.3 Ofensiva legalidade: reestruturando a formação profissional policial em Moçambique.

Em Novembro de 1981, após denúncias populares sobre as arbitrariedades¹¹ praticadas pelos membros das forças armadas, polícia popular, milícias, SNASP e grupos responsáveis pela vigilância popular, o chefe do Estado, Samora Machel desencadeou a chamada ofensiva pela legalidade, orientada para corrigir algumas praticas contrarias à lei, que estavam sendo cometidas pelos membros das forças de defesa e segurança, durante as atividades de vigilância. Tais arbitrariedades eram vistas como sendo ações do inimigo (RENAMO), que por vários meios persuadiam os membros das forças de defesa e segurança, estimulando-os a praticar ações que enfraquecessem a confiança do povo no governo instalado. Numa exortação publica a 15 de Novembro de 1981, o chefe do Estado, na presença de representantes do governo, diretamente ligados a segurança pública e da comunidade, reconheceu que o aspecto determinante para as ilegalidades que estavam ocorrendo era o desconhecimento sobre os limites da ação policial, o que gerava certa insegurança ou incerteza das comunidades sobre o que é permitido ou não, tendo reiterado que:

[...] é necessário que todos, todos conheçam, compreendam e assumam as tarefas de cada ramo das forças de defesa e segurança.

¹¹ “[...] espancamentos, agressões físicas, castigos corporais, torturas, violação de mulheres e menores, abuso do poder, apropriação indevida de bens dos cidadãos, [...] foram denunciados pela população em todo o país [...]” (In *Jornal Noticias*, 1981, p.26)

Quem não conhece sua tarefa, não pode executá-la. Uma estrutura que não compreende a sua tarefa, os objetivos de sua tarefa, deixa-se facilmente infiltrar. Quando os cidadãos não estão claros quanto às tarefas das estruturas que existem para os servir, é difícil o povo exercer a sua vigilância e detectar os elementos infiltrados. (MACHEL, 1981, p.22)

Como se pode notar aqui, está presente a principal recomendação para reverter o cenário de arbitrariedades, que se estavam registrando exigindo-se que, tanto as comunidades, como os policiais deviam, incessantemente, procurar aperfeiçoar seus conhecimentos sobre as atividades policiais a partir da lei constitucional e de outros dispositivos legais como forma de melhorar a qualidade de serviço de segurança pública ao cidadão através do controle externo da atividade policial.

Deste entendimento resulta que a proposta esboçada incidia, explicitamente, sobre a qualidade de formação profissional dos policiais, ou então na incapacidade dos policiais em se adaptarem ao espírito da lei. Contudo, apesar dessa constatação, a solução dada ao problema não foi a de incrementar matérias jurídicas no processo de formação de policiais. O enfraquecimento ou abandono de práticas da educação político-militar, implementadas nos centros de treinamento militar dos guerrilheiros da luta anti-colonial, foi considerado como elemento central da tamanha indisciplina e falta de respeito dos direitos individuais dos cidadãos. Citando o discurso do presidente:

Durante a luta de libertação nacional fazia parte do treino, da formação de todo soldado, a educação política. Atualmente, perdemos essa prática, e esse erro conduz-nos a desvios graves na formação de nossos soldados, que se reflete no seu comportamento e em especial nas suas relações com o povo. (MACHEL, 1981: 22)

Nesse sentido, a reinserção da educação política na formação policial originou nas escolas de instrução das forças de segurança e de defesa a criação da figura de instrutor político-militar e no nível das esquadras (delegacias) e comandos provinciais a figura de comissário político, cuja missão era transmitir aos jovens em fase de treinamento e nos espaços laborais, a educação moral e cívica, ideológica e patriótica promovendo a disciplina militar em defesa do povo e, em suma, a um pleno exercício da cidadania ativa, na luta pelo subdesenvolvimento e pela construção de uma nova sociedade que fosse igualitária e onde os interesses fossem coletivos colocando o povo em primeiro lugar.

Paradoxalmente, se por um lado a questão central da operação era corrigir atos ilegais, praticados pelos policiais e outros membros das forças de defesa e segurança, a idéia de propor apenas a reintrodução da educação política descaracteriza a instituição policial, enquanto entidade que se subordina à segurança pública. Demonstra-se certa despreocupação com as questões técnico-jurídicas e investe-se em ações político-ideológicas, que permitam o policial internalizar o patriotismo, a servidão ao povo e demais valores. Eram atitudes e crenças, próprias da sociedade socialista que se pretendia constituir. Vale trazer uma das passagens do discurso: “[...] a nossa segurança tem de ser popular. O seu aspecto fundamental é esta característica popular e não os aspetos técnicos” (MACHEL, 1981, p.22).

O chefe de Estado enfatizou, ainda em seu discurso, a necessidade de definir as qualidades necessárias de quem devia ser selecionado para pertencer às forças policiais, corrigindo o processo de recrutamento e seleção dos candidatos a membros das forças de defesa e segurança, que estava sendo praticada, uma vez que os considerava apenas homens fardados e não necessariamente militares ou policiais devidamente habilitados. Ele exigia assim, que todos obtivessem um treinamento militar comum, para que depois fossem inseridos em setores específicos. Nesse sentido afirmou:

Os membros da polícia [deviam] ser selecionados entre os melhores soldados, entre os jovens que tendo ingressado as fileiras das Forças Armadas de Moçambique que se revelarem com qualidades de disciplina e aprumo, cortesia e civismo. Os membros da Polícia Popular de Moçambique – PPM, devem ter um comportamento exemplar a fim de poderem ter autoridade moral que lhe permitam agir pela persuasão [...]. (MACHEL, 1981, p.24)

A ofensiva pela legalidade centrou-se essencialmente na necessidade de melhorar a formação dos policiais e as formas de seleção e recrutamento, definindo as qualidades que os candidatos a policiais deviam apresentar, para poder pleitear a uma vaga na corporação, sob a exigência de uma maior disciplina profissional, na relação com as comunidades, que resultasse em assumir intensamente a proteção dos interesses do povo moçambicano:

A formação dos soldados tem de ter um programa, deve ser planificada. A formação do nosso soldado inclui para além do treino militar: formação política-ideológica; elevação cultural; conhecimento profundo de suas tarefas, direitos e deveres como soldado da Republica Popular de Moçambique. (MACHEL, 1981, p.24)

A formação política ideológica assume tamanha importância, sobretudo nas forças de defesa e segurança, para que os policiais ou militares não fossem corrompidos ideologicamente, moralmente e materialmente, com as forças de oposição ao regime, que os persuadiam através de uma propaganda antisocialista, para que estes se convertessem ao serviço da resistência armada, no interior das corporações de segurança. Nesse sentido foi atribuída a segurança o papel de:

Combater a infiltração dos agentes do inimigo, a infiltração da ideologia do inimigo, a subversão a sabotagem, a desestabilização política e social, a ação anti-revolucionária [...]. os inimigos da nossa política, os inimigos da nossa ideologia [...]. [uma vez que] o inimigo organiza suas redes no nosso seio, com o objetivo de restaurar o poder dos exploradores capitalistas [...] recruta agentes no nosso seio [...] entre as pessoas que ocupam posições chave no aparelho do estado. (MACHEL, 1981, p.26)

Como se pode perceber, a disputa sistêmica entre capitalistas e socialistas, decorrente da guerra fria, gerava alguns conflitos internos em África e em Moçambique, em particular causava certa preocupação do governo procurando, a todo custo, tornar intocáveis suas forças de defesa e segurança. Daí o surgimento desse posicionamento do governo, em dotar os futuros policiais de conhecimentos militares e político – ideológico, para que tivessem a consciência da revolução, da conquista e sobretudo do caráter da guerra civil que se travava e como prevenir para que não se tornassem membros da força inimiga no interior dos exércitos nacionais. Daí a oposição ao discurso anti-marxista, propalado pelo movimento de resistência armada, que se tinha aliado ao governo de apartheid da África do Sul, para estabelecer o terror e atos de sabotagem às infra-estruturas, com o intuito de debilitar a economia e enfraquecer o governo revolucionário moçambicano (ALMEIDA, 2005 & BELUCCI, 2006).

Deste entendimento, também se pode perceber a necessidade de envolvimento das comunidades, no controle das ações das forças de defesa e segurança, não somente pelo desejo de incrementar a vigilância sobre os vigilantes, para neutralizar prováveis informantes, ou espiões do inimigo, infiltrados nas forças nacionais. A organização popular concebida como meio de agregar as forças de defesa e segurança, num exercito de informantes não fardados, que contribuiriam para a neutralização, ou queda das forças de resistência.

Medidas foram tomadas em relação ao controle interno dos membros das forças de defesa e segurança, junto aos oficiais, que não deviam se apegar ao conforto dos palácios, devendo levar uma vida simples, ou modesta, pautada pelo trabalho árduo e supervisão permanente de seus subordinados, independentemente da hora, do dia, ou distância:

Se os oficiais viverem em palacetes, no conforto e no luxo, prisioneiros da sua mobília, das suas aparelhagens, não estarão em condições de ir ver como está o soldado no seu posto [...]. Um oficial agarrado ao conforto, para que serve? Necessita de reforma. [...] Os oficiais devem manter permanentemente o contato com os soldados marchar com eles, viver a sua vida, [...] conhecer os seus problemas pessoais. (MACHEL, 1981, p.24)

O desconforto era assim visto, não como motivador, mas como uma força de pressão na consciencialização dos oficiais, para o não distanciamento entre o topo e as bases, nas organizações de defesa e segurança. As atividades de supervisão deveriam ser realizadas permanentemente, para permitirem uma aproximação entre chefes e subordinados e devolver aos subordinados o sentimento de igualdade e acolhimento.

Era necessário motivá-los para o trabalho para que não se juntassem as forças do inimigo. Era uma exigência para que se desencadeasse, no seio da corporação, um forte controle interno para identificar os tais infiltrados, ou os que abandonam as posições que lhes tem sido atribuídas. A idéia de retirar o conforto, trouxe consigo consequência prática na vida dos oficiais da polícia, parte dos quais foi desalojada dos imóveis de Estado pela Administradora do Parque Imobiliário do Estado (APIE), sob fundamento de permanência ilegal.

2.3.1 Determinações da ofensiva pela legalidade, em relação às arbitrariedades e à infiltração física e ideológica do inimigo.

Para terminar seu discurso, o chefe de Estado reforçou a necessidade das forças de segurança no combate as ilegalidades, a qual deveria interiorizar e viver profundamente, dentro das perspectivas da presente ofensiva. Nesse sentido, traçou algumas medidas concretas, que deviam ser, urgentemente, operacionalizadas:

- a) Os gabinetes de controle e disciplina no interior das forças de segurança deviam imediatamente traçar planos concretos de cumprimento da ofensiva pela legalidade, com o objetivo de detectar os que abusam do poder, os

- infiltrados, os traidores, os quais deviam ser publicamente mostrados às comunidades;
- b) Todos os casos de violação flagrante dos direitos de cidadão, como a tortura e qualquer medida corpórea, seus agentes deviam ser exemplarmente punidos tanto criminal como disciplinarmente. Apelou aos cidadãos que deviam canalizar suas denúncias aos gabinetes de controle e disciplina, dos vários ministérios bem como a procuradoria. A Assembleia Popular deveria constituir uma comissão para averiguar os casos que já se tinham denunciado e os que eventualmente pudessem aparecer;
 - c) As forças de defesa e segurança devem apresentar contas as Assembleias populares e ao governo;
 - d) Devem ser cumpridos os prazos de detenção, bem como apresentados os respectivos mandados de busca, quando a força se deslocar ao domicílio do infrator;
 - e) Desencadear a luta contra o alcoolismo, indisciplina e desaprumo, no seio das forças de defesa e segurança;
 - f) Os membros das forças de defesa devem participar, ativamente, das ações do partido devendo estar ao serviço das comunidades com ou sem farda;
 - g) É preciso rever as formas de recrutamento de milícias, porque é a principal fonte de denúncia dos abusos de autoridade reportados.

No final de sua exortação, concedeu a palavra aos membros do governo diretamente ligados aos órgãos de segurança, nomeadamente, o comissário político (Armando Guebuza), ministro da Segurança Jacinto Veloso, ministro do Interior Mariano Matsinhe, ministro da Justiça, ministro da Defesa e chefe do Estado Maior, os quais se comprometeram em colocar em prática as orientações do comandante em chefe das forças de defesa e segurança.

2.3.2 A pena de morte e a tortura, no enfrentamento da delinquência.

Num ambiente de guerra civil, a ofensiva pela legalidade era apenas uma etapa na desmotivação dos que tentassem opor-se à construção do Estado socialista. Nesse sentido, para além dos mecanismos de identificação desses indivíduos houve necessidade de atribuição de duras penas. Assim sendo, é aprovada a Lei 5/83 de 1º de abril de 1983, que introduzia penas mais severas contra os inimigos da revolução

moçambicana, que permitia a tortura por meio do uso do chicote e a pena de morte. O governo pós-colonial na voz do ministro da Justiça, Teodato Hunguana, em seu discurso ao parlamento defendia que:

[...] é preciso ter em conta a dignidade e o direito dos povos. O direito do homem à vida é um direito fundamental, mas antes de todo o direito, e como seu pressuposto, há o direito do povo à vida, à liberdade e à justiça social. É inaceitável invocar a dignidade humana e os direitos humanos precisamente em defesa daqueles que violam [...] esses princípios através dos crimes [...] o direito a vida só é concebível em termos da mais completa igualdade e reciprocidade entre os homens, em termos do respeito de todos pelo direito de todos. (HUNGUANA, 1983, s/p)

Ao abrigo dessa posição, a Assembleia Popular aprovou a lei por unanimidade. A partir dessa disposição legal foram executados vários indivíduos, pelo chamado pelotão de fuzilamento que o fazia, publicamente, diante de uma multidão de populares, aos condenados pela prática de crimes diversos, incluindo os de contrabando e até o de especulação de produtos de consumo alimentar.

Em relação às chicotadas, a lei previa que fossem realizadas em local público com leitura prévia da sentença, respectiva variando entre 30 chicotadas por série, podendo aplicar-se ao limite de três séries, espaçadas, por períodos não inferiores a oito dias, podendo ser aplicada cumulativamente com outras penas fixadas pela lei penal (In Jornal Notícias. 2.04.1983). A justificativa da promulgação desta lei surgiu da constatação de que as medidas punitivas que tinham sido praticadas, até aquele momento, nomeadamente a prisão em campos de reeducação, se tinham revelado inadequadas ou pelo menos ineficientes, para deter a onda de atos considerados crime que assolavam as regiões urbanas.

A vontade política em estabelecer parâmetros legais que legitimam ações policiais, estritamente reativas, como único meio de combater a criminalidade demonstra que tal decisão foi motivada pela expectativa de que penas severas significariam menos crimes. A expectativa era de legitimar, deste modo, ações policiais estritamente repressivas e encobrir atos lesivos dos direitos individuais dos cidadãos. Curiosamente, as comunidades manifestavam algum agrado em relação a essas práticas, demonstrando total conformismo, ou pelo menos certo receio em opor-se.

Contudo, a guerra civil se intensificava, cada vez mais contribuindo para destruição de infra-estruturas econômicas e sociais, sobretudo as localizadas nas zonas

rurais. No meio de tantas dificuldades, a lógica da guerra civil impunha ao Estado a redução dos investimentos nas áreas de educação, saúde, para direcionar parte significativa do orçamento estatal, cerca de 45%, para garantir o cumprimento das ações das forças de defesa e segurança, incluindo a polícia. Segundo o relatório da PNUD (1998) o ano de 1985 foi o ano com maior proporção de gastos com a Defesa.

2.4 Do Estado socialista ao neoliberalismo: a ascensão da criminalidade, a decadência institucional e a reorganização da formação policial a partir de 1990.

A crise econômica e social, gerada pela guerra civil promovida pela RENAMO¹², a crise intensificada pelos problemas climáticos, com a ocorrência de uma das intensas secas do século XX e também uma das maiores inundações do país, no mesmo século, a recusa de entrada de Moçambique no COMECON¹³, pela URSS (em 1981 e 1982)¹⁴, a ruptura financeira que colocará a dívida externa na ordem de 97% e uma conjuntura de fatores a estes associado impôs ao governo da FRELIMO a convocação, em 1983, do seu IVº Congresso, como forma de repensar os rumos do país e estabelecer planos alternativos para superar os graves problemas humanitários e econômicos que se viviam, uma vez que na África Austral o Estado socialista implantados após a independência foram vítimas não somente de uma aliança enganosa como também de uma guerra inventada pelo ocidente como forma de gerar crises econômicas e sociais e conseqüentemente, desacredita-los diante de seu povo.

Na África subsaariana, o socialismo africano e a tradição pós-colonial de estados fortes de partido único estavam totalmente desacreditados [...], quando toda a região era atingida pelo colapso econômico e a guerra civil [...] desastrosa foi à experiência de estados rigidamente marxistas como Etiópia, Angola e Moçambique. (FUKUYAMA, 1992, p.65)

Assim sendo, mediante as decisões tomadas no IV congresso do partido FRELIMO, o governo de Moçambique enceta uma campanha diplomática, cujo lema era **“fazer mais amigos e menos inimigos”**, para a conquista de parceiros, o que levou, no mesmo ano ao chefe do Estado, Samora Moises Machel, a visitar os Estados Unidos

¹² Resistência Nacional de Moçambique, movimento anti-socialista que desencadeou a guerra civil com forte apoio do bloco capitalistas, representados pela África de Sul do apartheid, que era liderada pelo governo de Ian Smith;

¹³ Council for Mutual Economic Assistance;

¹⁴ Esta recusa esteve aliada ao fato de Moçambique ter rejeitado a instalação de uma base militar ao longo do oceano Índico;

da América e o Reino Unido. Com isso ele iniciara os contatos com o outro bloco do confronto Este-Oeste, vislumbrando-se, à partida, uma possível modificação do regime.

Nesse contexto, lançadas as bases para a mudança dá-se início as negociações com a União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial e, seguidamente, começam a chegar os primeiros apoios sob a forma de crédito e de ajuda alimentar ao país.

Em 1984, firma-se o acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que em jeito de reposta exigiam alterações substanciais no sistema governativo moçambicano. Do mesmo modo, estabelece-se o acordo de *Nkomati* que preconizava as boas relações de vizinhança com África do Sul, como forma de estancar o apoio à guerra civil e restabelecer as relações comerciais, que se tinham estagnado (movimentos de mercadorias através dos portos moçambicanos). Indubitavelmente, o colapso do socialismo já era dado como certo e, gradualmente, se incorporavam os princípios estruturantes do sistema capitalista e da ideologia capitalista neoliberal.

A adesão as políticas do FMI e BM geraram contrapartidas que impeliram, em 1987, a mudanças políticas e económicas, através do PRE (Programa de Reforma Económica), que em 1989 torna-se PRES (Programa de Reforma Económica e Social), que para além de outros objetivos preconizavam a liberalização e privatização da economia, como forma de ajustar o país aos ideários neoliberais e estabelecer suportes para a almejada decolagem económica.

Formalmente, iniciou-se a conversão do socialismo para o capitalismo em Moçambique. Cumprindo à risca as imposições dadas por essas instituições, em 1989, a ajuda internacional que se iniciara em 1984, com 45 milhões de dólares atingiu cerca de 700 milhões de dólares provando-se, deste modo, que a recusa ou cumprimento das políticas prescritas pelos doadores poderiam resultar em cortes, ou aumentos no financiamento externo (PAVIA, 2000). O aumento da ajuda foi defendido pelos liberais, por se considerar que a insuficiência de capital é que originava o subdesenvolvimento,, razão pela qual se deveriam aumentar os investimento,, para garantir a decolagem económica.

Nesta sequência de mudanças, os sinais de desengajamento ideológico-soviético multiplicavam-se em Moçambique e Moscou anuncia, em 1989, a retirada dos conselheiros militares soviéticos e seu apoio a Moçambique, como também aos países socialistas do terceiro mundo, pois comprometiam a um novo ciclo de relações que o

governo Gorbachov pretendia por em pratica com EUA e Reino Unido que se impunham através da universalização de sua ideologia (capitalismo). Mesmo assim, as transformações políticas em Moçambique não cessaram e, em 1990 é aprovada a nova constituição que adotava a democracia liberal e o multipartidarismo. Em 1991 assina-se o acordo geral de paz, que marca o cessar fogo entre a RENAMO e a FRELIMO.

Tendo-se atingido o colapso do socialismo europeu articulado pela antiga URSS e, em particular, em Moçambique, o país aprovou em 1990 uma nova constituição que lançava as bases para a estruturação de um Estado democrático e de direito, agora centrado na economia de mercado.

No início de julho de 1991, o parlamento dissolveu o SNASP, substituindo-a por uma entidade designada SISE – Serviço de Informação e Segurança do Estado - similar a anterior, mas subordinada diretamente à Presidência da República.

Na sequência destas mudanças políticas, e no interesse de adequar a realização da segurança pública ao princípio da legalidade adotada pela Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990, foi aprovada a Lei nº 19/92 de 31 de dezembro, que cria a Polícia da República de Moçambique (PRM) em substituição da Polícia Popular de Moçambique (PPM). A nova polícia continuava inserida no Ministério do Interior, mas sobre a direção de um Comando Geral, cuja atuação deveria se inspirar no princípio de imparcialidade, proporcionalidade no uso dos meios, igualdade, justiça e todas as formas de proteção à dignidade da pessoa humana. Seguidamente, foi aprovado o Decreto 22/93, de 16 de setembro, que estabelece a estrutura orgânica da PRM, confirmando o seu caráter unificado ou centralizado, que sob sua alçada tem diversas subunidades, departamentos, delegacias em torno de três grandes especialidades, nomeadamente:

- Polícia de Ordem Pública ou de proteção;
- Força de Especiais e de Reserva;
- Polícia de Investigação Criminal;

A lei 19/92 de 31 de dezembro, fundada nos princípios do Estado de Direito institui o apartidarismo das forças policiais, inscritos nos compromissos assumidos pelo Acordo Geral de Paz, que foram mais tarde retomados expressamente pela Política de Defesa e Segurança, pela necessidade de esboçar um programa de capacitação e de reforma da Polícia (PEPRM, 2003).

As mudanças políticas explicam assim as continuas alterações na designação e nas formas de atuação da organização policial moçambicana, como sendo imposições para sua redefinição, justificadas pela necessidade de adequar-se ao regime político.

Contudo, tais mudanças foram apenas de ordem normativo-abstrata, porque no quotidiano das atividades dos policiais, já se notavam imensas dificuldades providas, sobretudo, da queda do orçamento para o funcionamento da instituição, o que impedia um adequado desempenho das missões e responsabilidades para com os cidadãos. Dentre, as várias dificuldades enfrentadas destacam-se a escassez de recursos humanos, que impõem aos policiais a cumprir uma agenda laboral de mais de sessenta horas semanais, que se adicionam a outras horas de serviço prestadas a algumas instituições privadas, na proteção de casas comerciais e eventos culturais,, como forma de compensar o baixo salário¹⁵.

Além da falta de agentes qualificados, a polícia também enfrentava carência de equipamentos e de instalações, deficiente logística, o que impedia de desempenhar adequadamente suas responsabilidades. Segundo a PNUD (1998), após o acordo geral de paz em 1991, o governo de Moçambique comprometeu-se em reduzir os custos com as forças de defesa e segurança, devendo incrementar seu orçamento em projetos educacionais, de saúde e infraestruturas, como forma de melhorar a situação sócio-econômica decorrente da guerra civil de 16 anos:

Em tempo de paz reduzir os gastos militares de 36,7% do PIB em termos reais em 1995, para 2,4% num futuro próximo [...].entre 1985 e 1990, a proporção de gastos na Educação e Saúde foi significativamente menor do que na Defesa. Contudo, em 1992 pela primeira vez as despesas com a Educação e Saúde (21,6%) foram superiores às despesas na Defesa (18,5%). Este “desvio” dos recursos financeiros da Defesa para os sectores sociais tem-se mantido [...] e, de fato, aumentado. (PNUD, 1998, p.38)

Enquanto se reduziam os recursos da polícia, as comunidades reivindicavam uma melhor estratégia de enfrentamento da criminalidade, pois as fragilidades de instituição policial se acentuavam cada vez mais. Todavia, só em 1996 é que o governo manifestou seu interesse aos doadores internacionais, para que estes ajudassem no processo de reforma da Polícia da República de Moçambique.

¹⁵ Segundo uma pesquisa realizada pela AFRIMAP, a media do salário do policial esta em torno dos 60 dólares americanos

Em julho de 1997 a PNUD e instituições policiais iniciaram seus projetos de reformar a PRM, tendo como foco aspectos voltados a reorganização ou reestruturação da formação policial e equipar as delegacias, comandos provinciais e centros de formação policial (infra-estruturas e aquisição de equipamento operacional e administrativo).

No quadro desta reforma, em 1999 foi criada, através do Decreto 24/99, de 18 de maio, a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) instituição de ensino superior em ciências policiais, encarregada de formar oficiais, como forma de profissionalizar o trabalho policial e melhorar o desempenho da organização. Conseqüentemente, é aprovado o Estatuto do Polícia, através do Decreto nº 27 e 28/99, de 24 de maio.

2.4.1 A formação de policiais e o enfrentamento da delinquência em Moçambique: as perspectivas do PEPRM (2003).

Uma das principais iniciativas governamentais de modernização dos serviços de segurança pública em Moçambique, no início do sec. XXI é sem dúvidas o Plano Estratégico da Polícia da Republica de Moçambique, concebido em 2003 e aprovado pelo conselho de ministro em maio de 2004. Sua aprovação foi antecedida de vários passos, dentre os quais se destacam as pesquisas realizadas pela UNICRI, em coordenação com o Centro de Estudos de população, que possibilitaram à identificação das principais fragilidades da instituição, nomeadamente:

- A ausência de sistematização de dados relativos à evolução e resposta da situação criminal no país, obstaculizando a realização de pesquisas sobre a violência, criminalidade ou segurança publica que possibilitem a formulação de políticas públicas ajustadas a realidade social;
- Deficiente fluxo de informação inter-setorial entre os órgãos de administração da Justiça que impede a coordenação do sistema de Justiça Criminal;
- Fraco poder de controle, interno e externo, e supervisão das atividades policiais admitindo, assim, má aplicação ou não cumprimento de diversos dispositivos legais e regulamentos delimitadores do exercício da profissão policial, tais como: mau uso de uniforme, abuso de poder, corrupção e desproteção dos direitos individuais dos cidadãos;

- Não cumprimento das regras de progressão na carreira, decorrente do mau sistema de avaliação de desempenho que, associado a baixos incentivos (não se pagam horas extras, assistência médica, patrocínio jurídico, habitação, transporte) tem se configurado em potenciais fontes de desmotivação e da prática de atos indisciplinados envolvendo a corrupção, embriagues, etc.

No plano de formação policial, os problemas constatados se ligavam a imprecisão das normas de recrutamento constantes do estatuto do polícia - Lei 27/99 de 24 de maio - que não tendo previsto uma representação equitativa do gênero e de grupos étnicos por território, tem privilegiado o ingresso de mais homens em detrimento de mulheres e a superioridade numérica de algumas províncias, cidades em relação as demais.

Apesar deste estatuto prever o ingresso de indivíduos com certa qualificação acadêmica foi constatado a persistência, no interior da corporação, de um número significativo de policiais com baixa qualificação técnico-profissional, fator que é, por um lado, associado ao fato da academia de polícia privilegiar o recrutamento de indivíduos externos a organização e não necessariamente os policiais experientes, que já tenham preenchido os requisitos acadêmicos desejados para seu ingresso no curso superior em ciências policiais (RAUL, 2003).

Por outro lado, a presença majoritária de indivíduos não qualificados na corporação foi determinada pela incorporação de ex-militares provindos do exército nacional, no final da guerra civil, sem obediência aos requisitos acadêmicos e sem atender a um programa de formação policial (LEÃO, 2003). Tratava-se aqui do cumprimento das cláusulas do acordo geral de paz assinado em Roma, em 1991, que num dos seus pontos impunha a incorporação de militares desmobilizados, de ambos os lados, nas forças policiais, fato que para LEÃO (2003) tem sido determinante para a deficiente atuação policial, principalmente no uso excessivo da força, atuações violentas ou ilegais.

Importa referir que a formação policial esteve sempre presente nos processos de reforma, tanto da organização do Estado-nação, como também da própria polícia, se tomarmos em consideração a transição à independência, período no qual deveria se modificar a polícia colonial para a nacional. Nesse mesmo tempo ocorreu a transição do socialismo ao capitalismo neoliberal, onde os princípios estruturantes do Estado democrático exigiam certas rupturas com a polícia popular de Moçambique, então subordinada às estruturas do partido FRELIMO.

Segundo o PEPRM (2003), a formação do policial deve ser permanente e contínua devendo ser ajustada ao contexto político e social em que Estado estiver inserido. Dessa forma, ao longo do documento é notória a relevância que é dada a formação policial, colocando o próprio policial, o capital humano da organização, como o agente gerador de mudança que, quando capacitado e inserido num ambiente de trabalho que o agrada pode atingir elevados níveis de desempenho. Dos vários programas traçados pelo plano constata-se que a formação do policial impõem a todos os setores podendo-se destacar o seguintes:

- a) Formar o pessoal de planificação operativa (p.53);
- b) Formar pessoal especializado no trabalho de inteligência policial (p.52);
- c) Capacitar o pessoal, de forma contínua, para o melhor desempenho;
- d) Formar efetivos especializados para a proteção da fronteira terrestre (p.54);
- e) Realizar cursos de formação sobre a proteção do meio ambiente (p.54);
- f) Formar e capacitar especialistas tanto para o atendimento das vítimas como para a recolha, processamento e uso da informação sobre a violência contra a mulher e a criança (p.55);
- g) Definir o sistema de formação policial (p.56);
- h) Reformar a estrutura curricular dos cursos policiais;
- i) Promover cursos de especialização;
- j) Melhorar as condições dos estabelecimentos de ensino policial;
- k) Formar o corpo docente policial qualificado.
- l) Introduzir, nos cursos policiais, temas relativos ao HIV/SIDA;
- m) Realizar seminários de formação ética e deontológica;
- n) Recrutar e formar pessoal qualificado.

3. ESTADO SOCIALISTA: EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS POLICIAIS ENTRE 1974-1990.

Conforme tínhamos anunciado anteriormente nosso interesse é analisar os aspetos ligados a concepção do trabalho policial tanto a partir das escolas de formação policial bem como no espaço operacional no qual ocorre o enfrentamento a delinquência e a criminalidade tendo como suporte os grupos de policiais e as épocas nas quais se revelam as idéias e certos modos de conceber a atividade policial que se justificam mediante o contexto sócio político que Moçambique vivenciou. É nesse sentido que nesta parte do trabalho ater-nos-emos sobre as experiências de formação dos policiais que ingressaram na vigência do socialismo democrático o qual o Estado moçambicano adotou entre 1975 e 1990.

3.1. Recrutamento, seleção e formação acadêmica e cultural dos jovens para a polícia entre 1975 a 1990 – trajetórias e caminhos percorridos.

O recrutamento rigoroso dentro de determinados princípios é considerado como sendo uma das etapas fundamentais da profissionalização do trabalho policial. No grupo de jovens que ingressaram a organização policial moçambicana desde a véspera para a independência até aproximadamente finais da década de 1980 (Setembro de 1974 até 1990) podem-se destacar diversos perfis dos recrutados os quais se distinguem mediante as escolas de formação policial bem como nas formas pelas quais foram sendo selecionados e recrutados para o trabalho policial. Segundo RAUL (2003), a PRM é composta por:

[...] indivíduos provenientes de diferentes escolas, indivíduos que se formaram na Tanzânia, em Cuba, na ex-RDA e em outros países e com diferentes especialidades [...], como também existem aqueles que não tendo saído para o estrangeiro, com esforço próprio a par de trabalharem na PRM conseguiram fazer o ensino médio e até mesmo o superior. (RAUL, 2003, p.24)

E é sobre esse grupo de policiais que ingressaram sem muita escolaridade e que depois deram continuidade aos seus projetos acadêmicos que concentramos nossas entrevistas individuais.

No que refere as formas de recrutamento conseguimos captar as seguintes características dos subgrupos que ingressaram a polícia no período supracitado, nomeadamente:

- a) Os moçambicanos que já faziam parte da Polícia de Segurança Pública portuguesa colonial - antes da independência - e que permaneceram até a fase pós-independência dos quais primeiramente foram formadores dos jovens ex-guerrilheiros da FRELIMO e que gradualmente foram transformados em civis preenchendo ocupações na organização policial como auxiliares de escritórios, mecânicos, carpinteiros. Deste grupo de moçambicanos houve também quem de fato continuou na polícia até a fase atual¹⁶;
- b) Os jovens guerrilheiros provenientes do movimento revolucionário FRELIMO que ingressaram logo na fase de transição por volta de Setembro ou Outubro de 1974 cuja formação fora realizada nos centros de formação militar em Nashingwea - Tanzânia e, posteriormente, no centro de formação de quadro de Michafune a partir de Janeiro de 1976;
- c) O grupo de jovens proveniente das forças militares os quais foram selecionados para participar de formações no estrangeiro em países como Republica Democrática Alemã, União das Republicas Socialistas Soviéticas, e Cuba;
- d) Jovens recrutados de escolas secundárias no exterior que posteriormente se formaram na Academia da Polícia de países como Cuba e República Democrática Alemã;
- e) Os que por conta de estarem a frequentar o ensino e possuírem alguma alfabetização como a 3ª ou 4ª classe ou formações profissionais foram mobilizados ao nível das estruturas comunitárias, do Bairro ou aldeamento, para se apresentarem as autoridades administrativas desde a sua localidade até chegar à capital – Maputo – onde eram reunidos em determinados espaços e motivados para fazerem parte das instituições nacionais publicas

¹⁶ Parte significativa de nossos entrevistados citam o Inspector Geral na reserva, Miguel dos Santos, ex-comandante geral da polícia como sendo um desses jovens que pertencia a PSP portuguesa e transitou para o CPM, PPM e depois atingiu o topo da hierarquia com a PRM.

que o Estado pós colonial pretendia formar dos quais uns foram conduzidos ao centro de formação básica militar de Nashingwea, outros para Matalane.

É importante frisar que a criação da polícia é anterior a formação do Estado moçambicano uma vez que sua composição, recrutamento e institucionalização datam de 1974 após os acordos de Lusaka que culminaram em 17 Maio de 1975 com a criação do Corpo da Policia de Moçambique e, com a proclamação da independência em 25 de Junho do mesmo ano. Nessa altura, eram poucos os moçambicanos nativos com acesso a educação, pois para se beneficiar desse processo impunha-se uma serie de submissões ao regime colonial para que alguém fosse considerado merecedor da frequência escolar no seio dos brancos - colonos. Então, impor que os ingressantes a policia tivessem certo nível de escolaridade seria certamente uma inibição a maioria da população que fora vítima de um processo segregador durante a colonização e sem dúvidas se beneficiariam apenas os filhos ou familiares daqueles que por longos anos estiveram a serviço do colonizador. Em certa medida pode-se considerar que não havia condições suficientes para se implementar um recrutamento onde o requisito acadêmico fosse necessariamente o critério basilar de ingresso aos vários setores da embrionária administração estatal.

Assim sendo, o primeiro grupo de indivíduos ingressou a organização policial com níveis de escolaridade relativamente baixo em relação às exigências atuais variando entre analfabetos até os de 7º ano de escolaridade. Porem, alguns já tinham formações profissionais como enfermeiros-basicos entre outros. No universo dos nossos entrevistados a idéia que se pode reter é de que mesmo sem a publicação de um eventual edital o recrutamento obedeceu a um conjunto de critérios especificamente pré-estabelecidos, envolvendo a combinação de esforços entre as estruturas administrativas do partido FRELIMO e as lideranças comunitárias cujo papel era identificar indivíduos com condutas ou comportamentos ético-morais aceitáveis em cada bairro, localidade, distrito ou província.

Como relata um entrevistado:

Ingressei a corporação policial em 14 de Setembro 1974 [...] na altura foi-nos dito que viríamos continuar os estudos e fomos trazidos a Boane [...] éramos jovens eu já tinha feito um curso de enfermagem [...] só que chegado em Boane [...] foi-nos dito que devíamos nos organizar para defender a nossa conquista [...] a nossa pátria [...] então a idéia era treinar e defender a pátria [...] como tinha idade para

ir a tropa decidi resolver a questão, mas muitos fugiram e saíram [...] era obrigatório de forma política [...] e dai mandaram chamar instrutores e no dia seguinte começamos com a instrução intercalando-a com trabalhos manuais [...] alguns fugiram [...]. (Adjunto - comissário A)

Segundo o depoimento deste, o recrutamento não teve necessariamente um caráter voluntário uma vez que no decurso do processo de recrutamento muitos foram se alistar para se beneficiar da concessão de bolsas de estudo para países estrangeiros que no contexto tinham parcerias com o Estado moçambicano.

Nas palavras de outro entrevistado,

Alistei-me voluntariamente para a concessão de bolsas de estudo no estrangeiro na companhia de outros jovens [...] e dai seguimos para o quartel de Boane [...]. (Superintendente Principal B)

A ausência de concordância entre os fins individuais os quais estes jovens pretendiam e os que foram encontrados no local de concentração motivou algumas fugas podendo significar que em algum momento a orientação de pertencer a policia teve um caráter camuflado ou então persuasivo - impositivo, pois tendo sido concentrados na capital as possibilidades de regresso aos locais de proveniência para os que vieram de locais distantes seria, extremamente, difícil devido ao rigor no controle da mobilidade de pessoas e bens que se faziam sentir nessa época. Muitos dos candidatos foram mobilizados em se alistar convencidos de que iriam prosseguir com os estudos, e como almejavam tal objetivo aderiram ao processo. Conforme declara um dos nossos entrevistados,

Em 1974 apareceu um senhor em casa de meus pais chamava-se Macamo e o outro Mateus Sansão Muthemba¹⁷ [...] disseram que a FRELIMO queria estudantes para ir estudar em escolas na Tanzânia [...] feito isso arrumamos as malas para Maputo e fomos parar em Boane onde ficamos duas semanas no quartel [...] e depois fomos à

¹⁷ Mateus Sansão Muthemba faz parte da geração que participou na luta pela independência de Moçambique. Nascido a 25 de Junho de 1906, em Chicumbane, Xai-Xai, província de Gaza. Faleceu a 6 de Junho de 1968, vítima de agressão física dentro dos escritórios da FRELIMO, em Dar-Es-Salaam, Tanzania. Em 1961 fez parte do grupo que se encarregou pela organização da recepção do Prof. Dr. Eduardo Mondlane, então funcionário das Nações Unidas que visitara Moçambique. Ele foi então mobilizador e um dos responsáveis da organização clandestina na região sul do país. Em Dar-Es-Salaam, trabalhou como chefe do Departamento de Comunicações nos escritórios centrais da FRELIMO organizando o programa de transmissões do movimento. Estabeleceu as bases, através das quais a rede da Frelimo operou no sul de Moçambique. (Jornal Noticias 6/6/2008)

base aérea no aeroporto de Mavalane - Maputo – por uma semana e lá apanhamos um avião para Dar-es-Salaam - Tanzânia o avião denominado Delta [...] chegamos lá e ficamos perto do acampamento do instituto da FRELIMO duas semanas depois partimos de machimbombos [ônibus] não sabíamos para onde íamos só soubemos apenas que estávamos em Nashingwea quando desembarcamos [...] nos primeiros dias fazíamos treinos de guerrilhas e ainda trazíamos nossos livros a pensar que iríamos estudar [...] depois de verem que já estávamos prontos alguns de nós foram selecionados para o quinto acampamento [...] e iniciamos com aulas com assuntos ligados a policia [...] só depois é que percebemos que estávamos a fazer cursos de policia e migração todas as especialidades juntas [...] foi quando os presidentes Samora Moises Machel, Keneth Kaunda e Julius Nyerere vieram nos visitar é quando ficou claro o que estávamos a fazer lá [...] depois das aulas todas [...]concluído o curso voltamos a Moçambique [...]. (Superintendente B)

Este, somente se apercebeu de que estava sendo capacitado como policial depois de já ter estado em Tanzânia. Nas lembranças dos policiais da primeira geração é notável que não houve clareza sobre o que lhes esperava após serem recrutados e conduzidos a cidade de Maputo (capital de Moçambique). Entre a incerteza e o segredo se mantinham concentrados em determinados locais, predominantemente, quartéis a espera de um posicionamento por parte das autoridades do partido FRELIMO sobre seu destino profissional. Porém, no tempo de espera eram realizadas diversas tarefas que se dividiam entre o treinamento militar e as atividades manuais como, por exemplo, abater árvores e desbravar florestas o que de fato acrescia suas incertezas devido a ausência de um vínculo entre a educação escolar e estas ações.

Logicamente, se surpreenderam com o que lhes foi proposto enquanto seus destinos profissionais muitos aspiravam prosseguir com a formação acadêmica e por conta da natureza destas atividades (militares e manuais) uns pautaram-se pela fuga. Porém, os que se mantiveram nos locais de concentração foram, posteriormente, enviados ao centro de formação política e militar de Nashingwea – Tanzânia.

Citando o nosso entrevistado:

[...] um mês depois fomos transportados em carros e quando damos por isso já estávamos em Mavalane (Aeroporto Internacional de Maputo) rumo à Tanzânia em Dar-es-salaam [...] éramos assim enviados para o centro de preparação político militar de Nashingwea [...] lá ficamos Outubro, Novembro, [...] e Janeiro de 1975 saímos do centro principal para o quinto acampamento depois de o presidente

Samora Moises Machel ter feito a seleção das pessoas que deviam passar para policia e outras forças de segurança [...] os da SNASP foram para a Republica Democrática Alemã. [...] ficamos no 5º acampamento até 17 de Maio de 1975 [...] houve primeiro grupo que era coral e poesia que se adiantou [...] posteriormente nós partimos e ficamos em Nacala-Porto vindo de Mutuara [...] de barco *Mapinduzi* [...] de Nacala vieram para Maputo 4 dias antes da independência e ficamos no Quartel General e depois da proclamação da independência começaram, a distribuição das pessoas [...]. (Adjunto-Comissario A)

Entre estes houve também alguns que provieram da militância política que mediante seu envolvimento na mobilização política junto as comunidades bem como na captação de membros para o movimento de libertação foram posteriormente inseridos nesse grupo de indivíduos recrutado e formado para pertencer às forças de defesa e segurança, em particular o Corpo de Policia de Moçambique:

[...] pertencia a um grupo de ativistas anti-colonial e nesses grupos éramos perseguidos pela PID-DGS a policia secreta colonial que atormentavam todos aqueles que aderiam ao movimento da FRELIMO que era considerado de uma ação subversiva [...] nós fazíamos isso com os mais velhos não devíamos falar de qualquer maneira e escutávamos radio da Tanzânia [...] a voz da libertação [...] que anunciava o desenvolvimento da guerra contra o colonialismo essa escuta era proibida pelo governo colonial e é dessa maneira que aos poucos fomos introduzidos na policia por volta de 1974 quando se assinala o acordo de Lusaka [...] porque já éramos conhecidos como participantes do movimento fomos enviados ao centro de Nashingwea em 74 [...] e dali a olhar passamos a nos dedicar a vida política e militar [...] em meados de janeiro de 1975 [...] é quando aparece o presidente Samora Machel [...] vinha ter reunião com todos que estavam no centro e fez a divisão do regimento que estava lá em vários batalhões e cada um foi fazer uma determinada especialidade e a nossa foi encarregue de manter a ordem [...] lá mesmo a policia tanzaniana foi encarregue de nos formar e no dia 17 de Maio de 1975 encerramos o tal curso [...] e foi a 17 de maio que foi criado o Corpo de Policia de Moçambique. (Superintendente C)

A seleção foi realizada, pessoalmente, pelo então presidente do partido FRELIMO que posteriormente fora empossado como Presidente da República – Samora Moises Machel. Mediante seus critérios pessoais em formatura geral, no campo de treino de Nashingwea, agrupou os diversos jovens em formação militar quem deveria fazer parte do denominado 5º acampamento, no qual foram instaladas as tendas onde

esse grupo de futuros policiais se alojaria até ao término de sua formação policial e, igualmente, indicou o destino dos demais subgrupos presentes no encontro para outros setores de segurança ou então para formações no exterior em outras especialidades da atividade policial.

Para os que ingressaram imediatamente a seguir, por volta de 1976 naquele que constituiu o primeiro recrutamento para formação policial em instituições de ensino policial nacional na Escola Prática de Matalane – Província de Maputo - sua seleção iniciou-se em suas unidades comunais (bairros-aldeias) por meio das estruturas comunitárias envolvendo chefes do bairro ou chefes das dez casas em parceria com o partido FRELIMO que mobilizavam os jovens com alguma escolaridade e boa conduta com forte predominância para os que freqüentavam a escola. Segundo, um dos nossos entrevistados,

Era estudante [...] sai da escola para a formação policial [...] depois da independência houve necessidade de formar policiais em território nacional e a exortação chegou aos distritos [...] o requisito necessário era ter habilitações mínimas de quarta classe que era o nível de escolaridade que parte dos moçambicanos possuía e as estruturas existentes no meu bairro fizeram o alistamento dos candidatos [...] então me inscrevo em 1975 e somente em janeiro de 1976 é que se inicia o curso [...] fomos informados com o chefe do aldeamento que estávamos sendo precisados pelo partido FRELIMO e que devíamos nos apresentar na administração do distrito [...] de lá foi-nos dito que devíamos ir nos apresentar na capital provincial [...] chegamos à província e disseram que o partido esta a nos precisar e lá fomos esclarecidos que era para sermos policiais [...]. (Superintendente B)

[...] ingressei a policia em 14 de Setembro de 1976 [...] fomos selecionados a partir da escola na altura estava a freqüentar o terceiro ano do liceu [...] e lá fomos selecionados [...]. (Superintendente C)

Perante os depoimentos supracitados fica claro que parte destes jovens teve de interromper a sua formação escolar para se alistar nas fileiras das forças de defesa e segurança e se juntar aos outros moçambicanos que se engajavam na construção de um novo Estado, no qual os nacionais assumiriam posições na condução das instituições publicas. Não era uma interrupção que se dava “à força”, mas sim tratava-se de um sacrifício em favor da adesão a um projeto político de então. Entretanto, o fator surpresa em relação ao destino dos candidatos a policiais é um dos aspetos permanentemente reiterado ao longo desse período,

[...] não sabia para onde ia [...] e disseram que éramos precisados e nos apresentamos na sede do distrito onde nos foi dito que devíamos ir a província [...] chegado a província disseram o partido é que esta a vos precisar e lá foram esclarecidos que era para ser policia [...] e dai a motivação para determinadas pessoas não existiu [...].
(Superintendente B)

A ideia de concentrar os recrutados em determinados locais envolvendo-os em atividades de treinamento militar e de outras atividades manuais é também notório:

[...] Chegamos à província de Maputo como a nossa delegação da província de Cabo Delgado fomos um dos últimos a chegar e o contingente estava, provisoriamente, na pousada dos CFM e na casa militar (SICA) [...] onde cada delegação tinha seu espaço [...] os treinos começaram na pousada [...] saíamos da pousada para Matalane ir fazer a atividade manual destroncando arvores e fazendo limpeza [...] preparando o espaço onde se edificaria a instalação do centro de formação policial de Matalane durante alguns meses [...] a atividade era por escala [...] até a altura que se limpou um espaço considerado suficiente para implantar as infra-estruturas saímos da pousada para Matalane entre Março e Abril de 1976 [...] e fizemos a ocupação efetiva [...] as refeições eram feitas na cidade e recebiam no centro....dormíamos em tendas...e aproveitavam-se do lago que esta nas proximidade para tomar banho e as mulheres recebiam água [...] fez-se depois o furo de água. (Adjunto-Comissario da Policia B)

Conscientes da importância da escola, alguns, mesmo com imensas adversidades no seio da corporação investiram no ensino até a formação superior. Entre as formações universitárias predomina, majoritariamente, a área de direito, ciências jurídicas, ciências policiais, psicologia, ciências sociais e administração pública. Obviamente, ainda perpetuam o hábito de leituras, sobretudo de jornais que em tempos de socialismo era meio pelo qual se veiculava as mensagens do Estado ou então se reproduziam algumas denúncias sobre a organização policial. Os livros didáticos também fazem parte de seus repertórios, pois alguns dividem a atividade policial com a atividade docente tanto na Academia de Ciências Policias bem como em outras instituições de formação universitária não policial. Igualmente, lêem códigos jurídicos que são essenciais na orientação de sua conduta profissional.

3.2. Ser policial: escolhas e motivações para a escolha da profissão – patriotismo e nacionalismo.

No grupo dos policiais que ingressaram a corporação policial moçambicana por volta de 1974/76 muito dos quais, atualmente, com mais de 35 anos de trabalho a questão de escolha profissional não faz, necessariamente, parte de suas memórias, pois se tratava de um momento político crucial e enquanto jovens se mobilizaram pela vontade de querer fazer parte do processo de conquista da independência.

A demonstração de lealdade para com a força revolucionária que protagonizara a independência em defesa de um novo país que se pretendia livre das opressões da colonização, o patriotismo e o nacionalismo revelavam-se centrais na construção da nação e elemento motivador da juventude desse tempo em fazer parte da constituição das instituições do Estado. Segundo os policiais que ingressaram em 1974-75 podemos reter os seguintes depoimentos:

Não fomos pressionados para sermos policiais a vontade de pertencer às forças populares de libertação [...] e entrar na FRELIMO era para dar parte de nós ao movimento da juventude desse tempo que se engajou em trazer a liberdade ao povo [...] antes de entrar na polícia já treinava nas forças guerrilheiras em Nashingweia e, posteriormente, fui transferido para Boane sempre na perspectiva militar e em Março de 1975 sou selecionado para Alemanha para fazer a especialidade de trânsito aos 19 anos de idade. (Comissário A)

O nosso recrutamento baseou-se no espírito patriótico e aproveitou-se a independência para mobilizar os jovens para pertencerem os órgãos do Estado e defenderem a soberania de forma incondicional [...] eu alinhei por saber que estava defendendo a minha pátria [...] não houve condição material sabendo que ia contribuir para o desenvolvimento de meu País e com possibilidades de me notabilizar enquanto herói [...]. (Adjunto Comissário B)

Para outros, a motivação foi posterior ao ingresso uma vez que olhavam para a polícia como uma instituição voltada para o uso da força em desrespeito pelo ser humano. Mas, o contexto político em que se vivia possibilitou, a partir do seu interior, a desconstrução dessas determinadas formas de percepção da instituição e gerou a expectativa de se constituir uma nova polícia que mantivesse rupturas com esse modo de agir autoritário vivenciado na época da colonização. Conforme nosso entrevistado pode-se entender que:

[...] a motivação para determinadas pessoas não existiu [...] mas numa situação em que sendo jovens [...] encontramos a motivação no interior da organização [...] antes só víamos o chefe do aldeamento e nunca tínhamos visto a policia enquanto motivação porque tínhamos a imagem de que a policia maltrata as pessoas [...] e como o pais estava sendo mobilizado pela governação dos moçambicanos com o desejo do partido foi ai também que encontramos força e ter essa motivação [...]. (Superintendente B)

Outros ainda, consideram que:

Não foi uma motivação pessoal foi uma motivação do contexto [...] havia carência de mão de obra para muitos setores porque os colonizadores estavam a sair [...] existiam grupos dinamizadores e sendo jovem militante nos grupos dinamizadores [...] e por imperativos circunstanciais fui parar na policia [...] foi nos dito que iríamos trabalhar na administração [...]. (Superintendente D)

Para os jovens que ingressaram na organização policial depois dos anos 1980 a escolha pela formação policial não foi necessariamente voluntária, pois as circunstancias sócio-políticas lhes exigiam a participação ativa no processo de construção de Moçambique e significou sem dúvidas abdicar de muitos sonhos e desejos:

Não foi de minha escolha, estava em Cuba a frequentar o ensino normal e fomos encontrados de surpresa com uma lista de indivíduos que deviam se apresentar na Academia da Policia de Havana “*Antonio Briones montoti*” [...] gostaria de seguir outras áreas, mas não podia recusar o chamamento da pátria senão seria conduzido ao centro de reeducação. (Superintende Principal da Policia A)

Tomando em consideração o envolvimento das lideranças comunitárias às formas pelos quais foram recrutados revelam que os nossos entrevistados viviam em espaços rurais onde foram recrutados para o treinamento policial para dizer que majoritariamente são provenientes de famílias camponesas ou operárias. Muitos destes jovens ingressaram a organização policial aos 18 e 19 anos de idade com responsabilidade não somente de responder ao chamamento do Estado pós colonial como também de substituir nas instituições os colonos e outros nacionais qualificados que tinham abandonado o país. O Estado moçambicano que acabara de se tornar independente necessitava de um corpo de policiais nacionais devidamente formados

para empregá-los em postos de trabalho deixados pelos colonos da então polícia de segurança pública (PSP).

Muitos não tiveram uma trajetória profissional anterior ao seu ingresso a polícia para dizer que a polícia foi seu primeiro emprego. A importância de participação política e ativa na construção de um país novo para os moçambicanos constituiu o cerne mobilizador para se alistar ao grupo de jovens que pretendiam dar continuidade ao trabalho desencadeado pelos guerrilheiros de libertação de Moçambique. Era uma oportunidade para fazer e participar da história de Moçambique.

Num contexto de lutas independentistas em vários países africanos e em particular em Moçambique os interesses individuais desses jovens até certo ponto podem ser entendidos como convergentes aos do movimento FRELIMO, o que de certa forma gerou o desejo de participar dos processos de inclusão dos descolonizados na máquina administrativa enquanto funcionários e detentores do poder sobre estas.

As respostas dadas em relação às formas de ingresso dos nossos entrevistados evidenciam claramente que o contexto histórico e político em que o país vivenciava eram de certa forma mobilizador o que gerava inicialmente uma adesão dos candidatos por mais que desconhecêssem a tarefa que lhes esperava. A maioria declara que as condições de recrutamento eram conduzidas de tal forma que até os recrutados desconheciam para onde estavam a ser transportados muitos dos quais somente se aperceberam que seriam policiais depois de várias etapas ou dias de instrução política e militar. O contexto político em que o país vivia suscitava uma euforia a tal ponto que os jovens desse tempo pouco se preocupavam com as recompensas salariais, pois o maior ganho para eles era dar seu contributo na conquista da liberdade de seu povo,

Admiramo-nos pelo salário uma vez que a FRELIMO custeava diversas despesas para os policiais desde a roupa paisana de passeio, viaturas para passeio ou visitas a família, a idéia dos jovens do nosso tempo era para sermos guerrilheiros e fazermos parte desse movimento de conquista da propriedade coletiva [...] houve um largo período que os policiais não tiveram salário e os *machimbombos*¹⁸ eram gratuitos [...]. (Comissário A)

Este relato revela que o ingresso a corporação policial, por parte deste grupo geracional, não apareceu necessariamente vinculado a vocação pelo trabalho policial e muito menos a melhoria de condições de vida materiais ou individuais. O regime

¹⁸ Onibus ou Van no português de Moçambique

político adotado assegurava um determinado assistencialismo aos funcionários públicos e inibia, com penalizações severas, todas as condutas que desvirtuassem o espírito de conquista ou então de emancipação política dos ex-colonizados – a coletividade devia estar acima de todos os interesses individuais.

3.3. A dupla dimensão do processo de formação do policial: da rua para a escola e da escola para a rua.

Para MORAIS & DE PAULA (2010) a formação de jovens para o trabalho policial não se traduz apenas no aprendizado de um conjunto de teorias e técnicas transmitidas num contexto de ensino institucionalizado (escola), mas também envolve a renúncia de estereótipos que se tinham perante a organização a qual farão parte bem como a construção de um novo papel profissional e de nova visão do mundo a partir de dois processos de socialização, formal e a informal, adquiridos em dois ambientes distintos de aprendizagem e de afirmação de identidades profissionais.

Segundo os nossos interlocutores o processo de formação policial se iniciou antes da partida aos centros de formação de Nashingwea durante as atividades e missões conjuntas na fase de transição a independência entre os meses de Setembro a finais de Outubro de 1974 que serviu para adaptação ao trabalho policial mediante a transmissão de conhecimentos e procedimentos institucionais realizado com os policiais moçambicanos e portugueses que estavam vinculados a organização policial colonial portuguesa a PSP.

Antes de partirmos para Nashingwea estivemos durante três meses de atividades conjuntas com os PSP's moçambicanos onde aprendemos como é que se levanta um auto [...] trabalho administrativo como se faz a patrulha, a sentinela [...] como se revista um suspeito durante a abordagem policial [...] como proteger o local de fato [...] contudo alguns não estavam interessados em transmitir apesar de serem ótimos profissionais [...] mas por vezes não atendiam bem [...] e muitas das vezes como eles tinham experiência sonegavam muitas coisas [...].
(Adjunto-Comissario A)

Como se pode observar a socialização profissional dos guerrilheiros no trabalho policial que se iniciara ainda na fase de transição à independência não foi muito pacífica apesar de ter sido conduzida por alguns policiais moçambicanos que já se tinham inserido na policia colonial. Segundo alguns dos nossos entrevistados os conhecimentos

não eram transmitidos em seu todo o que denotava a presença de conflitos geracionais durante as transições políticas para a independência e para a criação do CPM ou então de uma necessidade de manter certas informações restritas, não as compartilhando, para que não seja descartada sua posição no interior da instituição.

Esta fase de formação durou apenas alguns meses e depois foram à formação policial formal em espaços de transmissão institucionalizada do conhecimento – escolas. Terminada a etapa de formação político-militar em Nashingwea, num contexto de trabalho, foram novamente recebidos pelos PSP's os quais continuaram a dar orientações sobre a execução do trabalho tanto no plano administrativo como no operacional,

Depois de sermos afetos as subunidades policiais fomos recebidos pelos policiais da antiga PSP [...] e aprendemos com eles através do trabalho pratico [...] nós vínhamos de outras experiências de guerrilha na luta contra o colonialismo português [...] começamos a trabalhar com os PSP's no sentido de resolver os problemas da comunidade desde as regras de patrulhamento como dirigir um comando, uma secção entre outras [...] todas essas experiências foram apreendidas no trabalho diário [...] foi uma boa experiência porque muitos deles eram moçambicanos e a idéia de ensinar aos irmãos era mais valia para continuar com o país [...] os portugueses de raça branca da PSP ficaram um tempo e foram a Portugal tendo ficado os moçambicanos [...]. (Adjunto – Comissario A)

Novamente, ocorre a transmissão de conhecimentos em espaços que não são, formalmente, escolas e que se baseiam, sobretudo, por intensas trocas de informações e conhecimentos a partir de experiências passadas no universo laboral entre os policiais que já estavam atuando no setor, há algum tempo, e os recém-formados. A socialização profissional informal cumpria assim um papel fundamental na formação dos jovens policiais que com base na experiência vivida de outros policiais incorporava ou reconfigurava os valores e símbolos de sua profissão apreendidos na escola de polícia a qual integrou.

O processo de formação formal desta geração de policiais foi realizado em Tanzânia e numa primeira fase a formação tinha um caráter militar exigindo um esforço físico para o cumprimento de atividades como ordem unida, artes marciais, exercícios de tiro, entre outras. Comparativamente, consideram que a exigência dos instrutores era maior em relação aos espaços de treinamento, no qual eles se encontravam anteriormente instalados na província de Maputo – Boane:

Em Boane não senti tanta dor a instrução militar era simples, mas em Nashingwea a ordem do Chefe do Estado era transformar o homem em bichos e de bichos em homens e os instrutores moçambicanos cada um com sua companhia e pelotão [...] fomos levados em pelotões e meteram-nos na mata e nesses lugares tinham plantas espinhosas e ficamos doloridos a noite toda. [...] quando chegamos lá à tarefa era a de destroncar arvores [...] para possibilitar a produção agrícola e começamos a fazer o trabalho agrícola [...] o curso só começou em janeiro e começa outra historia [...] e fomos entregues aos instrutores tanzanianos. (Adjunto Comissário A)

A dor e o sacrifício figuram entre os aspectos mais marcantes no processo de formação destes policiais, mas o consideram como tendo sido necessária para a desconstrução de todos os estereótipos, sobre a polícia, apreendidos em outros espaços de socialização (família, tribo) como também da construção de novos valores enquanto policiais.

A rigidez na disciplina tática militar durante as fases de formação básico-policial, as de trabalho diário de rua bem como em delegacias perpassa na memória de muitos destes não somente como os momentos marcantes que jamais se esqueceriam, mas também como etapas de consolidação de sua formação individual como homens,

[...] no dia de apresentação ao chefe do Estado ficamos cerca de 7 horas em pé sem comer nada [...] apenas uma bolacha e um cantil de chá. (Adjunto Comissário A)

As experiências mais duras foram no centro porque realmente [...] que jamais me esquecerei [...] não haviam condições logísticas adequadas [...] no que concerne, ao alojamento um espaço condigno de repousar [...] e foram ditos para construir as nossas casas [...] foi lhes atribuído catana [facão] para procurar estacas e construir as casernas [...] e como era uma experiência nova os treinos foram bem pesados [...] o dia inteiro das 6 às 17 horas somente a treinar, foi duro e necessário porque éramos moleques e estudantes vínhamos com outras mentalidades em nossas famílias e de repente fomos a guerrilha [...] jovens na sua maioria todos com consciência de que éramos capazes de contribuir pela defesa da pátria [...] nós é que iriam substituir as atividades de colonos [...] e substituímos os coloniais com pouca experiência [...] muitos saímos da guerrilha para comandante de esquadra [delegacia] comandante distrital. (Superintendente C)

Apesar do ambiente de tensão em que se vivia no interior do centro de formação policial para alguns foi de extrema importância por ter possibilitado trocas de informações e de conhecimento mutuo entre as diversas tribos ou etnias que compõem

os territórios de Moçambique porque pressupunha a concentração de indivíduos de diversas origens coabitando em mesmos espaços podendo se dizer que os espaços de formação das forças de defesa e segurança foram e são por excelência o lugar da afirmação e da construção da moçambicanidade pois se configuraram como espaços multi-étnicos onde *macuas, rongas, tsongas, xanganas, macondes, nhungues, macenas, ndaus, nandjas, yaos* convivem pacificamente,

Não faltaram punições e grosserias ou palavrões [...] fazia parte da vida quotidiana [...] houve punições que foram preocupantes [...] foi uma vida militar de aprendizagem [...] tudo era a regra [...] nunca tinha vivido em coletivo [...] o contato de pessoas de diversas proveniências étnicas [...] numa tenda uma pessoa de uma única província [...] um convívio pacífico e vontade de conhecer o dialeto do outro era uma oportunidade única [...] foi cativantes [...]. (Superintendente D)

Igualmente, a guerra civil entre o governo da FRELIMO e o movimento de resistência RENAMO que se iniciou em 1977 e que se intensificou em alguns espaços urbanos na década de 1980 é um dos acontecimentos que marca parte significativa destes policiais não somente enquanto espaço de aplicação e de conhecimentos adquiridos em outras etapas de sua formação, mas também pelas situações de perigo ou risco daí advindas:

Depois de substituímos os colonos começamos a trabalhar e [passados alguns anos] entre 80-82 por causa da guerra de desestabilização entramos na guerrilha [...] tivemos a sorte de ficar na sede das capitais provinciais [...] trabalhávamos conjuntamente com os militares [...] os policiais faziam parte do exercito e saímos para destruir algumas bases [...] foram experiências difíceis e como tínhamos aprendido a guerrilha foi útil [...] tinha 17 anos [...], mas fomos adquirindo conhecimentos durante a luta dos 16 anos [...] os bandidos entraram nas cidades [...]. (Superintendente C)

Apesar do risco, a guerrilha é vista também como uma fase de amadurecimento pois muitos destes policiais cresceram profissionalmente diante desse conflito e diante de uma policia que não apenas devia investigar como também devia entrar no campo de batalha. Para os que foram comandantes, chefes de pelotões ou secções os riscos e as responsabilidades acresciam perante a si próprio, aos subordinados, as comunidades as quais protegiam e aos grupos de infratores ou indivíduos em conflito com a lei,

Durante a guerra civil [...] quando era comandante de Jafar fui cercado [...] atiraram a bala para o meu quarto [...] pensei que fossem meus homens que estavam a se defender de alguma coisa [...] e o homem de magazine informa que a RENAMO entrou [...] que tinham sido

cercados [...] era morrer ou viver e pedi apoio no regimento [...] é o primeiro episódio que tive [...] o segundo episódio foi quando me destacaram para acompanhar reclusos para Guirundo no regresso fomos cercados pelos Bandidos Armados em Bobole [...].
(Superintende B)

3.4. O ensino policial nos centros de formação policial: a educação policial e a político-militar.

O ensino policial ocorre através da ministração sistemática de disciplinas por meio de aulas teóricas em salas de aula bem como de sessões de treinamento em ordem unida – marchas e outras formas de proceder perante determinadas situações ou abordagem ao suspeito pode-se dizer que esta incidiu sobre o corpo e sobre o espiritual e é a respeito destes dois elementos que o instrutor político – militar se dedicava enquanto formador do policial.

Decorrente das experiências de treinamento de guerrilheiros nos campos militares de Nashingweia em Tanzânia para o combate contra o colonialismo português baseada na disciplina militar, no trabalho manual, na solidariedade e camaradagem e, principalmente, na preparação política. A figura de instrutor político militar ou então a de comissário político foi retomada como forma de resgatar parte dessa experiência coletiva de convívio entre as diversas tribos e etnias obtidas durante a luta pela independência a qual era fortemente vinculada a tomada de consciência política sobre o sentido da luta, nas escolas de formação policial bem como nos locais de trabalho em diversos setores da atividade pública.

Ao instrutor político militar cabia um papel fundamental, não somente na transmissão da tática e estratégias de prevenção e combate a criminalidade, mas principalmente de elevar o nível cívico e moral do homem novo, o qual se pretendia que fosse isento de todos os males que herdara do colonialismo, que rejeitasse os seus particularismos étnico-tribais, que fosse honesto e trabalhador e por conta disso capaz de conduzir os seus destinos por si só e em comunidade com seus próximos.

Dentre os seus deveres cabia-lhes, principalmente, conscientizar os jovens a serem defensores da pátria e a se sacrificarem por ela, a lutar pela construção de uma sociedade melhor onde não houvesse exploradores e explorados, mas sim o humanismo, a solidariedade, a igualdade e o respeito pelo próximo. Segundo os depoimentos dos nossos entrevistados, suas missões tinham um caráter político uma vez que, mediante seminários devidamente programados semanalmente faziam-se estudos políticos a partir

dos discursos proferidos pelo chefe de Estado, bem como pelos parlamentares da assembleia popular:

Num contexto de partido único a questão central era a identidade com o partido FRELIMO para que houvesse sintonia [...] era necessário implementar a linha política e os responsáveis pela implementação eram elementos de comando e mesmo a uma unidade inferior e para além da formação política incidia a formação ideológica que tinha a ver com a linha política do partido e dessa linha formava-se o comando [...] e isso não era apenas de política mas também da elevação do espírito patriótico educação moral e cívica [...] a criação do homem novo com valores socialistas[...] civismo [...] geralmente havia estudos políticos [...] e escolhia-se um dia e era baseado nos discursos do presidente do partido em algumas resoluções e orientações semanais para estudar os documentos [...] e esse processo era inerente a formação [...] fazia parte se suas atividades [...].
(Superintendente Principal A)

Assim sendo, a formação do policial pressupunha estar de acordo com as diretrizes do partido e defender o projeto de nação idealizado pela FRELIMO, que nesse contexto coincidiam com as da nação. Perante o cenário de partido único pode-se dizer que uma parte significativa militava suas fileiras não havendo lugar para outras posições políticas ou mesmo para não-posições partidárias.

Segundo BAYLEY (2006), a neutralidade política da polícia ou do policial tem sido amplamente discutida desde a década de 1970. Para alguns a política e a polícia não se devem misturar no sentido de que esta deve prosseguir suas atividades de forma transparente em benefício da coletividade, a qual a legitima para usar do poder coercitivo, dentro de determinados princípios.

Para REINER (2004) este posicionamento é indefensável uma vez que todos os relacionamentos que envolvem poderes são por natureza políticos e por isso a polícia não escapa dessa condição sendo por natureza do seu serviço detentora de um monopólio da força física a qual lhe é conferida ou legitimada pelo Estado.

Se a polícia se sujeitava à agenda estabelecida pelo partido político significaria que qualquer movimento que se manifesta em desfavor deste fosse alvo de uma repressão ou coerção. As atividades subversivas ao partido seriam igualmente contrárias ao Estado e a polícia.

Segundo BAYLEY (2006) a relação entre a polícia e a política é um dos assuntos que mais tem despertado a curiosidade dos cientistas sociais que se debruçam

em torno da análise do policiamento. Para o autor o governo e as organizações policiais facilmente se confundem uma vez que a ação policial esta necessariamente vinculada ao caráter da governação, ou seja, quando esta se manifesta repressivamente o governo é geralmente rotulado de não democrático ou então autoritário:

O governo é reconhecido como autoritário quando sua policia é repressora e como democrática quando sua policia é controlada. Não é por coincidência que os regimes autoritários são chamados Estados policiais. A atividade policial é crucial para se definir a extensão pratica da liberdade humana. [...] a manutenção de um controle social é fundamentalmente uma questão política. (BAYLEY, 2003:203)

Conforme este autor a atividade policial é um indicador fundamental na determinação dos regimes dos governos em um dado país e por isso que o papel que a policia desempenha politicamente não pode ser compreendido tão somente a partir dos regimes de seus governos, pois a causalidade é obvia. Na ótica de outro entrevistado o regime socialista moçambicano encabeçado pelo presidente Samora Moises Machel permitiu prevenir diversas situações de infiltração do inimigo devido ao nível de consciência patriótica e solidaria em que se viviam no interior das forças de defesa e segurança:

O [...] presidente Samora Moises Machel pautou em formar quadros em varias vertentes para assegurar o funcionamento pleno da Segurança do Estado [...] a defesa da pátria. Na altura havia evidências de sabotagem externa porque o inimigo pretendia consolidar o neocolonialismo em países que atingiam as suas independências [...] cá conseguimos detectar infiltrados angolanos e sul africanos sob o pretexto de eram moçambicanos e enquanto eram agentes ao serviço do inimigo [...] queriam dinamitar as instalações de ANC sediada na Matola [...] conseguimos até neutralizar a CIA. (Superintendente B)

Em relação aos conteúdos das disciplinas transmitidas no decurso de suas formações político-ideológica lembram-se das que focalizavam os aspetos técnicos e das que visavam inculcar na corporação os valores identitários, a noção da conquista do nacionalismo para que não caíssem nas armadilhas dos inimigos da revolução:

As disciplinas eram de natureza ideológica e algumas ligadas a técnicas de investigação criminal [...] filosofia, formação especializada envolvendo componente militar e ações de superação literária para reforçar o perfil dos menos habilitados. (Comissário A)

[...] estudava filosofia, policia geral [...] patrulhamento vigilância [...] tinham aulas que falavam sobre comunismo e socialismo para instruir politicamente [...] eram boas, de ótimas condições [...] não havia ritual de passagem [...]. (Adjunto-Comissario A)

Lembram-se também de seus formadores:

[...] os instrutores ou formadores eram tanzanianos e ensinavam, para além da disciplina militar, disciplinas relacionadas com a policia de proteção [...] quais as tarefas de proteção e ligar tudo isso com a independência ou como encarar a nova etapa que o país iria vivenciar dali em diante [...] já havia especialização [...] uns faziam a formação para guardas prisionais, migração, transito [...] e policia geral [...] as disciplinas que me lembro são noções de direito [...] tudo fundamentado na policia geral [...] formação básica. (Superintendente Principal B)

Muitos passaram por vários setores e conseqüentemente por varias formações consoante a especialidade onde estivessem a realizar seus trabalhos. A mobilidade intra-institucional é uma característica que pode ser tida como peculiar a organização policial moçambicana e que na ótica de nossos entrevistados permitiu-lhes ter a dimensão ou entendimento amplo sobre o trabalho policial em diversas cidades do país.

3.5. A componente político-ideológica como o cerne da formação do policial: o que pensam os jovens de 1974 sobre a educação superior na policia?

O [...] profissional que escolher ser um membro leal da sua profissão tem, então, de abraçar a ideologia da [profissão]: [...] ensiná-la, aplicá-la, refiná-la e distribuí-la [...] quanto possível, e, acima de tudo, [...] defendê-la contra aqueles que a atacarem [...]. (Szasz apud MENKE *et al*, 2004:85)

Nesta parte do trabalho, iniciamos com a ideia de MENKE *et al* (2004) como forma de elucidar o quanto os policiais da primeira geração dão suporte as suas visões sobre o trabalho policial fazendo uma retrospectiva a partir de suas vivencias pessoais. Nos depoimentos destes em relação aos novos policiais demonstra-se não somente a sua fidelidade aos princípios interiorizados na sua preparação político-militar como também

a tentativa de defendê-la naquilo que o consideram de essencial na concepção de um verdadeiro ou bom policial.

O aparecimento do curso superior em ciências policiais em Moçambique data de 1999 e é resultado de um extenso esforço governamental de reformar a organização policial com o intuito de profissionalizá-la e dar respostas eficazes a crescente violência e criminalidade que se vivia em alguns centros urbanos de Moçambique no início da década de 1990 – primórdios do Estado capitalista neoliberal.

Tais reformas permitiram através do decreto 24/99 de 17 de Maio não somente a criação da Academia de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOL) como também a positivação ou reconhecimento das ciências policiais enquanto disciplina científica ou ramo de saber. Contudo, para os policiais desta geração o serviço policial não tem ligação direta com a formação universitária, pois para eles a teoria é uma coisa e a prática cotidiana do trabalho policial é outra:

O serviço da Policia não tem nada haver com a formação superior [...] a teoria deve ser conjugada com a pratica [...] ter formação superior sem ir ao encontro com a realidade é inútil [...] é preciso saber fazer [...] tem que existir complementaridade entre a teoria e a pratica [...].
(Comissário A)

A perspectiva pragmática ou anti-teórica segundo a qual somente os dados imediatos é que são fonte de conhecimento ou de orientação do trabalho policial é aqui amplamente defendido por estes policiais o que implicitamente denota que somente a experiência prática é que confere conhecimentos sobre o trabalho policial. Deste posicionamento, decorre que, no âmbito da academia de polícia, há um distanciamento entre a teoria e a prática o que pode ser também entendido como uma incompatibilidade entre a polícia e a academia, sobretudo entre o que se ensina e o que se pratica cotidianamente. Pode também ser entendido que seus formandos carecem de alguma dose de conhecimento para encarar a realidade cotidiana que o trabalho policial impõe.

Conforme a maioria dos jovens policiais entrevistados este aspecto é lembrado a partir de algumas orientações dadas em determinadas onde se apresentavam para a realização de práticas pré-profissionais - o estágio curricular (fase que antecede o término do curso em ciências policiais):

[...] esqueçam tudo que vocês aprenderam durante a vossa formação na Academia de Ciências Policiais [...] cumpram as ordens, sejam

disciplinados [...] muitos dos casos que irão presenciar aqui na pratica não constam de livros [...] então uma coisa é teoria lá dos vossos livros [...] outra coisa é aqui o terreno nos impõem [...]. (Subinspetor C)

Apesar deste entendimento, entre os mais velhos, havia quem compreendesse que a formação superior em ciências policiais é de extrema importância no relacionamento multisetorial com os outros órgãos da administração da justiça uma vez que os tribunais e a procuradoria têm sido dotados de recursos humanos capacitados, mas o trabalho processual inicial era deficiente devido à falta de recursos humanos qualificados. Então a formação superior possibilitou um diálogo equilibrado entre as instituições bem como elevou a capacidade de controle sobre o trabalho entre as instituições e a qualidade do serviço prestado pela instituição no combate a criminalidade:

Já era altura de se ter quadros com formação superior [...] porque a policia não conseguia dialogar com técnicos jurídicos de outras instituições da justiça e queria-se também dismantelar a policia da Frelimo e ter uma policia mais independente [...]. (Superintendente C)

Alicerçando-se sobre estes posicionamentos pode-se perceber que a formação policial aparece como sendo um elemento que possibilitou determinada independência ou autonomia no tratamento técnico - científico do crime que passara a ser um assunto apolítico fora da alçada do partido (FRELIMO) ou de suas estruturas, mas sim ao serviço de um grupo de indivíduos devidamente habilitados para o compreenderem:

O criminoso de hoje utiliza tecnologia de ponta [...] antes conseguíamos etiquetar os roubos a determinados grupos restritos [...] a policia não precisa depender de outros setores para interpretar as leis e é bem vindo para a policia saber encarar os fatos e os problemas criminais [...]. (Superintendente B)

Estes também são unânimes ao afirmar que a formação teórica dos jovens policiais graduados em ciências policiais é rica, mas é preciso acrescentar-lhe temas ou conteúdos ligados a disciplina militar, a ética a cortesia entre outros valores próprios da cultura policial:

Quanto à formação teórica ACIPOL esta rica [...] a disciplina policial esta fraca. [...] o nosso oficial teoricamente pode ser comparado com qualquer policial, mas falta disciplina e esse é que identifica o oficial

superior da Policia [...] não podem ser tratados como futuros chefes [...]. (Superintendente B)

Para os mais velhos, para ser policial, a educação formal é apenas uma etapa da formação do policial, pois não basta apenas ter formação técnico científica é necessário agregar a ela a experiência e, sobretudo o sacrifício, tempo de serviço e subalternidade ancorada a obediência e ao não questionamento em relação à tarefa a si atribuída no sentido de que se deve cumprir a ordem e depois questionar o seu mérito, pertinência, eficácia inibindo-se assim a partilha de pontos de vista ou outras formas de participação democrática no interior da corporação.

Fazendo uma retrospectiva ao seu passado estes sentem como se de fato a sua responsabilidade, a sua vocação ou domínio do conhecimento sobre a atividade policial fosse maior em relação ao dos jovens uma vez que quando ingressaram havia grande comprometimento com a comunidade fato que segundo eles hoje não se observa. Reafirmam a necessidade de prosseguir valores básicos como o respeito pelo cidadão, o respeito ou submissão hierárquica, o espírito de sacrifício perante a pátria e a honestidade se desfizeram depois da mudança de regime:

[...] devolvemos dinheiro de colonos apreendidos e achados em várias situações fato que hoje é impossível. (Comissário A)

Consideram que estes valores são inexistentes nos jovens formados em ciências policiais, pois estes apenas reclamam das condições de trabalho e não se entregam apenas exigem melhores remunerações o que lhes faz entender que apenas vieram à instituição somente como forma de obter ganhos materiais. Assim sendo, há carência dos valores básicos junto aos membros da corporação policial que não mais perseguem um fim coletivo, mas sim a um fim individual, e tal fator está também associado a transição que foi dada na implementação das reformas que segundo os nossos interlocutores deveriam ter sido feitas gradualmente desde a formação básica policial, a média e a superior:

A formação básica é fundamental [...] é preciso se esquecer que estamos no ensino universitário e investirmos na disciplina militar [...] é isso que nós propusemos [...] deve-se aliar a força física com a ciência policial [...]. (Superintendente D)

Segundo outro interlocutor:

[...] não acho justo que seja considerado de oficial porque de oficial não tem nada [...] de fato faltou a passagem pelo posto de sargentos que é a escala média [...] que é problemática porque é nela que nos devemos afirmar como era necessário os sargentos [...] nos temos improvisado sargentos...é preciso complementar as formações de outras áreas na policia[...]. (Superintendente principal A)

Como se pode perceber os policiais da velha geração vêem a nova geração como não policiais pelo fato de terem sido recrutados enquanto eram civis e passaram diretamente pela formação superior e se tornaram oficiais sem transitarem de outros escalões considerados vitais na formação de um policial que tenha o perfil e as exigências que o oficialato impõe.

Aqui se vislumbra a ideia de que não há um sentimento de comunidade, de pertencimento à comunidade profissional e que de fato a cultura policial moçambicana não é monolítica, pois há no seu interior diversas variantes (subculturas) propiciado pelas experiências distintas de formação profissional policial ou de inserção dos jovens na corporação.

Entre estes, os valores profissionais mais respeitados é a experiência de trabalho adquirida e as possibilidades de terem presenciado todos os ciclos da formação e da transformação da polícia e do Estado moçambicano o que lhes faz sentir não apenas como portadores de saberes, mas também como fundadores da organização que se expressa num sentimento patrimonialista que os revela de proprietários da instituição.

A não aprovação do outro enquanto oficial de polícia parte do pressuposto de que o oficial formado pela ACIPOL é diferente tanto na disciplina, na entrega ao trabalho, na obediência. É como que tivesse que se sujeitar a um modelo ou as etapas de sua formação.

Em torno das reformas importa considerar que um dos aspetos centrais apontados como gerador do conflito entre ambos os grupos de policiais é resultante do fraco envolvimento dos mais velhos no processo de formação e na concepção dos currículos, o que de fato acelera a resistência ou oposição perante o projeto de reforma da polícia baseado na introdução de oficiais com formação superior em ciências policiais:

Houve lacunas no processo de explicação sobre a necessidade de recrutamento de civis para fazerem parte da Polícia [...] não houve

mobilização para a velha guarda não se sentir excluída nesse processo [...] não houve abertura de uma outra alternativa para estimular a velha guarda e poder despoletar todo conhecimento pratico e fazer emergir novos talentos [...] porque estamos em fase de transição de uma policia não formada para a formada [...] a velha policia que não sabia fundamentar o que esta fazendo tem de trabalhar em estreita colaboração com o recém formado [...]. (Comissário A)

Expressando-se sobre suas experiências durante a formação policial frequentemente a associam aos processos de construção do Estado moçambicano e, sobretudo naquilo que vivenciaram nas transições e transformações que o Estado se submeteu:

Os valores básicos não somente da construção da nação como da organização policial estão cimentados em nós, os mais velhos, e sentimo-nos culpados em não pensarmos em espaços de interação para possibilitar a continuidade [...] no nosso tempo as escolas policiais eram forjas de formação do homem, da moçambicanidade o que não existe hoje baixou a formação ideológica nas formações policiais [...] o comissariado político [...] inculcava os valores políticos e a estrutura não é substituída [...] e ai é que esta o cerne do problema porque não conseguimos substituir essa estrutura que deve nosso papel de mais velhos para enquadrar e moldar os mais novos. (Comissário A)

Apesar de reconhecerem seu fraco envolvimento na orientação dos mais jovens defendem que a ausência do instrutor político militar, ou seja, a formação política ideológica destes é deficiente o que não permite que a nova geração cultive os valores éticos, morais e patrióticos na função do policial cuja tarefa é eminentemente servidora do público em defesa das conquistas alcançadas ao longo das lutas pela independência política, financeira e social. Igualmente, as formas de recrutamento distanciam-se cada vez mais das lideranças comunitárias estruturas as quais tinham certa credibilidade e lugar a ocupar no Estado socialista moçambicano, devido ao seu envolvimento no controle social visto que gozavam de um poder vigilante sobre os residentes do espaço o qual habitavam e representavam:

Há uma lacuna desde 1987 com a introdução do PRE a mobilização política decresceu os comícios deixaram de existir [...] isso quer dizer que o jovem que entra hoje na PRM carece de experiência do processo histórico da nossa revolução e como ponto negativo a intuição do amor a pátria de uma forma incondicional [...] os critérios de seleção que vigoravam na altura deixaram de ser [...] havia um estudo prévio do selecionado desde 1974-1980 [...] primeiro tinham que saber com quem estavam a lidar donde vinham esses elementos [...] esse elemento tinha de vir das forças armadas [...] ser for a nível civil tinha

que ter o seu cadastro criminal para conhecer sua conduta [...].
(Superintendente B)

O desconhecimento sobre os processos históricos que nortearam as revoluções armadas contra o colonialismo português é também apontado como sendo uma das deficiências na formação dos jovens que mesmo estando inseridos num outro contexto político e social não se preocupam em entender as transformações que conduziram o país a independência e dar de si a nação, a pátria na continuidade dos projetos das gerações anteriores preocupando-se apenas em alcançar posições hierárquicas que lhes conferem maiores ganhos financeiros:

O tempo é outro, os jovens estão aparecer num mundo globalizado e acham que para obter algo tudo vale [...] não conseguem separar as coisas no sentido de saber que é preciso trabalhar honestamente para almejar a determinados cargos [...] os jovens são muito acelerados [...] cabe a instituição refiná-los [...]. (Superintendente Principal B)

Os nossos entrevistados advogam que na altura em que ingressaram havia um mesmo discurso e havia referências no nível político, os quais pudessem se inspirar no fato de que hoje é impossível uma vez que há várias referências a serem seguidas e cada um estabelece seu modelo de orientação perante o trabalho policial o que acaba desagregando os policiais enquanto uma comunidade homogênea, na qual se prosseguem os mesmos fins. Como se pode notar no depoimento está presente o debate entre a tradição e a modernidade reconhecendo-se que a formação policial de per si não dará conta de formar os policiais pois cada um busca conhecimentos de acordo com referenciais individuais e de espaços que não sejam necessariamente a família, a escola, a igreja, o partido, etc.

Igualmente, afirmam que a questão dos conflitos em relação à orientação do trabalho policial não é algo novo porque já existiu em tempos anteriores (primórdios da independência) entre os policiais que eram formados nas escolas nacionais e os que provinham das estrangeiras, alemã e cubana. Contudo, enaltecem que o patriotismo era a chave central, um fator comum entre eles, o que lhes possibilitava alguma harmonia ou entendimento parcial entre si superando-se todos os aspetos conflituosos:

Ainda na fase de transição a força policial que mais tarde se designou CPM era heterogênea sendo constituídas por policiais provenientes de diversas escolas de formação umas nacionais (Matalane) e outras estrangeiras (Nashingweia, Alemanha, Cuba, Zâmbia, Tanzânia) bem

como por elementos da PSP de nacionalidade moçambicana [...] o CPM foi um prolongamento duma fase anterior [...] apesar de diferenças de atuação mediante a escola a que cada um pertencesse havia pontos em comum designadamente defender o povo e as conquistas revolucionárias [...] libertar a terra e o homem [...] patriotismo [...] entrega ao serviço [...] primeiro o sacrifício depois o benefício [...] era um grupo de policiais militantes disposto ao trabalho a qualquer tempo o salário tinha pouco significado [...]. (Comissário A)

A solução que foi encontrada na altura para superar ou harmonizar os procedimentos sobre o trabalho policial foi submetê-los novamente a um segundo processo de formação policial antes de serem inseridos no campo de trabalho:

[...] esse problema não é de hoje os que foram formados na Alemanha [...] o presidente Samora tinha uma coisa [...] quem viesse do exterior entrava em Michafutene [...] depois era reciclado e depois em função das necessidades [...] o mais importante é não haver influencia deve ser em função da dedicação [...]. (Superintendente B)

O centro de formação de quadros de Michafutene começou a trabalhar seis meses depois da independência em janeiro de 1976 como forma de harmonizar as formações, ou seja, de homogeneizar as diversas formas de concepção do trabalho policial [...]. (Comissário A)

Para o grupo de policiais mais antigos a polícia se subdivide em apenas três gerações a primeira que é composta pelos ex-guerrilheiros que se consideram os pioneiros que tem imensa vontade de falar, criticar e ensinar a partir de suas experiências acumuladas ao longo dos anos de existência do Estado moçambicano. A segunda geração que é composta por policiais de linha intermediária que ingressara nos anos 1980 que é mais pragmática com menos capacidade reflexiva e que tem muita entrega no trabalho, mas também muita incerteza e insegurança naquilo que fazem. A terceira que é composta por policiais graduados que têm muito saber, informações e até conhecimentos científicos, mas não comunicam com estas duas (os mais velhos e os intermediários) porque privilegiam a informática os meios tecnológicos e tem muitas exigências que superam também as duas gerações demonstrando-se até certo ponto menos comprometimento em alterar ou melhorar o serviço policial ou o desempenho da organização policial. Nesse sentido pode-se afirmar que há uma falta de concordância entre os objetivos propostos pela reforma em que se baseia a formação superior policial

e os objetivos pessoais desses jovens graduados. Por esse motivo os mais velhos advertem que:

Os nossos jovens devem se adaptar a nova realidade pratica deve haver colaboração entre a velha guarda e a nova guarda na troca de experiência [...] enquanto um recebi a teoria [...] o outro a pratica e mutuamente vão se completentando e daí sairemos a ganhar [...] o recém formado tem de ser filosofo amigo do saber, se cultivar na leitura na pesquisa dos processos práticos a nível de serviço deve tabular conversas para saber como funciona a instituição sem tabu, sem precondição nem preconceito e assim saíram vitoriosos[...].
(Superintendente B)

Estes policiais enfatizam ainda que o jovem graduado deve pesquisar bastante e procurar ajustar os seus conhecimentos na prática e nessa relação entre colegas com mais anos de serviço. No mesmo sentido atribuem-se também certa culpa uma vez que estando em posições de comando e chefia deviam por obrigação proporcionar espaços de interação democráticos e participativos para que possa se dar a troca de conhecimentos e experiências sem receios ou medo de represálias possibilitando, deste modo, uma rápida integração,

[...] há entre nós [na velha guarda] o espírito de deixa andar para ver o novo como vai singrar [...] para vê-lo tropeçar [...] por isso antes dos novos programarem mudanças é necessário um prévio estudo [...].
(adjunto-comissario A)

Afirmam também que os jovens graduados têm forte tendência de ignorá-los apelidando-os de burros e se esquecem de aproveitar as ocasiões para explorar suas experiências e formular respostas aos problemas que se vivenciam na corporação.

Assumem que tem algum dever de transmiti-los os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo sobre o trabalho policial apesar de muitos continuarem ainda impávidos assistindo alguns erros dos graduados somente para associar a formação superior ao fracasso. Advertem ainda que é preciso ser humilde para aprender deles porque muitos dos jovens vêm violentamente para tomar o poder e isso propicia a existência de conflitos. Igualmente, consideram que a ACIPOL ou seus docentes passam determinadas informações aos alunos no sentido de que serão futuros chefes enquanto que não há universidades que formam chefes. Os que atingirem tal posição só poderão chegar nela mediante a acumulação de experiências e de certa disciplina.

Pelos fatos acima aclarados, sobretudo no que tange a conduta dos mais jovens são de opinião que não devem abandonar as suas posições na instituição sem que tenham a certeza de que haverá uma boa continuidade:

Temos que ter a certeza de que se estamos a deixar em boas mãos o poder e os jovens não tem interesse em aprender e preocupam-se muito com o dinheiro [...] outros pensam que a policia é um meio de chegar a riqueza uns se formam e são expulsos seis meses depois [...] aparecem assaltos perfeitos porque tem quem conhece o trabalho [...] reintroduzir o trabalho ideológico. (Comissário A)

Em relação ao curso superior em ciências policiais são de opinião que há necessidade de realizar especializações pois muitos dos jovens que recebem não respondem as necessidades reais de determinados ramos de atuação da organização policial. Para BAYLEY (2006), a especialização é a característica fundamental para que uma polícia se considere profissional.

4. ESTADO CAPITALISTA NEOLIBERAL: EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS POLICIAIS APÓS 1990.

Nesta parte do trabalho concentraremos-nos no período posterior aos anos 1990, nos quais ocorreram diversas transformações políticas, econômicas e sociais tomando como referência as mudanças legislativas que ajustavam o país a uma nova constituição. Assim, os princípios do Estado democrático e de direito bem como a abertura para a economia de mercado extinguiram o regime socialista. Confirmava-se assim a implantação do capitalismo no momento em que a polícia por inerência das mudanças legislativas e sociais teve que ajustar a formação profissional ao contexto e realidade que se apresentava.

Importa salientar que não trabalharemos com todos os policiais que ingressaram a partir da década de 1990, mas sim com aqueles que têm formação em ciências policiais que ingressaram depois de 1999 seguindo os pressupostos da meritocracia e do nível de escolaridade impostos pelo estatuto do policial (Lei 28/99 de 24 de Maio) que na nossa ótica é o instrumento que demarca a ruptura com as formas de recrutamento e de formação anteriores.

4.1. Recrutamento seleção e formação acadêmica e cultural dos ingressantes a policia.

Em relação ao recrutamento e seleção de indivíduos para a corporação policial a década de 90 é onde se registrara as reformas significativas no estabelecimento do perfil de futuros ingressantes ao trabalho policial razão pela qual cabe ressaltar dois momentos cruciais. O primeiro refere-se ao período posterior aos anos 1990-1999 fortemente influenciado pelas decisões dos acordos gerais de paz entre a FRELIMO e a RENAMO que estiveram em confronto na guerra civil de 16 anos bem como pela redução orçamentária em relação a policia uma vez que se impunha a necessidade de relançar a economia e apostar em setores como o educacional, industrial e de saúde.

Nessa nova configuração pretendia-se que a polícia absorvesse militares provenientes das fileiras das duas forças que estiveram na guerra civil e, igualmente, a organização se vê com menos recursos para fazer face ao crime como também se assiste manifestações populares de linchamentos em protesto à incapacidade de resposta das

forças policiais e outras organizações da administração da justiça em relação ao fenômeno criminal.

Nesse contexto, há que destacar o perfil dos que ingressaram a polícia nesse momento:

- a) Os provenientes do exercito nacional. A inserção de soldados do movimento anti-comunista de resistência que protagonizou a guerra civil não chegou a se efetivar;
- b) O grupo de policiais proveniente dos Serviços Nacionais de Segurança do Povo (SNASP) e da força de segurança presidencial;
- c) O grupo de policiais proveniente da sociedade mediante recrutamento normal para a formação básica policial;
- d) O grupo de policiais provindos do ensino técnico em Cuba, República Democrática Alemã.

Um segundo momento é o posterior aos anos de 1999-2010 que foram amplamente influenciados pelos acordos e programas de reforma institucional sob o apoio da PNUD, Polícia de Segurança Pública (Portugal) e Guarda Civil (Espanha) onde foram aprovados diversos diplomas legais em torno do perfil dos que deveriam compor a força policial (o estatuto do policial e o regimento sobre a Academia de Ciências Policiais) com o propósito de profissionalizá-la e dar um tratamento técnico ao enfrentamento do crime, ou seja, a nova polícia que se pretende constituir exigia a conjugação dos saberes científicos com a força física dentro dos limites que a lei preconiza.

Nesse contexto de reformas políticas, administrativas aprova-se o estatuto do polícia em Maio de 1999 e mudam-se as formas e o perfil dos recrutados a futuros policiais. A partir dessa data podem se destacar três grandes grupos de ingressantes a organização policial, designadamente:

- a) O grupo de indivíduos com 10º ano de escolaridade provenientes da sociedade que prestam exames de aptidão física, sanidade mental e saúde, provas de disciplinas (Português, Matemática e História) para frequentar a formação básica policial com duração de 9 meses em centros de formação básica policial;

- b) Os indivíduos com 10º ano de escolaridade provenientes do serviço militar obrigatório que são incorporados nas forças especiais como Guarda fronteira e força de intervenção rápida (FIR);
- c) O grupo de policiais no ativo com 12ª ano de escolaridade que mediante provas de aptidão física e um exame nacional específico para ingressar ao curso superior em ciências policiais;
- d) O grupo de indivíduos com 12ª classe proveniente da sociedade que mediante a submissão aos exames acima citados e um exame nacional equiparado ao vestibular para frequentar o curso superior em ciências policiais o qual concentramos nossa atenção no presente estudo.

O recrutamento e seleção destes dois grupos de policiais são antecidos de uma publicação oficial do edital de abertura de concurso e dentro de um prazo específico espera-se a candidatura sob forma documental dos que preencherem os requisitos exigidos. As etapas são eliminatórias começando pela avaliação documental, condição física e psíquica e provas teóricas. Entre os que ingressaram a formação policial superior, o qual concentramo-nos neste trabalho, há que destacar o seguinte perfil:

- Os concluintes de ensino médio geral sem experiência de um emprego;
- Concluintes de ensino médio geral e profissionalizante com emprego;
- Estudantes de cursos diversos provenientes de outras instituições de ensino superior entre públicas ou privadas;
- Policiais no ativo com o ensino médio concluído que também pleitearam a vagas na Academia de Ciências Policiais.

Podemos afirmar que aqui se demarca a ruptura com a anterior policia e se inicia a transição para a nova, na qual espera-se que os saberes ou conhecimentos adquiridos na formação superior possam contribuir na elevação não somente do respeito perante a policia mas também na autonomia em relação as respostas ao crime. Importa referir que antes desse período existiam também policiais qualificados em diversas especialidades (criminalística, inteligência policial, transito) provindos de escolas ou academias de países com os quais se mantinham vínculos de cooperação por conta da linha ideológica. Contudo, não se tratava de uma formação superior em Ciências Policiais, na qual existisse o desejo de lutar pelo monopólio de conhecimentos sobre a atividade

policial, em nome do prestígio institucional e do grupo de integrantes da ocupação. Na nossa ótica inicia-se aqui a configuração de um novo policial.

4.2. O ensino em ciências policiais na ACIPOL: ritos de passagem, disciplinas, rotinas diárias e conteúdos discutidos.

A formação policial na Academia de Ciências Policiais de Moçambique tem a duração de cerca de 3 anos para os cursos de bacharelado em Ciências Policiais e 4 anos para o nível de licenciatura. Nas lembranças dos entrevistados a formação policial se iniciou com o rito de passagem designado “*rethemo*” o qual é realizado com todos os ingressantes que se apresentam na data oficial do início da formação policial junto a Escola policial.

Sob a ordem de um instrutor, ainda trajados de suas roupas habituais - civil, é-lhes orientado sobre os procedimentos a tomar no interior das instalações de sua futura casa-escola. A obediência é imposta sob a voz de comando de um instrutor. E organizando-se em duas filas e ao tom do apito seguem em corrida entoando canções de instrução militar para dar encorajamento a atividade física que irá ser posta em prática.

Nesse grupo de futuros policiais enfileirados, geralmente, questionam-se uns aos outros o que está acontecendo e mimicamente reproduzem o que seu instrutor está fazendo entoando em coro uma canção, frases ou palavras. Ao ritmo das canções vão correndo e, simultaneamente, é-lhes apresentada às instalações do centro de formação ou treinamento policial onde viverão enquanto durar o curso. No entanto, esses jovens ingressam apenas com a ideia de que irão participar de um curso universitário como qualquer outro sem caráter militar:

De fato tive e vivi momentos difíceis. Medo e desapontamento não faltaram afinal o que se imaginava acerca da formação/curso não passava de expectativas! Vivi situações de desapontamento [...]. Afinal numa instituição daquelas, dignidade não deve faltar. Quanto ao medo (era por desconhecimento da “casa”), surgiu em algum momento, mas desapareceu logo de seguida, com a adaptação e conhecimento do lugar e das pessoas. (Subinspetor F)

Esta etapa se encerra, temporariamente, junto a um local onde lhes é fornecido o fardamento militar e outros acessórios os quais deverão ser portados ou utilizados no cotidiano de sua formação. Posteriormente, são conduzidos as casernas onde serão

devidamente agrupados em pelotões, secções, etc. Nota-se aqui que há um esforço consciente de despersonalizá-los de forma dramática atribuindo-lhes um numero de identificação no uniforme, local de dormir, espaços a percorrer, a forma da caminhada para que ele assuma a dimensão de grupo em suas opiniões e ignore as individuais.

Os 45 dias que se seguem são “infernais” porque deverão estar sempre disponíveis a serem remanejados para qualquer lugar ou função independentemente de sua conveniência e inibe-se qualquer outra forma de comunicação fora do esquema hierárquico da instituição. É uma forma dos superiores manterem um distanciamento e conferir maior autonomia aos grupos de estudantes que se organizam para ambientar os ingressantes. Nesse sentido, para os ingressantes, todos os alunos da academia de outros níveis são todos seus superiores hierárquicos a quem se devem cortesias militares e obediência as suas instruções. Estes se organizam para integrar os recém chegados num conjunto de atividades de treinamento e de trote, geralmente, durante o período noturno:

Lembro-me que a entrada foi normal. Apreciei [...] a localização, a calma e o ambiente [...], longe [...] das cidades. Contudo fiquei deveras espantado quando durante a madrugada fui tirado da cama e obrigado a sair da [cama] para uma formatura [fazer fila] organizada pelos cadetes do 2º ano. [...]. Em certos momentos tive a vontade de voltar para casa e desistir de realizar o meu sonho daquela maneira, não pensei que o período de ambientação fosse ficar tão duro e difícil de superar, porém lutei e venci. (subinspetor da policia B)

Findo os 45 dias considerados de ambientação são todos submetidos a um juramento uma espécie de um comprometimento com as regras da instituição e daí em diante se inicia um diálogo menos tortuoso entre os diversos segmentos dos discentes integrantes da Academia de Ciências Policiais.

Segundo nossos entrevistados as relações entre os cadetes e o instrutor são majoritariamente autoritárias e coercitivas colocando o formando numa posição subalterna e sem reclamações, ou seja, o culto a obediência é ensinado desde o primeiro dia para inculcar no futuro policial a ideia de que a ordem deve ser executada sem contestações e só depois de realizada a tarefa é que se reclama. A conformidade e a obediência irreflexiva das instruções ou orientações dos instrutores ou outros superiores hierárquicos, ou seja, a presença física dos ingressantes dentro de uma pontualidade e disciplina é mais privilegiada do que quaisquer outras habilidades.

A ordem unida, as artes marciais, a corrida de alvorada são as atividades que ocupam o maior tempo nos primeiros anos de formação. A ordem unida é a aprendizagem sobre a marcha, postura, regras de cortesia na cultura policial e em especial exige-se a coordenação de movimentos físicos repetitivos e principalmente a disciplina militar e o respeito pela cadeia de comando. Uma mínima falha exige um castigo exemplar diante de todos.

Na ótica de alguns de nossos interlocutores a existência de relações de tensão entre os instrutores e os cadetes resulta do complexo de inferioridade tomando em consideração que parte dos formadores em táticas policiais não possui formação superior e daí considerar que estão capacitando pessoas para depois os comandarem, ou seja, estão formando seus futuros chefes:

O que mais me lembro e que acho que foi marcante é o choque que tive em relação à nova realidade de vida, algumas regras que no princípio pareciam castigo, a relação com os instrutores também não eram das melhores, se calhar porque nalgum momento os próprios instrutores sofriam de complexos de inferioridade, o que os tornava mais agressivos [...] na imposição da disciplina militar [...].
(Subinspetor da Polícia D)

Nos primeiros anos de formação os exercícios físicos ocupam um espaço privilegiado e, geralmente, os alunos chegam exaustos a sala de aulas não estando por vezes em condições de prestarem a devida atenção aos conteúdos administrados pelos professores. Do segundo ano em diante a questão prática é colocada em determinados dias da semana dando-se maior enfoque aos conteúdos teóricos envolvendo disciplinas de direito, ciências sociais e exatas conforme ilustra TSUCANA:

A estrutura curricular do curso [...] em ciências policiais apresenta as seguintes áreas científicas: Ciências e tecnologias policiais; Ciências Jurídicas; Ciências exatas e de gestão; Ciências Sociais e Humanidades; e Estágio Curricular. (2005, p.5)

Como se pode perceber trata-se de um curso interdisciplinar que pretende trazer o entendimento sobre a polícia e a criminalidade a partir de diversos focos. Contudo, os nossos interlocutores se referem que em termos práticos não sentiram em suas aulas debates e teorias sobre a polícia, pois para além de não se ter bibliografia necessária sobre o assunto haviam poucos docentes com formação policial superior,

ou seja, a dosagem dos conteúdos das disciplinas estava distribuída de forma desproporcional em relação a área específica de formação:

As disciplinas jurídicas foram muito aprofundadas [...] as ciências sociais acabaram sendo muito carregadas e a própria técnica ou ciência policial foi razoável [...]. (Subinspetor, E)

Na mesma linha de pensamento reiteram que é preciso melhorar as formas de abordagem de alguns conteúdos disciplinares por sentirem que a formação deficitária ou fraco domínio das áreas das ciências policiais pelos docentes:

[...] quando se fala no ensino e pesquisa em ciências policiais tenho reservas. Porque logo a primeira os docentes deveriam ser policiais, o que não acontecia ali. Sem duvidar das suas competências e qualidades acadêmicas. Mas porque se trata de uma instituição especializada. (Subinspetor, F)

A ênfase que é dada a outras disciplinas ou áreas de estudo mina certamente a identidade do policial que poderá ser gerado desse sistema, sobretudo em relação a tarefa a ser exercida após a formação.

4.3. Ser policial: motivações para a escolha da profissão e expectativas pós-academia.

A escolha de uma profissão é motivada por uma série de fatores os quais variam de pessoa para pessoa. Entre os jovens que ingressaram ao ensino policial superior que atualmente se encontram em vários setores de atividade policial foi possível reter que as escolhas dependeram em grande parte pela necessidade de elevação do nível de escolaridade e das possibilidades de acesso ao mercado de emprego:

A primeira motivação foi a de querer ter uma formação superior. E fui Academia de Ciências Policiais movido pela bolsa, porque eu ou minha família financeiramente não reuníamos condições para responder as necessidades de uma formação superior. (Subinspetor A)

O meu ingresso na carreira policial surge a partir do momento em que senti a necessidade de continuar os meus estudos a um nível superior. Dadas as dificuldades em ingressar em uma Universidade Privada por falta de recursos financeiros, apareceu a oportunidade [...] e fui admitido. (Subinspetor B)

Aqui nota-se que parte significativa dos ingressantes a formação superior em ciências policiais provieram de famílias com menos possibilidade de financiá-los em seus estudos universitários. Se por um lado, para os ingressantes a opção pela formação superior em ciências policiais tornava-se sustentável financeira e logisticamente, para a

ACIPOL os baixos custos para os ingressantes se formarem num espaço universitário ou superior é uma forma de seduzir um grupo de indivíduos com um nível de competência equiparado aos ingressantes de outras universidades para a atividade policial.

Igualmente, o ingresso a Academia de Ciências Policiais foi também motivado pelo desejo de frequentar o ensino superior, pois se tratava de uma formação universitária como qualquer outra e, provavelmente, merecedora do mesmo prestígio tanto quanto os outros cursos de outras faculdades.

Entre os que já possuíam emprego maior parte dos quais provenientes do ensino médio profissionalizante sua escolha pela formação superior policial se justificou não somente pela busca de uma formação universitária, mas também pela procura de certa estabilidade no emprego junto ao Estado e, conseqüentemente, melhores condições de trabalho como salário compatível e possibilidade de progressão na carreira policial com critérios baseados em meritocracia

Dos que ingressaram a Academia de polícia provenientes de outras universidades sua escolha foi determinada pela possibilidade de ter uma formação superior com auxílio financeiro uma vez que a ACIPOL concede aos admitidos do processo seletivo um subsídio mensal para dar suporte aos estudos durante o tempo de formação razão pela qual alguns estudantes que frequentavam o ensino superior em outras universidades, uma vez admitidos, abandonaram seus cursos uns por terem menos condições financeiras e outros para saírem da dependência financeira de seus pais ou familiares.

Antes de entrar na PRM era estudante da Universidade Eduardo Mondlane e enfrentava muitas dificuldades sócio-económicas. Sabendo que na ACIPOL o estudo era gratuito e iria ter formação superior, acabei me inscrevendo. Também contou o facto de receber um subsídio acima da média. (Subinspetor C)

Estava fazendo o curso de Direito no Instituto Superior Politécnico Universitário antes de entrar para ACIPOL, decidi abandonar porque queria estar longe dos meus pais e fui, [...] não me arrependo da troca que fiz porque eu sei que estou muito perto de me realizar, fazendo os dois cursos. (Subinspetor D)

O desejo de conciliar a formação universitária em Direito com a formação policial é um desejo de alguns dos nossos entrevistados não necessariamente para servir a policia, mas sim pelo fato de já ter percorrido algumas etapas nessa direção, pois o

curso em ciências policiais possui na sua grade disciplinar matérias jurídicas. Este fato aliado a experiência de trabalho policial motiva-os a sonhar por prosseguir a carreira jurídica como forma de mudar de emprego ingressando em outras organizações da administração da justiça como a magistratura judicial, pública e outros ainda a magistratura administrativo-fiscal.

Igualmente, alguns enveredam em prosseguir a carreira acadêmica em outras áreas de formação no nível de graduação ou de pós-graduação como forma de obter formações que não sejam exclusivamente policiais, pois o diploma em ciências policiais limita-os a uma única organização ou então a uma única atividade.

A vontade de continuar os estudos é imensa nos jovens policiais que apostam em suas formações acadêmicas como uma alternativa de resistência aos que inibem o processo de mudança institucional. O investimento nos estudos esta também relacionado a necessidade de alargarem de inserirem em outros espaços de trabalho, ou seja, desfrutar de um leque de oportunidade no mercado de emprego e se possível distanciarem-se desta instituição que menos valoriza o seu grau acadêmico.

Nesse sentido, o curso superior em ciências policiais passou a ser visto como um trampolim que alavancará ou projetá-los-á para outros degraus na concretização de seus sonhos profissionais ou então que os reconduzirá aos projetos acadêmicos abandonados outrora.

Agora, com a minha formação superior em ciências policiais é maior a possibilidade de eu ser policia jurista, procuradora, juíza [...].
(Subinspetor D)

Pode-se afirmar que o ingresso ao curso em ciências policiais é em grande parte determinado pelos benefícios materiais tais como alimentação, alojamento e subsídios mensais. Decorre deste entendimento que a maior parte dos jovens ingressantes ao ensino superior policial não tinham perspectivas de ser policial. Porém, apesar de suas escolhas terem sido condicionadas por outros fatores, sobretudo de ordem econômica pode-se dizer que foram voluntárias.

Ora, se de fato a formação policial é parte da profissionalização e considerada como uma forma de aquisição de novos conhecimentos para melhorar a atuação da organização policial ou ainda para elevar o status da profissão perante outras ocupações. No seio destes jovens fica claro que o interesse em enveredar pela carreira policial se traduz na necessidade de aquisição de conhecimentos técnicos tendo como horizonte uma recompensa equiparada ao seu título acadêmico, um sistema de progressão na

carreira baseado na meritocracia e, obviamente, um espaço de trabalho, no qual haja interação entre os saberes na definição de estratégias de prevenção ou enfrentamento a criminalidade e a delinquência:

[Esperava] respeito pelo profissional enquanto pessoa, afetação criteriosa em observância aos procedimentos administrativos e policiais, observância do sistema de carreiras, remunerações e cientificidade na abordagem dos aspectos policiais. [...]. [esperava] um ambiente de trabalho de cordialidade, fraternidade, com foco no trabalho em si e não em aspectos fúteis da formação ou proveniência de cada um [...]. (Subinspetor da Polícia D)

Este depoimento comprova claramente a dificuldade de elevar a polícia ao status de uma profissão dada a ausência de critérios objetivos de avaliação de desempenho dos policiais fato que gera as disparidades de integração dos recém-formados em ciências policiais comprovando-se assim certo distanciamento entre a academia e a organização policial. Se por um lado num ambiente de formação há condições de trabalho, de por em prática determinadas técnicas e de ser avaliado dentro de princípios. De outro, num ambiente de trabalho as avaliações e integração são vistos como sendo baseados em critérios personalistas, subjetivos e por vezes discriminatórios.

Para outros, ingressar a uma organização, na qual há baixa quantidade de recursos humanos com qualificação superior, probabilisticamente, dava-lhes a certeza de que ocupariam responsabilidades ou cargos de chefia ou direção terminada a formação em ciências policiais,

A expectativa era de que todos seríamos enquadrados em função de comando e chefia e passamos mais tempo como oficial de permanência como simples técnicos a fazer trabalhos que qualquer policial pode fazer mesmo sem formação superior e não de comando [...] a expectativa de chefia era obvia em todos nós. (Inspetor A)
Exercer funções de Direção e Chefia, faz parte do sonho e realização pessoal de qualquer um. E, eu não sou diferente. Afinal, passei por uma formação e sinto que ainda não dei o melhor de mim, embora tente. Tudo por inexistência de condições motivacionais. (Subinspetor D)

Outros ainda, descartam esta possibilidade muito antes de começarem a trabalhar uma vez que a parte final do curso superior em ciências policiais é antecedido de um estagio curricular que se organiza em 4 módulos designadamente: módulo de investigação criminal (270 horas), módulo de trafego rodoviário (270 horas), módulo de

ordem pública (360 horas) e o módulo de gestão (180 horas) totalizando cerca de 1080 horas (TSUCANA, 2005). Para os nossos entrevistados é neste processo que parte significativa de suas aspirações se comprovaram inatingíveis,

Não esperei tanto [pela minha afetação] por já ter conhecimento parcial da realidade policial graças ao estágio curricular [...].
(Subinspetor C)

As expectativas nunca foram animadoras, uma vez que já havia passado por estágio curricular, o que permitiu não alimentar falsas expectativas. (Subinspetor E)

Para GOLDSTEIN (2006), o fato dos policiais terem expectativa sobre determinadas posições ou atividades e, contrariamente, ser-lhes atribuído um outro grupo de tarefas com as quais não se identificam gera-se uma certa insatisfação em via dupla. Primeiro, para o próprio policial. Segundo para o cidadão, que não se beneficiaria de um serviço policial de qualidade.

O mesmo autor reitera que, se é necessário atrair para o setor policial um tipo diferente de pessoal significa que tais mudanças devem ocorrer não somente no nível dos programas e estratégias de treinamento e recrutamento, mas também no nível da organização porque as pressões fortes com que o novo policial se depara inibem seus valores e impele a adesão ao grupo mais antigo e a subcultura policial existente ou ainda a desistir. Se não desistir há ainda o risco do recém recrutado ser incapaz de contribuir de forma mais ampla para organização e de sua motivação ir decrescendo ao passar do tempo por conta das pressões de colegas a antiga sub-cultura, o impedimento de progressão pelos colegas de supervisão e sua posição subalterna que não o permite contribuir fora do esquema da cadeia de comando.

4.4. Experiências no campo do trabalho policial: da Academia para o setor laboral.

Terminada a formação policial na Academia de polícia as experiências iniciais de trabalho são diversificadas estando ao critério dos respectivos comandantes das unidades policiais onde cada um foi indicado. Contudo, um número considerável tem iniciado suas atividades no setor de permanência como adjuntos oficiais de permanência trabalhando de plantão durante 24 horas em setores de atendimento ao público e de resolução de conflitos onde registram as denúncias, preenchem boletins de ocorrências

diárias bem como a elaboração de processos-crime e sua tramitação para outras instancias da justiça.

Outros iniciam em seções de policiamento/patrolhamento cuja atividade essencial é orientar e supervisionar o grupo de policias sob seu comando em atividades de vigilância, revistas, proteção de eventos (culturais e políticos), buscas e apreensões.

Neste sentido, o enquadramento profissional dos policiais de formação superior não atende a critérios objetivos há muita subjetividade e discrepância e por conta disso as primeiras experiências são diferentes e variam não somente de unidade para unidade policiais como também de critérios de cada comandante e isso dá margem ao protecionismo étnico, familiar entre outras situações adversas aos princípios profissionais,

Há um desenquadramento, o Comando-Geral da PRM não tem um plano de trabalho que prevê o enquadramento do pessoal proveniente da Academia de Ciencias Policiais. Daí que cada comandante provincial faz o enquadramento do jeito que quer, não há padronização. (Subinspetor E)

Pode se afirmar que o processo de reforma da policia está a acontecer apenas na ACIPOL e no nível da corporação não há políticas de integração dos recém formados no sentido de capitalizar esses recursos humanos qualificados:

A avaliação é subjetiva. [...] quem a faz é o meu superior hierárquico e que muita das vezes não avalia o trabalho [...] desempenhado, mas sim a obediência. Se mantenho más relações com esse chefe, se não faço o que ele quer [...] torna-se claro que o meu rendimento sempre será fraco. Mesmo que faça bem, mas se o chefe não gosta de ti, você é sempre considerado péssimo. Acho que o modelo deve ser outro. Os que se beneficiam dos nossos serviços deviam ter uma cota parte na avaliação, pois estes sentem na pele o que cada policial é. (Subinspetor B)

O espaço de trabalho é a fase pós-academia que guarda muitas surpresas e na ótica destes jovens é nesse contato com o real, com o cotidiano do trabalho que seus sonhos, expectativas, preconceitos se desfazem e se reconstroem novos. Partilhando os espaços laborais com policiais de outras gerações com mais tempo de serviço sentem-se menos valorizados por estes que os vêem como indivíduos que vieram disputar ou lhes retirar da posição hierárquica que ocupam e por conta disso se tornam opositores ou “inimigos” e não necessariamente colaboradores de um projeto reformador da organização da qual fazem parte.

Devido a essa instabilidade que são sentidas no interior das unidades e subunidades policiais os mais jovens sentem certa resistência perante suas idéias gerando-se uma solidariedade ou vínculos mais fortes entre os que possuem formação superior e os que não possuem.

Um número significativo dos policiais-administradores têm tendência a ser autoritário não abrindo espaços de participação democrática bem como também por considerar-se que toda crítica é reclamação e como forma de se proteger estabelecem um não diálogo, ou seja, tomam decisões unilateralmente para que não sejam questionados e procuram mais interagir em termos de buscas de opiniões com os colegas de sua geração com quem se sentem mais próximos em termos de ideais e formas de compreensão da realidade profissional. Se o questionamento é encorajado no ambiente de ensino e aprendizagem na academia ou universidades a organização policial moçambicana ainda permanece rígida e fechada a esse tipo de intervenções privilegiando a obediência sem questionamento e suspeitando os acadêmicos:

[...] há maior complexidade por parte deles [os mais antigos] não aceitam que o conhecimento é dinâmico, são dominados pela vida autoritária, [...] o subordinado não pode questionar, [deve] cumprir depois reclamar (as ordens) e para evitar choques no relacionamento [são] reservados. (Subinspetor A)

Contudo, tal fato é sentido somente na relação com os policiais que assumem posições hierarquicamente superiores nas delegacias e comandos provinciais. Mas, com os policiais de rua as relações são mais equilibradas, pois estes vêm nos jovens policiais à possibilidade de melhoria de condições de trabalho bem como de respeito mutuo entre colegas de profissão devido a seus métodos não autoritários de estabelecer as missões de trabalho. Nossos entrevistados relatam também aspetos de insubordinação em relação aos policiais de rua que estão a bastante tempo na corporação que por razão da idade apenas deixam transparecer que irão cumprir a determinadas ordens por si transmitidas, mas no momento de execução não as cumprem alegando várias justificativas. Esta situação tem propiciado relações de tensão por um lado entre estes jovens e seus superiores hierárquicos, e por outro com os seus subordinados.

Simultaneamente, o jovem confronta-se num dilema se de um lado é visto como mudança, por outro é um problema uma vez que, culturalmente, os mais velhos não se devem sujeitar aos mais novos é como se de uma rejeição se tratasse. Por isso, inibem-se ou omitem o dever de ensinar aquilo que lhes custou uma vida para aprender. Nesse sentido, a reforma institucional baseada na visão científica é por eles entendida como

uma forma de desprezo a sua sabedoria acumulada ao longo do tempo, ou seja, é o mesmo que jogar-se fora suas visões:

[...] Hoje há toda crença no sentido de que a formação superior em ciências policiais eleva o conhecimento [...] o elemento de contradição esta no salário [...] não faz sentido que alguém de 30 anos de serviço receba menos do que os novos que mesmo com patente baixa lhe supere em salário [...]. (Superintendente principal B)

A rejeição pela formação acadêmica como fator determinante para estabelecimento de salários e posições hierarquicamente privilegiadas no interior da corporação em oposição ao tempo de serviço é aqui amplamente defendida pelos policiais da velha guarda. Para os mais novos é preciso mudar essa concepção de hierarquia tomando em consideração que estamos no século XXI, na qual se busca o progresso com base em competências científicas adquiridas por cada Estado, grupo ou indivíduo. Nessa ótica advogam que:

A primeira reforma que deve ocorrer no seio da polícia é mental, ou seja, os responsáveis pela gestão da coisa pública no que tange à segurança devem entender que a garantia da ordem e segurança pública é uma ciência e por isso, caracterizada por aspectos que norteiam qualquer área do conhecimento, como pesquisa, reflexão, crítica. Preterindo-se esses aspectos, qualquer lei ou decreto com vista à formação dos policiais irá redundar no fracasso. (subinspetor E)

Os mais novos consideram que é preciso ter em conta que a concepção de polícia mudou bastante se antes a formação policial privilegiava o militarismo e a consciência política de construir um novo Estado, livre do colonialismo, do tribalismo, da opressão. Hoje, devido às transformações políticas é necessário reformular algumas formas do exercício desta atividade, é necessário aliar essa força física aos estudos científicos, é necessário atualizar permanentemente os conhecimentos sobre a atuação policial, pois muitos destes policiais não conseguem estabelecer estas distinções e se orientam com códigos defasados aprendidos durante seu processo de formação formal e informal:

[...] noto que eles se orientam pelo que já vinham fazendo e não adequam seus conhecimentos as conjunturas atuais a evolução legislativa...etc. (Subinspetor E)

Em relação à possibilidade de aplicação dos conhecimentos apreendidos na academia uns afirmam que no nível das atividades desenvolvidas durante o serviço de plantão (permanência) nas delegacias as disciplinas jurídicas como direito criminal,

processual penal e ética policial são de extrema importância no desempenho da actividade policial. Entretanto, consideram que há aspetos que nunca chegaram a ser aplicados a situações e casos práticos. Este fato é apontado como sendo decorrente do desajuste entre o currículo e a realidade concreta com que se confrontam os policiais em Moçambique,

O que aprendi tem muita relação com a experiência prática. Mas é preciso sempre melhorar os conteúdos porque alguns deles tornaram-se obsoletos, e a prática continua a colocar em desuso o currículo de formação policial. (Subinspetor A)

Conforme GOLDSTEIN (2006), nem tudo que se ensina no ambiente universitário têm relevância especificamente prática, apesar de ser desejável nem sempre é possível aplicar tudo quanto se aprende.

Em relação às tarefas as quais lhes tem sido direcionadas afirmam que no quotidiano do trabalho policial tem se confrontado frequentemente com funções meramente burocrático-administrativa que variam da elaboração de autos de denúncias, de relatórios de atividades diárias realizadas bem como o atendimento ao público funções que em princípio não consideram desafiadoras no sentido de exigir-lhes maior dedicação a pesquisa e inovação na área das ciências policiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as experiências de formação de duas gerações de policiais, tendo como base as épocas ou os contextos políticos sociais em que suas escolas se inserem de 1975 a 1990 e de 1990 a 2011 em Moçambique. Diante das ideias de diversos autores, dos documentos consultados e dos depoimentos em entrevistas reteve-se o seguinte:

A Polícia em Moçambique emergiu num contexto social e político específico, ou seja, durante os processos de transição a independência e num clima de uma fervorosa militância político - revolucionária. A formação dos policiais ocorreu inicialmente de forma informal por antigos membros da PSP dentre eles, portugueses e moçambicanos. A formação formal dos policiais se deu em países com os quais se estabeleciam relações diplomáticas muito antes da independência e por conta das convergências político-ideológicas dentre estes, figuram a Tanzânia, Cuba, Republica Democrática Alemã, URSS entre outras. Subsequentemente, a formação é introduzida no território nacional dando-se a primazia não somente aos exercícios físicos, o trabalho manual, mas particularmente a educação político militar comprovando-se, deste modo, que a militância partidária, a disciplina político militar bem como o espírito patriótico-revolucionário eram seguramente os vetores centrais do Estado novo (socialista) onde as diferenças tribais, regionais, religiosas deviam ser combatidas preparando-os para uma missão nacionalista (coletiva) ou nacional socialista;

Pode-se também compreender que a formação policial da geração de 1970 estava inserida num projeto político da construção do homem novo, com novos valores que estabelecessem ruptura com o passado colonial, no qual a polícia cumpria um papel de opressor e autoritário perante os nativos. Neste contexto, tanto as escolas de formação policial bem como as delegacias ou unidades policiais foram espaços privilegiados no estabelecimento de sociabilidades entre as diversas tribos de Moçambique, de repressão dos particularismos étnicos, de engajamento no trabalho manual, de solidariedade, de camaradagem e de sacrifícios em favor da coletividade. Então, pode-se afirmar que a experiência de formação dos policiais desta geração estava assente numa organização política, para além da FRELIMO, visando à transformação social. Apesar da construção do homem novo perpassar pelo acesso a educação parte significativa deste grupo de policiais não se beneficiou dessa educação por conta do seu comprometimento com os desafios da nação em construção que logo de início se deparou com uma guerra civil;

A geração de 1990 se formou não só na crise do Estado socialista, mas num quadro mais amplo de acesso a educação, aparecimento de universidades como também de crises sociais geradas pela nova ordem capitalista – o desemprego, o crescimento da violência popular, a mendicidade, a corrupção e ações criminosas organizadas - que revelam não só as contradições entre ambos os regimes mas também do próprio sistema

neoliberal. Aqui se vive o desmantelamento dos valores colhidos pela experiência revolucionária, das organizações e institutos da revolução, a perda das conquistas populares, como também da ausência de horizontes coletivos ou de referências. Nesse sentido, o combate ao crime deixou de ser político ou popular, mas sim a cargo das instituições especializadas que mediante o conhecimento científico devem preveni-lo ou impedi-lo que ocorra daí a necessidade de uma formação em ciências policiais ou outras especialidades;

Em ambos os períodos, a formação formal dos policiais constituiu-se em um espaço privilegiado de incorporação de novas formas de pensar e ver a sociedade e, por conseguinte se traduziam em espaços de doutrinação da mente e do corpo para que estes indivíduos compartilhassem os mesmo valores estabelecendo rompimento com o universo simbólico particular (tribo) e inculcando uma forma de pensar nacionalista e coletiva propondo-se valores básicos como a justiça, a igualdade, o respeito pelo próximo independentemente de sua origem, cor, sexo ou etnia;

Dadas as peculiaridades da formação policial em que cada grupo se submeteu foi notável que na organização policial abundam e se multiplicam identidades policiais que se baseiam pela imensidade diversificada de símbolos, ritos de passagem, linguagens e codificações apreendidas em cada contexto político-social em que se inserem suas escolas. Nesse sentido, enquanto uns ingressam mobilizados por uma forte convicção político - revolucionária e nacionalista outros, diferentemente, ingressam a carreira policial no sentido de garantir sua dignidade e alcançar a ascensão social dentro da lógica dos institutos do capitalismo basicamente o mercado, inaugurada pelas políticas neoliberais após a década de 1990 desvinculando-se assim de qualquer projeto coletivo de construção de nação e priorizando projetos individuais. O ingresso a carreira policial assume assim um caráter instrumental;

Ambas as gerações no cotidiano do trabalho do policial tem se confrontado com uma diversidade de dilemas e contradições propiciadas pelas relações de subordinações hierárquicas que inibem não só a concepção de um corpo de conhecimentos sólidos em relação à missão do policial na relação com a sociedade como também a participação democrática dos demais substratos subalternos da organização;

A partir das experiências de formação relatadas por ambos os grupos de policiais constatou-se que a formação do policial obedece a um padrão que se situa numa zona

intermédia entre o militarismo e o legalismo. Sem duvidas, a militância partidária é o elemento diferenciador entre a fase socialista e a capitalista neoliberal e demarca, sobretudo a forma de estar de ambas as gerações de policiais em relação a autonomia no trabalho. Enquanto uns consideram-se independentes perante o poder político por conta de seu conhecimento acadêmico - científico em relação à atividade. Os outros dificilmente conseguem escapar dessa lógica político-partidária não se enquadrando ao espírito democrático e de estado de direito;

A existência de conflitos de idéias ou posições não faz parte da disputa entre conservadorismo e reformismo resultante da não aceitação do abandono de uma forma de pensar em determinado contexto sócio-político. Nesse sentido, a procura por policiais qualificados enquanto “projeto reformador” que fora imposto pela implantação de políticas neoliberais coloca os mais novos com defensores dessa bandeira e como dismanteladores das experiências de construção do nacionalismo moçambicano. Então, a inserção de policiais com níveis de graduação não trouxe apenas positivities para o conjunto da sociedade, mas um projeto de dismantelamento de todas as conquistas históricas que se constituíram através de lutas intensas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, João Henrique Paes de. *Moçambique: um estudo de caso dos efeitos da globalização na economia, sociedade e integração regional da África Austral* (Araraquara), TCC (Bacharelato em Ciências Sociais)-faculdade de Ciências e Letras- Unesp. 2005.

BAYLEY, D. H., Skolnink, J. H. *Nova Polícia: Inovações nas Polícias de Seis Cidades Norte-Americanas*. Editora da USP. São Paulo: 2003;

BAYLEY, David. *Padrões de policiamento*. Editora da USP. São Paulo:2006;

BASÍLIO, Marcio Pereira. *O desafio da formação do policial militar do Estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?* Dissertação de mestrado em Administração pública – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007;

BELLUCCI, Beluce. Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique. _____ In *Assembléia Geral Ordinária da CLACSO, IV conferência Latino Americana e Caribenha de Ciências Sociais*, 20 a 25 de Agosto. 2006;

BITTNER, Egon. *Aspetos do trabalho policial*. Edusp. São Paulo: 2003;

BORGES, E.V. *O crime organizado e a eficácia policial*. LEVS. Edição 6. n.6. Marília: Novembro de 2010;

BRETAS, Marcos & PONCIONI, Paula. *A cultura policial e o policial civil carioca*. In: PANDOLFI, Dulce et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999;

CABAÇO, José Luis de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismos e libertação*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo: USP. 2007;

CALANZAS, Marcia Esteves. *Policiais migrantes: identidades profissionais em movimento*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:2009;

CALDEIRA, Teresa Pires de Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34/EDUSP. 2ª Edição. São Paulo: 2003;

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: editora paz e terra. 1999;

CHACHIUA, Martinho. Internal security in Mozambique: Concerns versus policies. In: Published in African Security Review. Vol 9 No 1, 2000;

COLAÇO, João Carlos. *O trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ. 1997;

CUNHA, Neiva Vieira da. *Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional*. Revista Comum. Rio de Janeiro. V.9. Nº 22. p.198- 207. Janeiro/Junho 2004;

DE BRITO, Alexandre Sant’ana & DE SOUZA, Lidio. *Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização*. In: *Revista Sociologias*. Porto Alegre. Julho/Dezembro 2004;

FLICK, Uwe. *Social representation and social constructions of everyday knowledge: Theoretical and methodological queries*. Sage Publication. London: 1994;

FUKUYAMA, Francis. *O fim da historia e o ultimo homem*. [tradução de Aulyde Soares Rodrigues]. Rio de Janeiro: Rocco, 1992;

GASKELL, George. Entrevistas individuais e em grupo. In BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisas qualitativas em texto imagem e som*. SAGE:2000;

GIL, António Carlos, *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social*, 5ª edição, Atlas, São Paulo, 1999;

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. [tradução Maria Cristina P. Da Cunha Marques]. São Paulo: EDUSP:2003;

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Vértice. São Paulo:1990;

- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A. Rio de Janeiro:2001;
- HOLENSTEIN, René. Joseph Ki-Zerbo: *Para quando a África?*. [tradução de Carlos Aboim de Brito]. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- KANT de LIMA, Roberto. *Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”*: A formação policial em questão. Universidade Federal Fluminense - UFF. Texto nº4. Rio de Janeiro:1997;
- LEGOFF, Jacques. *Historia e Memória*. Editora UNICAMP. Campinas:1996;
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisas em educação: abordagens qualitativas*. Editora Pedagógica e Universitária (E.P.U), 6ª reimpressão, São Paulo: 2003;
- MACAGNO, Lorenzo. *Fragmentos de uma imaginação nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.24. Nº70. 2009;
- MARIO, Tomas Vieira. MINNIE, Jeanette. & BUSSIEK, Hendrick. *Rádiodifusão Pública em África: Moçambique*. Fundações open society, Johannesburg - Africa de Sul:2010;
- MENKE et al. *Profissionalização da polícia: em busca de excelência ou de poder político?*. In GREENE, Jack R (org.). Administração do trabalho policial. São Paulo. EDUSP. 2004, p.85-117;
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação*. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 3, n. 1, p. 119-128, jul./dez. 2008.
- MONET, Claude. *Polícia e sociedade na Europa*. EDUSP. São Paulo:2006;
- MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia: Sociografia da força pública*. EDUSP. São Paulo:2003;
- MORAIS & DE PAULA. *Identificação ou resistência? Uma análise da constituição da subjetividade do policial*. RAC, Curitiba, V.14, n.4, art.4. pp.633-650. Julho-Agosto 2010;

MUANAMOHA, Ramos Cardoso. *Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique*. 1995. UFMG: Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG:1995;

PAVIA, José F. Lynce. *A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead*. Lisboa: Vega Editora. 2000.

PONCIONI, Paula. *O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do rio de janeiro*. In Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p.561-584, 2005

_____. *Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. 2004.340f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003;

_____. *Formação profissional do policial no Brasil: Obstáculo ou acelerador na reforma da gestão da segurança pública e das práticas policiais?:* In Slakmon, Catherine et al (Orgs.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006. pp.807-836;

_____. *Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22-31, 2007.

RAUL, Rocha do Rosário. *Formação de oficiais superiores da policia na ACIPOL*. Monografia de licenciatura em Administração Pública. UEM - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo:2003;

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores, *Pesquisa Social - Métodos e técnicas*, 3ª edição revista e ampliada, Atlas, São Paulo, 1999;

SILVA, André Luis Reis da. *Os dilemas da África contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios de autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008)*._____In Revista de Ciências e letras.Porto Alegre, n. 44, p. 125-149, jul./dez. 2008.Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>

SILVA, Germano Marques da. *Ética Policial e Sociedade Democrática*, ISCPPI, Lisboa, 2001.

SILVA, Germano Marques da. *Volume comemorativo dos 20 anos do ISCP SI*. Coimbra, 2005;

THOMAZ, Omar Ribeiro. “*escravo sem dono*”: *experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista*. In: Revista de Antropologia da USP. V.51.nº1.. pp.177-214. São Paulo:2008;

TRINDADE, João Carlos. *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, Vol. I, Porto: Afrontamento, 2003;

TSUCANA, Fernando Francisco. *Organização curricular do curso de bacharelado em ciências policiais*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Eduardo Mondlane, 2005;

YUSSUF, Adam. *Trick or treat: The relationship between destabilization, aid and government development policies in Mozambique 1975-1990*. Tese de doutorado em políticas sociais. (1996).

Artigos em jornais e revistas

1. Editorial do Jornal Canal de Moçambique, do dia 15-10-2010 in <http://www.canalmoz.com> acesso em 8.01.2011);
2. Departamento de Informação e Propaganda. In Circulares da sede nacional do partido Frelimo. S/d. Coleção palavras de ordem nº3. Maputo:1976
3. Jornal Noticias de 3 de Junho de 1982;
4. Jornal Noticias. 6 de Março de 1992;
5. Exortação do presidente da Frelimo as Forças de Defesa e Segurança: Ofensiva Legalidade. In Revista Tempo 579, Maputo, 15 de Novembro de 1981
6. Jornal Noticias do dia 21 de Junho de 1982 8138-6245
7. Teodato Hunguana in Discurso apresentado a 11ª Sessão da Assembléia Popular, Abril de 1984;
8. Circulares da sede nacional do partido FRELIMO. Combate popular contra a criminalidade. Coleção palavras de ordem nº3. Departamento de Informação e Plano. Maputo. PP.03-06/Agosto de 1976.
9. O que é crime? A posição do nosso país perante esta questão. In Revista Tempo nº523 de 19 de Outubro de 1980. p.11-14. Maputo

10. Cada um deve saber quem é seu vizinho. In Jornal Noticias. Maputo: 03 de Junho de 1982;
11. MAVANGA, Bernardo & MARMELO, Antonio. A cidade desfaz sonhos de camponeses In Jornal Noticias do dia 21 de Junho de 1982 8138-6245
12. Multidão manifesta-se contra inoperância das forças da ordem. In Jornal Noticias. 6 de Março de 1992
13. Kidnaps reports fire up Maputo Lynch mobs. In ARGUS AFRICA NEWS SERVICE. Sem numero. RSA Setembro de 1991;
14. Criminal Lynching. In Mozambique file. Sem numero. RSA Setembro de 1991.

Legislação

1. Decreto-Lei nº 54/75 de 17 de Maio
2. Lei nº 11/78, de 15 de Agosto;
3. Lei 2/79 de 1 de Março
4. Lei nº 5/79, de 26 de Maio
5. Decreto-Lei n. 21/75 de 11 de outubro
6. Decreto nº 25/75 de 18 de outubro
7. Constituição da Republica de Moçambique (2004);
8. Lei 19/92 de 17 de Maio
9. Decreto 24/99, de 18 de Maio

ANEXOS

ANEXO 1.ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS POLICIAIS JOVENS

I - Dados Individuais do entrevistado:

1. Sexo: Masculino () Feminino ()
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Estado Civil:
5. Escolaridade: Primário ___ 1º Grau;
2º Grau
3º Grau
4º Graduação universitária
5º Pós-Graduação

II - Dados Profissionais:

6. Ano de ingresso na corporação: _____
7. Ocupação anterior: _____
8. Jornada de trabalho semanal, em horas: _____

III - Questões comuns aos dois grupos de entrevistados:

1. O que costuma ler: (jornais, revistas, livros, etc; e quais?)
2. O que costuma fazer no seu tempo livre?
3. Como se dá o seu ingresso a policia e que motivações orientaram sua escolha (se não escolheu como foi o recrutamento e como ingressou)? (Que fatores determinaram)
4. Que se lembra do seu processo de formação policial (disciplinas, instrutores, relação instrutor e instruendo; espaço físico de formação)?
5. Como avalia a formação policial a qual participou?

Ótimo ()
Bom ()
Regular ()
Ruim ()
6. Por quê?
7. Qual foi sua primeira função enquanto policial? Descreva-a nos aspetos mais marcantes.
8. Em que setor mais dedicou se no trabalho policial?
9. Com que idade exerceu um cargo na organização policial e que formação tinha?

10. Como avalia seu desempenho profissional em relação aos grupos dos mais antigos na corporação?
11. Como caracteriza suas relações de trabalho com esse grupo? Profissionalmente, que característica aprecia neles?
12. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) você acha que os policiais deverão ter ao final de sua formação?
13. Acredita que a formação profissional na Academia de Polícia poderá refletir na qualidade dos profissionais da segurança e do enfrentamento a delinquência?
14. Qual o papel dos policiais mais antigos na concepção dos cursos da Academia de Polícia?
15. Há dedicação integral do corpo docente a atividade de ensino e pesquisa?
16. Como avalia o ensino e as pesquisas desenvolvidas na área?
17. O fato de ser policial modifica alguma coisa no relacionamento com sua família e amigos, com a vizinhança e sociedade no geral (comparações entre o socialismo e capitalismo)?

ANEXO 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA EXCLUSIVA DOS POLICIAIS MAIS VELHOS

I - Dados Individuais do entrevistado:

6. Sexo: Masculino () Feminino ()
7. Idade:
8. Naturalidade:
9. Estado Civil:
10. Escolaridade: Primário 1º Grau;
Primário 2º Grau
Secundário
Licenciatura ou Bacharel
Pós-Graduação (Mestrado, doutorado ou especialização)

II - Dados Profissionais:

1. Ano de ingresso na corporação: _____
2. Escola de formação: Nacional _____; Estrangeira: _____
3. Ocupação anterior: _____
4. Jornada de trabalho semanal, em horas: _____

III. OUTRAS QUESTÕES

1. Por que escolheu a carreira profissional de policial (se não escolheu como foi o recrutamento e como ingressou)? (Que fatores determinaram)
2. Que se lembra do seu processo de formação policial (disciplinas, instrutores, relação instrutor e instruendo; espaço físico de formação)?
3. Quem era o instrutor político militar (definição)?
4. Qual foi sua primeira função enquanto policial? Descreva-a nos aspetos mais marcantes.
5. Em que setor mais dedicou se no trabalho policial?
6. Com que idade exerceu um cargo na organização policial e que formação tinha?
7. Como avalia sua formação policial em relação a atual (diferenças e pontos comuns)?
8. Em 1981 em seu discurso sobre a ofensiva legalidade o presidente Samora Machel reconheci que a formação do policial é que estava em causa perante as flagrantes ilegalidades cometidas e introduz a figura de instrutor político militar. Como

caracteriza essa figura? Que papel e importância tiveram? Atualmente, poderia ser re-introduzido?

9. Que experiências guarda da guerra civil em seu posto de trabalho?
10. Quais são as condições que existiam para o desempenho/exercício de seu trabalho (assistência médica, refeição etc)? Ótima; Boa; Regular; Ruim. Por quê?
11. Em que momento já se sentiu satisfeito e valorizado pelo seu trabalho? Justifique
12. Você tem outra fonte de renda? Sim; Não.
13. Que relações existiam entre a polícia e as comunidades (respeito mútuo, medo, etc)?
14. O que esperava desta carreira profissional (que espécie de recompensas esperava ter)?
15. Há mudanças significativas ao longo do tempo nas tarefas desempenhadas pela polícia:
 - com relação às tarefas demandadas pelo governo?
 - com relação às tarefas demandadas pelo seu público usuário?
16. O que mudou na sua atividade profissional (estabelecer relações e diferenças entre o regime socialista e o atual)?
17. O que acha que deve ser melhorado na formação dos policiais?
18. Tomando em consideração o processo da criação da ACIPOL como avalia profissionalmente esse grupo de jovens recém formados pela ACIPOL?
19. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) você acha que os policiais deveriam ter ao final de sua formação (superior e básica)?
20. Acredita que a formação profissional na Academia de Polícia poderá refletir na qualidade dos profissionais da segurança e do serviço prestado? Justifique.